



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

OFÍCIO Nº 766/AGU

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal LUCIANO CALDAS BIVAR
Primeiro-Secretário - Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gabinete 215
70.160-900 Brasília/DF
E-mail: ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Ofício 1º/Sec/RI/E/nº 278 – Informações acerca do Requerimento de Informação nº 1.824/2023.
Ref.: Processo Supersapiens nº 00400.002865/2023-01

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/Nº 278, de 11 de setembro de 2023, que encaminha o Requerimento de Informações nº 1.824/2023, de autoria do Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ).

Sobre o tema em questão, encaminho a Vossa Excelência, cópia do Despacho do Procurador-Geral da União nº 15868/2023/PGU/AGU, do DESPACHO nº 00199/2023/COREM/PRU2R/PGU/AGU e mais 8 (oito) anexos.

Por oportuno, renovo votos de estima e distinta consideração.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Ministro Chefe da Advocacia-Geral da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400002865202301 e da chave de acesso 00ade6b9

Documento assinado eletronicamente por JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306474801 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 20:33. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE PGU (GAB) (PGU)

SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 10º ANDAR - AGU SEDE IEDIFÍCIO MULTIBRASIL CORPORATEFONES: (61) 2026-8633/8635BRASÍLIA/DF - CEP: 70.070-030

DESPACHO n. 15868/2023/PGU/AGU

NUP: 00400.002865/2023-01

INTERESSADOS: GAB-1SECM.UT

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Manifesto-me de acordo com os termos do DESPACHO n. 00199/2023/COREM/PRU2R/PGU/AGU (seq. 08)
2. Encaminhe-se ao Gabinete do Advogado Geral da União, para conhecimento, com a sugestão de resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/E/nº 278, de 11, de setembro de 2023, **no prazo final de 11/10/2023.**

Brasília, 09 de outubro de 2023.

MARCELO EUGÊNIO FEITOSA ALMEIDA

Advogada da União
Procurador-Geral da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400002865202301 e da chave de acesso 00ade6b9

Documento assinado eletronicamente por MARCELO EUGENIO FEITOSA ALMEIDA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1304865267 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO EUGENIO FEITOSA ALMEIDA. Data e Hora: 10-10-2023 10:06. Número de Série: 10371590484452739973447937362. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 2ª REGIÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MILITARES (PRU2R/COREM)

DESPACHO n. 00199/2023/COREM/PRU2R/PGU/AGU

NUP: 00400.002865/2023-01

INTERESSADOS: GAB-1SECM.UT

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Trata-se de **Requerimento de informação nº 1824/2023**, de autoria do Deputado Federal Chico Alencar - PSOL/RJ, dirigida à Advocacia-Geral da União em formula as seguintes indagações:

- o 1) Quais foram os pedidos e fundamentos da decisão do Supremo Tribunal Federal que motivaram a edição da Portaria n. 974/DPM, de 31 de março de 2023? Solicita-se envio de cópia das principais peças do processo, a saber: petição inicial, contestações e decisões de mérito.
- o 2) Tendo sido a União a autora do processo que culminou na derradeira decisão do STF, quais foram as razões para requerer a revogação das anistias e transferências para a reserva remunerada?
- o 3) Além das pessoas listadas na Portaria, há outras atingidas no mesmo sentido? Se sim, quantas e quais?
- o 4) Tendo em vista o impacto decisivo na vida dessas pessoas, a União planeja alguma medida de mitigação ou modulação dos efeitos da Portaria a fim de minimizar os danos causados a esses cidadãos?

2. Primeiramente, cumpre-nos informar que o processo judicial que culminou na expedição da Portaria n. 974/DPM, de 31 de março de 2023, não tramita em segredo de justiça e que os autos judiciais físicos foram digitalizados na Justiça Federal somente em 2018.

3. Os itens 1, 2 e 3 serão respondidos conjuntamente, conforme relatados os eventos em ordem cronológica.

4. **Por oportuno, deve-se esclarecer que a ação ordinária foi ajuizada por ex-militares no ano de 1985, sendo que a União ocupa o polo passivo, como se verá a seguir:**

Trata-se de ação ordinária ajuizada por RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS (processo n. 0708920-55.1900.4.02.5101 (número antigo 7089201, distribuída em 09/05/1985), em que pleiteiam a procedência do pedido de declaração de anistia e reintegração à Marinha, na forma do art. 4º da **Lei nº 6.683/79**, com a percepção de atrasados e demais consectários.

A UNIÃO contestou os pedidos.

O MM. Juízo da 14ª Vara Federal julgou carecedores do direito de ação os autores **Herval Pires** (por conclusão do tempo de serviço) e **Adilson de Oliveira Raia** (pela prática de crime doloso em 1967) e julgou improcedente o pedido em relação aos demais (sentença de abril de 1991).

A E. Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, manteve a exclusão de Herval Pires e Adilson de Oliveira Raia, porém, deu provimento à apelação quanto aos demais autores, "para julgar procedente, em parte, os

pedidos, limitando os efeitos pretéritos a 05.10.88". (Rel, voto e acórdão de maio de 1994 no mesmo arquivo da sentença)

A UNIÃO interpôs Recursos Especial e Extraordinário em 1995 **arguindo, basicamente, a prescrição de fundo de direito e a inaplicabilidade do artigo 4º da Lei 6.683/1979 aos militares expulsos por atos de disciplina. (resposta ao item 2)**

Expedida a Carta de Sentença em tela em maio de 1997.

Nos autos da Execução Provisória (processo no. 0020107-04.1997.4.02.5101 (97.0020107-4)), **portanto antes do trânsito em julgado do título executivo**, os exequentes requereram o cumprimento da obrigação de fazer, com a reintegração à Marinha, bem como o início da execução de obrigação de pagar.

Os requerentes são os seguintes:

AUTOR	RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ANTONIO DUARTE DOS SANTOS	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ABIMAEI TABOSA DE MELO	224.947.237-87	NORMAL
AUTOR	JOSE JOAQUIM SALUSTIANO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ROQUE SANTOS DE CARVALHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	WALMIR AFONSO DE LIMA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	VALDIR DA SILVA DELGADO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	PERCEVAL ROSA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	PAULO AFONSO ALVES DA SILVA	603.273.837-04	
ADVOGADO	LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA	083.297.507-95	
ADVOGADO	LOURENCO BERNARDINO DE SENNA	265.660.107-00	
AUTOR	OSMAN ARANHA FALCAO CESAR	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE JURANDIR DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	WILLY KLESKE	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JODIEL DE ARAUJO MACEDO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	FRANCISCO DE ASSIS CURY	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ANTONIO AFONSO RIBEIRO	000.000.001-91	NORMAL

continuação:

AUTOR	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	DOMINGOS MANOEL DE SA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE DUARTE DOS SANTOS	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ARTHUR GONCALVES VALENTE	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	EDSON FIRMINO	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	SERGIO MACIEL FREITAS	868.949.867-20	
AUTOR	JOAO DOS SANTOS CARVALHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE LUCIO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE DAMIAO GOMES	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	PEDRO FRANCA VIEGAS	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	SONIA REGINA ESPINDOLA DE SOUZA MENDES	710.222.607-15	
ADVOGADO	GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA	011.021.987-22	
REU	UNIAO FEDERAL		NORMAL
PROCURADOR	ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES		
PROCURADOR	LUIZ CARLOS SILVA SAMPAIO		

Enquanto isso, nos autos principais, a 6ª Turma do E. Superior Tribunal de Justiça não conheceu do Recurso Especial da UNIÃO (outubro de 1997).

Em novembro de 1997, nos autos da Execução Provisória, o Exmo. Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro deferiu o pedido de cumprimento de obrigação de fazer nos autos da Execução Provisória.

A Marinha deu cumprimento integral da obrigação de fazer determinada pelo Exmo. Juízo **em execução provisória** (reintegração dos autores e transferência para a reserva remunerada, conforme Portarias n. 0127, 0107, 0108, 0109, 0110, 0111, 0112, 0113, 0114, 0115, 0116, 0117, 0118, 0119, 0120, 0121, 0122, 0123, 0124, 0125, 0126, 0127, 0128, 0129, 0130, 0131, 0132, 0133, **todas de 1º de fevereiro de 1999**, da Marinha do Brasil.

Todavia, em agosto de 2005, nos autos da ação principal, o Colendo Supremo Tribunal Federal, em decisão do Ministro Relator, julgou procedente o Recurso Extraordinário da União para julgar improcedente o pedido, com inversão dos ônus da sucumbência, com base na Súmula 674, *verbis*:

*A anistia prevista no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política.***(resposta ao item 1)**

Autores interpuseram agravo regimental, sendo estes julgados improvidos (março de 2006).

Deste julgamento, foram interpostos pelos autores embargos de declaração, também improvidos (2011).

Novos embargos de declaração interpostos, sendo estes não conhecidos, com imposição de multa, com base no artigo 538, parágrafo único, do CPC (em 2012).

Em 2018, o STF julga dois embargos de divergência interpostos pela parte autora, também improvidos.

Em agosto de 2018, o STF julga os agravos improvidos e fixa multa processual.

Em setembro de 2018, novos embargos de declaração também julgados improcedentes.

Assim, a decisão do STF só veio a transitar em julgado em 21/11/2018.

Constatada a situação na execução provisória, a União expediu Ofício nº 12.160/50/2019/PRU/RJ, comunicando a decisão favorável, para cumprimento.

Em resposta, o Comando da Marinha enviou o Ofício 40-1353/DPMM-MB, de 04/07/2019, noticiando o redirecionamento do expediente para o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha, para atendimento.

Considerando a comunicação do órgão pagador para cessação de pagamento decorrente do julgado que foi revertido no Julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, o Exmo. Juízo entendeu exaurida a prestação jurisdicional na Carta de Execução Provisória e determinou que a execução do título judicial definitivamente constituído se processaria nos autos da ação principal. Finalmente, determinou a baixa e arquivamento dos autos (em março de 2021).

Despacho proferido na Carta de Execução Provisória deerminando novamente baixa e arquivamento (janeiro de 2023).

Segundo o Parecer de Força Executória n. 005/2023, de fevereiro de 2023, em que reitera o cumprimento da decisão judicial, os autores atingidos pela coisa julgada constituída nos autos em tela são os seguintes:

ABIMAEEL TABOSA DE MELO (224.947.237-87),
ANTONIO AFONSO RIBEIRO,
ANTONIO DUARTE DOS SANTOS,
ARTHUR GONCALVES VALENTE,
DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA,
DOMINGOS MANOEL DE SA,
EDSON FIRMINO,
FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA,
FRANCISCO DE ASSIS CURY,
JOAO DOS SANTOS CARVALHO,
JODIEL DE ARAUJO MACEDO,
JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO,
JOSE DAMIAO GOMES, JOSE DUARTE DOS SANTOS,
JOSE JOAQUIM SALUSTIANO,
JOSE JURANDIR DA SILVA,
JOSE LUCIO DA SILVA,
MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO,
OSMAN ARANHA FALCAO CESAR,
OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA,
PEDRO FRANCA VIEGAS,
PERCEVAL ROSA, RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA,
RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO,
RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA,
ROQUE SANTOS DE CARVALHO,
VALDIR DA SILVA DELGADO,
WALMIR AFONSO DE LIMA,
WILLY KLESKE,
PEDRO FERREIRA LOPES,
ILMAR MESQUITA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO,
IVANILDO JOSÉ WANDERLEY E ALFREDO DOMINGOS CILLOS. (resposta ao item 3)

Consta resposta da Marinha do Brasil informando o cumprimento do julgado, que culminou na Portaria em tela (ofício 40-459-2023).

5. Sendo assim, em apertada síntese, os ex-militares, ex-cabos e marinheiros, ajuizaram ação ordinária em face da União, pleiteando o reconhecimento da condição de anistiados e consequente reintegração com pagamento de atrasados, com base na art. 4º da **Lei nº 6.683/79**. A União contestou o pedido, sendo, ao final, vencedora, conforme julgamento proferido pelo Colendo Supremo Tribunal Federal e que foram atingidos pela coisa julgada somente os atos administrativos praticados por força da execução provisória promovida pelos autores supramencionados.

6. Prestadas as informações solicitadas no que tange aos itens 1, 2 e 3 por esta Coordenação, restituo o presente à Sra. Chefe de Gabinete da Procuradoria Regional da União da 2ª Região, para os encaminhamentos decorrentes.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2023.

MARGARETTE BRITES BARBOZA
Advogada da União
Coordenadora Regional de Militares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400002865202301 e da chave de acesso 00ade6b9

Documento assinado eletronicamente por MARGARETTE BRITES BARBOZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296429315 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARGARETTE BRITES BARBOZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 07:25. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Poder Judiciário
Justiça Federal - 2ª Região
Seção Judiciária do RJ

Página 001
Emitido em 25/09/2017 18:28

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2017, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....: 0020107-04.1997.4.02.5101
Classe do processo.....: 4001 - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA
1. Data do Protocolo.....: 23/06/1997
2. Número de volumes.....: 3
3. Observações.....: DESPACHO FLS 86
4. Vara.....: 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
5. Tipo de Distribuição.....: Distribuição por Dependência
6. Data/Hora distribuição.....: 23/06/1997 13:46
7. Distr. lançada por.....: JULIANA LIMA NISHIDA
8. Usuário últ. alteração.....: LUIZ FERNANDO OLIVEIRA TRAJANO
9. Data últ. alteração.....: 25/09/2017 18:26
10. Processo Prevento.....:
11. Objetos.....:
12. Processo Vinculado.....: Processo Principal: 0708920-55.1900.4.02.5101; Processo Dependente: 0044281-43.1998.4.02.5101; 0020747-21.2008.4.02.5101; Processo Apensado: 0708920-55.1900.4.02.5101; 0044281-43.1998.4.02.5101; 00207
13. Valor da Causa.....:

Assunto:

01.12.01.05 Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ANTONIO DUARTE DOS SANTOS	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ABIMAEI TABOSA DE MELO	224.947.237-87	NORMAL
AUTOR	JOSE JOAQUIM SALUSTIANO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ROQUE SANTOS DE CARVALHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	WALMIR AFONSO DE LIMA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	VALDIR DA SILVA DELGADO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	PERCEVAL ROSA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	PAULO AFONSO ALVES DA SILVA	603.273.837-04	
ADVOGADO	LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA	083.297.507-95	
ADVOGADO	LOURENCO BERNARDINO DE SENNA	265.660.107-00	
AUTOR	OSMAN ARANHA FALCAO CESAR	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE JURANDIR DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	WILLY KLESKE	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JODIEL DE ARAUJO MACEDO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	FRANCISCO DE ASSIS CURY	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ANTONIO AFONSO RIBEIRO	000.000.001-91	NORMAL

AUTOR	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	DOMINGOS MANOEL DE SA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE DUARTE DOS SANTOS	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	ARTHUR GONCALVES VALENTE	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	EDSON FIRMINO	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	SERGIO MACIEL FREITAS	868.949.867-20	
AUTOR	JOAO DOS SANTOS CARVALHO	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE LUCIO DA SILVA	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	JOSE DAMIAO GOMES	000.000.001-91	NORMAL
AUTOR	PEDRO FRANCA VIEGAS	000.000.001-91	NORMAL
ADVOGADO	SONIA REGINA ESPINDOLA DE SOUZA MENDES	710.222.607-15	
ADVOGADO	GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA	011.021.987-22	
REU	UNIAO FEDERAL		NORMAL
PROCURADOR	ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES		
PROCURADOR	LUIZ CARLOS SILVA SAMPAIO		

Alterações:

Por:

19/09/2017 17:38	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO	JRJMNP
25/09/2017 17:52	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: WALMIR AFONSO DE LIMA	JRJLOT
25/09/2017 17:52	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: ROQUE SANTOS DE CARVALHO	JRJLOT
25/09/2017 17:52	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: JOSE JOAQUIM SALUSTIANO	JRJLOT
25/09/2017 17:52	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: ANTONIO DUARTE DOS SANTOS	JRJLOT
25/09/2017 17:52	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '224.947.237-87' Ref. ao AUTOR: ABIMAEI TABOSA DE MELO	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: WILLY KLESKE	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: JOSE JURANDIR DA SILVA	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: OSMAN ARANHA FALCAO CESAR	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: PERCEVAL ROSA	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA	JRJLOT
25/09/2017 17:54	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: VALDIR DA SILVA DELGADO	JRJLOT
25/09/2017 17:59	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO	JRJLOT
25/09/2017 17:59	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO	JRJLOT
25/09/2017 17:59	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: JODIEL DE ARAUJO MACEDO	JRJLOT
25/09/2017 18:17	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: ANTONIO AFONSO RIBEIRO	JRJLOT
25/09/2017 18:17	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS CURY	JRJLOT
25/09/2017 18:17	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA	JRJLOT
25/09/2017 18:19	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: DOMINGOS MANOEL DE SA	JRJLOT
25/09/2017 18:19	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao AUTOR: DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA	JRJLOT
25/09/2017 18:19	CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT

25/09/2017 18:19	AUTOR: JOSE DUARTE DOS SANTOS CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:20	AUTOR: ARTHUR GONCALVES VALENTE CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:20	AUTOR: EDSON FIRMINO CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:26	AUTOR: JOAO DOS SANTOS CARVALHO CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:26	AUTOR: JOSE DAMIAO GOMES CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:26	AUTOR: JOSE LUCIO DA SILVA CPF/CNPJ da Parte incluso(a) com valor '000.000.001-91' Ref. ao	JRJLOT
25/09/2017 18:26	AUTOR: PEDRO FRANCA VIEGAS	JRJLOT

Dados Complementares

Página 004

Emitido em 25/09/2017 18:28

Segredo de Justiça Absoluto	- Não
Segredo de Justiça no Sistema	- Não
Picha Certidão se processo em Segredo	- Sim
Prioridade Idoso	- Não
Isento de Custas	- Não
Pedido de Gratuidade	- Não
Assistência Judiciária	- Não
Com liminar/Tutela Antecipada Deferida	- Não
Processo Eletrônico	- Não
Possui Documentos Sigilosos	- Não
Penhora no Rosto dos Autos	- Não
Processo Originário da 2ª Região	- Não
Grande devedor para Juízo	- Não
Grande dívida para Fazenda	- Não
Requer Prioridade de Incapaz	- Não
Grande devedor para PRF	- Não
Prioridade Idoso com mais de 80 anos	- Não

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

(Continuacao)

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no
Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 1998, e' lavrado o presente termo,
na forma abaixo:

AUTOR	JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO ✓
AUTOR	FRANCISCO DE ASSIS CURY ✓
AUTOR	ANTONIO AFONSO RIBEIRO ✓
AUTOR	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA ✓
AUTOR	DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA ✓
AUTOR	DOMINGOS MANOEL DE SA ✓
AUTOR	JOSE DUARTE DOS SANTOS ✓
AUTOR	ARTHUR GONCALVES VALENTE ✓
AUTOR	EDSON FIRMINO ✓
AUTOR	JOAO DOS SANTOS CARVALHO ✓
AUTOR	JOSE LUCIO DA SILVA ✓
AUTOR	JOSE DAMIAO GOMES ✓
AUTOR	PEDRO FRANCA VIEGAS ✓
REU	UNIAO FEDERAL ✓

Para constar, lavro e assino o presente.

.....
Diretor da Secretaria

VARA 01.14 TERMO DE RETIFICACAO DE AUTUACAO

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no
Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 1998, e' lavrado o presente
na forma abaixo:

PROCESSO 97.0020107-4

CLASSE 04001 EXECUCAO PROVISORIA (CARTA DE SENTENCA)
DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA EM 23/06/97

PARTES:

AUTOR RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO ✓
AUTOR ANTONIO DUARTE DOS SANTOS ✓
AUTOR ABIMAEI TABOSA DE MELO ✓
AUTOR JOSE JOAQUIM SALUSTIANO ✓
AUTOR ROQUE SANTOS DE CARVALHO ✓
AUTOR WALMIR AFONSO DE LIMA ✓
AUTOR VALDIR DA SILVA DELGADO ✓
AUTOR PERCEVAL ROSA ✓
AUTOR FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA ✓
AUTOR RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA ✓
AUTOR OSMAN ARANHA FALCAO CESAR ✓
AUTOR JOSE JURANDIR DA SILVA ✓
AUTOR WILLY KLESKE ✓
AUTOR OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA ✓
AUTOR MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO ✓
AUTOR JODIEL DE ARAUJO MACEDO ✓

... Continua

TERMO DE AUTUACAO

No Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1997, nesta Secretaria da 01.14.A Vara, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

PROCESSO 97.0020107-4

CLASSE 04001 EXECUCAO PROVISORIA (CARTA DE SENTENCA)

DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA EM 23/06/97

PARTES:

AUTOR RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO

REU UNIAO FEDERAL

Para constar, lavro e assino o presente.



Diretor da Secretaria



PROCESSO Nº 91.02.12465-3

C A R T A D E S E N T E N Ç A



Expedida em favor de **RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS**, nos autos da Apelação Cível com Recurso Extraordinário e Recurso Especial nº 91.02.12465-3, em cumprimento ao r. despacho de fls. 432, na forma abaixo:

97.0020107-4

A DOUTORA TANIA DE MELO BASTOS HEINE, DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:

F A Z S A B E R

aos Excelentíssimos Senhores Ministros, Desembargadores, Juizes e demais pessoas da Justiça, que perante este Tribunal tramitam os autos da Apelação Cível com Recurso Extraordinário e Recurso Especial nº 91.02.12465-3, originários da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos quais foi requerida a expedição da presente **CARTA DE SENTENÇA**, para título e conservação dos direitos do(s) Requerente(s), com as peças que seguem devidamente autenticadas, na forma da lei, e que são as seguintes:

Recebido na Supervisão de Distribuição
em 20/06/97. *per* autos apensos.

Supervisão de Distribuição



CARTA DE

LEGOU EM FAVOR DE RAUL ALVES
DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS,
DOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL COM
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº
21.013.955-9, em cumprimento
do disposto no art. 13, II, da
Lei nº 8.038/90.

A DOUTORA TÂNIA DE MELO FORTES

MEMBRO DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES

F A Z

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
MAGISTRO, DESEMBARGADOR, JUIZ E DELEGADO das
Turmas deste Tribunal Regional da Segunda Região Civil, com
Recurso Extraordinário e Recurso Especial Nº 21.013.955-9,
interposto em 14 de maio de 2018, para sustentar o acórdão
de 14 de maio de 2018, referente a expedição de presente CARTA DE
DISTRIBUIÇÃO para fins de cumprimento das decisões desta
Turma, em nome do Brasil, para que sejam devolvidas autenticadas, na
forma da Lei, a que não se nega.

Recebido na Supervisão de Distribuição

em _____ autos apensos.

Supervisão de Distribuição



PROCESSO Nº 91.02.12465-3



C A R T A D E S E N T E N Ç A

- 1) Autuação;
- 2) Petição Inicial e Procuração(Procurações) - Fls. 02/07 - 08/15, 18/29, 32/35, 38/40, 42/43;
- 3) Contestação(Contestações) - Fls. 70/76;
- 4) Sentença - Fls. 175/185;
- 5) Relatório, Voto e Acórdão da 3ª Turma deste Tribunal - Fls. - 312/314 - 317/322 - 325;
- 6) Decisão em Juízo de Admissibilidade - Fls. 425/426;
- 7) Petição requerendo extração de Carta de Sentença - fls. 414/415 - 428;
- 8) Despacho deferindo a expedição da presente Carta - fls. 432.

ANO 19

REG. TOMBO N°	
LIVRO	FOLHAS

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Rio de Janeiro
14.ª VARA
PODER JUDICIÁRIO



JUSTIÇA FEDERAL

ÇÃO JUDICIÁRIA:

IZ FEDERAL

AÇÃO ORDINÁRIA

PROCESSO: 7089201 VARA 014
CLASSE : 01000 - AÇÃO ORDINARIA
AUTOR : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
REU : UNIAO FEDERAL

DISTRIBUIDO EM 09/05/85

01090/00000000

VOGADO(S)

AUTUAÇÃO

INSPEÇÃO ANUAL
No. 07/196/191
JES FEDERAL

Aos _____ dias do mês de _____ de ano do
m. Novecientos e _____, nesta cidade d _____
entrei a petição e documento(s) que se segue(m).

Dr. Antônio Carlos Simões Martins Soares



DIRETOR DA SECRETARIA

REGISTRO DA SENTENÇA	
LIVRO	FOLHAS

CONFERE COM O ORIGINAL

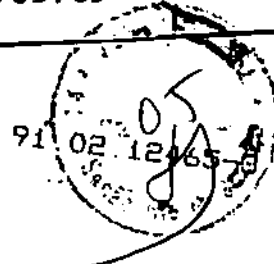
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Advogados Associados

Lourenço Senna COD - 01 PROC - 7089201
Renildo F. Machi VARA - 014
Luiz Gonçalves N IMPEDS -
João Evangelista DISTRIBUIDO - 09/05/85



Exmo Sr Dr Juiz de Direito da Vara Federal



1. RAUL ALVES DO NASCIMENTO,
2. ANTONIO DUARTE DOS SANTOS,
3. ABIMAEI TABOSA DE MELO,
4. JOSE JOAQUIM SALUSTIANO,
5. ROQUE SANTOS DE CARVALHO,
6. WALMIR AFONSO DE LIMA,
7. VALDIR DA SILVA DELGADO,
8. PERCEVAL ROSA,
9. PEDRO FERREIRA LOPES,
10. ILMAR MESQUITA,
11. FRANCISCO DE AGUIAR ASSUNÇÃO DA SILVA,
12. RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA,
13. OSMAN ARANHA FALCÃO CEZAR,
14. JOSE JURANDIR DA SILVA,
15. WILLY KLESKE,
16. OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA,
17. MANOEL DO BOMFIM RIOS SACRAMENTO,
18. JODIEL DE ARAUJO MACEDO,
19. JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO,
20. FRANCISCO DE ASSIS CURY,
21. ANTONIO AFONSO RIBEIRO,
22. RAIMUNDO MONATO DOS SANTOS LIMA,
23. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO,
24. IVANILDO JOSE WANDERLEY,
25. DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA,
26. DOMINGOS MANOEL DE SA,
27. JOSE DUARTE DOS SANTOS,
28. ARTHUR GONÇALVES VALENTE,
29. ADILSON DE OLIVEIRA RAIA,
30. HERVAL PIRES,
31. EDSON FIRMINO,
32. JOAO DOS SANTOS CARVALHO,
33. JOSE LUCIO DA SILVA,
34. ALFREDO DOMINGOS CILOS,
35. JOSE DAMIAO GOMES,
36. PEDRO FRANÇA VIEGAS

todos qualificados em procurações anexas, vêm, por seu advogado infra

Rua do Acre, 77 - S/407 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel: 283-4499

CONFERE COM O ORIGINAL

GM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



infra-assinado, propor a presente Ação Ordinária contra a UNIAO FEDERAL, pelos motivos de fato e de direito que passam a expor:

1. Todos os Autores eram ex-militares do Corpo Pessoal da Armada, ou, do Corpo de Fuzileiros Navais, e, exerciam período de permanência no Serviço Ativo da Marinha, legalmente concedido, na graduação de cabo, marinheiro ou soldado, e, nessa condição, participaram dos acontecimentos políticos ocorridos nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, em solidariedade à rebelião dos marinheiros, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.
2. Após o movimento militar que depôs o governo do Presidente João Goulart, todos, responderam a Inquérito Policial Militar e foram expulsos pelos atos nºs. 155, de 17/4/64; 425, de 30/11/64; 447, de 18/12/64; e, Aviso 2065, de 30/11/64, publicados no Boletim de Marinha.
3. Esses atos se basearam, formalmente, no art. 91, do Dec.-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, sob a arguição de que os Autores eram prejudiciais à ordem pública e a disciplina militar, ressalvado, no entanto, o não prejuízo da ação penal a que estivessem sujeitos.
4. Todavia, a vinculação dos atos de expulsões aos fatos ocorridos nos dias acima referidos, é reconhecida em diversos documentos, inclusive, na Exposição de Motivos confidencial nº 138, de 21 de agosto de 1964, do Exmo Sr Ministro da Marinha, dirigida ao Presidente da República, de quem mereceu despacho, publicado no DBU, de 3 de setembro de 1964, pg. 7.891.
5. Em face disso, ao ser promulgada a Lei de Anistia,

CONFERE COM O ORIGINAL

PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Lourenço Senna
Renildo F. Machado
Luiz Gonçalves Marques
João Evangelista de Lima



7. É o que se depreende do texto das diversas sentenças anexas, que anistiaram os envolvidos nos processos crime , cuja vinculação é inequívoca aos referidos atos administrativos de expulsões.


Tais decisões, foram fundamentadas no parágrafo ' primeiro, do artigo primeiro da lei 6683/79, que procurando evitar dificuldades para sua aplicação, definiu os fatos que se consideram crimes conexos." para efeitos deste artigo " :

verbis: "

crimes de qualquer natureza relacionados crimes políticos ou praticados por motivação política. "

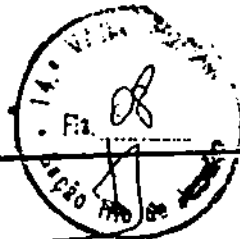
8. Com efeito, o ponto essencial da questão está em saber se o crime que os Autores foram acusados e que motivou os referidos atos administrativos de expulsões, se ajusta, exatamente, à norma explícita da Lei 6.683/79, em seu paragrafo primeiro, do artigo primeiro, tanto é certo que, aí, não somente 'estão relacionados os crimes políticos, mas também, aqueles praticados por motivação política, " qualquer que seja a sua natureza ".

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Advogados Associados

Lourenço Senna
Renildo F. Machado
Luiz Gonçalves Marques
João Evangelista de Lima



9. Como se vê, na hipótese, não se trata rigorosamente de punição disciplinar, pura e simples. Foi uma punição que o Ministro de Estado aplicou, tendo em vista arguição de crime, previsto no Código Penal Militar, cujos acontecimentos foram praticados por motivação política, segundo definição do Juízo Criminal, que estabeleceu a conexidade, visando, especificamente, a aplicação da Lei de Anistia. Consequentemente, se houve a anistia no âmbito penal, por força da regra da lei 6.683/79, não pode deixar de gerar seus efeitos civis, inclusive, por uma questão de lógica jurídica, o mesmo acontecimento não poderia ser interpretado de modos discordantes no âmbito penal e administrativo.

10. Em situação análoga, de militar punido com base em Regulamento Disciplinar, cumulado com acusação de crime previsto no Código Penal Militar, sem qualquer referência a ato institucional ou complementar, o Superior Tribunal Militar, assim se pronunciou a respeito da Apelação nº 42.519-5/PR, em que era acusado o Ten. Cel. do Exército Celio Tarcisio Nunes Pereira.

verbis: " Anistia - Além dos crimes tipicamente políticos, também estão anistiados / aqueles outros, cometidos por motivação política, qualquer seja a sua natureza. Decisão correta, motivo porque não merece ser reformada. Desprovido o recurso do MP. "

11. Verifica-se, assim, que a alegada falta de amparo legal, improcede, inteiramente, visto que, se prevalecerem as suas razões, laboradas num equívoco fundamental, a lei excepcional deixaria de ter qualquer efeito de natureza prática, concluindo-se que teria concedido anistia muito menos ampla do que era

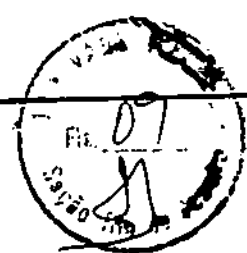
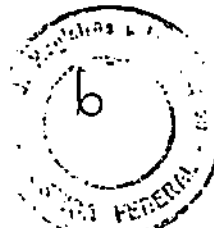
Rua do Acre, 77 - S/407 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel: 283-4499

João Teixeira Alvares Neto Tabelião

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



era lícito supor-se.

12. Assim é que, é irrelevante a natureza do ato através do qual se formalizou a punição, desdado quando pesa, antes de tudo, a só participação nos sucessos da ordem política e dela se beneficia mesmo quem não tenha sido punido.


13. Não é justo, vislumbrar-se na alusão a que a lei 6.683/79 - art. 1º, caput, faz a punidos com fundamentos em atos institucionais e complementares, uma restrição do benefício da anistia àqueles que, não obstante partícipes de acontecimentos definidos como crime conexo a crime político, não tenham sido, no entanto, punido por via de atos excepcionais.

14. Não há dúvida, pois, que os Autores estão anistiados, com direito a serem reintegrados à Marinha do Brasil, na forma do art. 4º, da Lei 6.683/79.

Isto posto, requerem, se digne V. Exa. determinar a citação da União Federal, através de um de seus ilustres Procuradores da República, para que conteste a presente ação, que deverá ser julgada procedente:

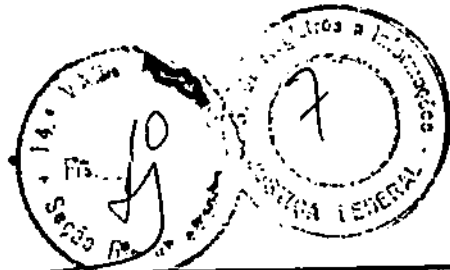
- a) declarar os Autores, anistiados, com direito a ser reintegrado à Marinha do Brasil, na forma do art. 4º, da Lei 6.683/79, combinado com o Estatuto dos Militares em vigor;
- b) percepção de atrasados a partir da promulgação da lei, tudo conforme se apurar em execução de com juros e correção monetária, contagem de tempo, quinquênios, férias, licença especial e demais vantagens estatutárias;
- c) condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor total apurado e corrigido das prestações vencidas

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Advogados Associados

Lourenço Senna
Renildo F. Machado
Luiz Gonçalves Marques
João Evangelista de Lima



à data do trânsito em julgado e sobre mais 12 prestações vincendas, além de reembolsar as despesas judiciais.

E, para provar quanto vem de ser alegado, arrolarão, se se fizer necessário, testemunhas para serem ouvidas, juntarão novos documentos, pedindo, ainda, face a relevância da matéria para fins de prova, se digne V. Exa. requisitar ao Ministério da Marinha, ao despachar a presente, cópia da íntegra da Exposição de Motivos Confidencial nº 138, de 21 de agosto de 1964. (1964)

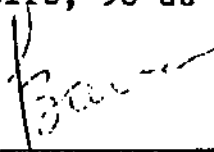
Outrossim, requerem, para fins de cobrança das custas judiciais, o valor seja considerado sobre a quantia dada à causa, e não, em função de seu numero de integrantes.

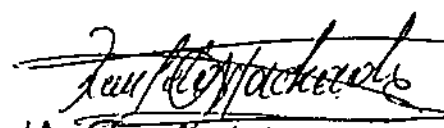
Dão à causa o valor de R\$ 3.331.200

Termo em que

Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1985


Lourenço Senna
OAB/RJ - 85.055


Renildo F. Machado
Advogado - OAB/RJ 41.078

Rua do Acre, 77 - S/407 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tel: 283-4494

João Teixeira, Alvares Neto - Tabelião

Processo 0026107-04/1997-4.02.5101

Documento Nº 12652016-0-12-110-1850 - consulta a autenticidade do documento através do site https://eproc-ws.jfrj.jus.br/

CONFERE COM O ORIGINAL

PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de
procuração, Raul Alves do Nascimento Filho- brasileiro,
solteiro- Id. 1.459.757 SSP/PE - CPF. 128.904.994-72
res. a Rua José Austregésilo 47- Arruda Recife-Pe.
nomeia e constitui seu procurador o Dr. Lourenço Bernar-
dino da Senna, brasileiro, casado, inscrito na Ordem /
dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro sob o
nº 33.055, com escritório na Av. Venezuela 131-sal: 713
Cep: 20.081, Município do Rio de Janeiro, ao qual fica
outorgando os poderes das cláusulas ad iudicia e extra /
iudicia para o Foro em geral, nos termos dos §§ 3º, 4º
e 5º do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963
podendo praticar todos os atos em direitos permitidos /
em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmen-
te ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus
interesses, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto
de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de
outubro de 1979, podendo ainda, no exercício do presen-
te mandato praticar todos os atos necessários, inclusive
substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Recife, 30 de Junho de 1980.

Conferi
2.º Ofício
Guerra

Raul Alves do Nascimento Filho.

CARTÓRIO PAULO GUERRA
2.º OFÍCIO
JOÃO DIAS DE ANDRADE
TAFELI

Reconheço a Firma Raul
Alves do Nascimento Filho.
Recife, 26/06-80
Em test. da Verdade 2.º Of. Paulo
Guerra
Luis Gustavo - Avaliador 1255 de 1.1.4.9

por análoga
constante de meu arquivo. Dou fé
da verdade
de 19

CONFERE COM O ORIGINAL

PM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



Goiania....., 20 de Agosto.....de 1980.

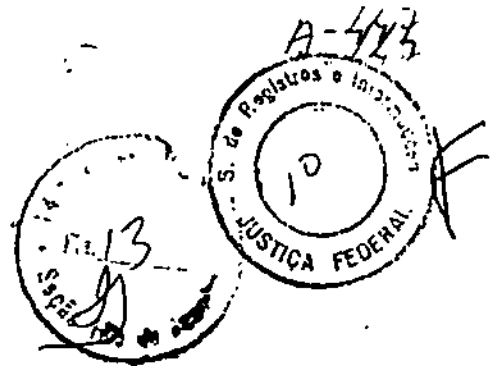
File No. 1265523-8-0-12-110-18

350 - Consulta a autenticidade do documento através do site <https://www.inec.gov.br>

da verdade

CONFERE COM O ORIGINAL
PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO



M

Pelo presente instrumento particular de procu
ção, ARIBERTO TAVOSA DE MELLO, br...ileiro, casado, m...tor,
natural de Ponta Grossa, I...nt. nº 201.014, devidamente
e residente em Rua José Hamilton - Curitiba, Pórtopolis,
Estado do Paraná, ...
...e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,
...escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
...ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
63, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
s, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
...endo ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
...ervas de poderes.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1980.

ARIBERTO TAVOSA DE MELLO

RECONHEÇO A FIRMA de
<i>Arriberto Távosa de Mello</i>
ITAIPAVA - RJ
19 JUL 1980
Em Test.º da verdade
<i>[Signature]</i>
ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

GMM 0061

A-447

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de
procuração, José Laquício Salustiano
Brasileiro, casado, brasileiro, RG
100.000.000-00, nº 1.997.081.557, CPF 199.021-

584-04

nomeia e constitui seu procurador o Dr. Lourenço Berna-
dino de Senna, brasileiro, casado, inscrito na Ordem /
dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro sob o
nº 35.055, com escritório na Av. Venezuela 131-sal. 713
Cep: 20.081, Município do Rio de Janeiro, ao qual fica
conferido os poderes das cláusulas ad iudicia e extra /
iudicia para o Foro em geral, nos termos dos §§ 3º, 4º
e 5º do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963
podendo praticar todos os atos em direitos permitidos /
em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmen-
te ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus
interesses, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto
de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de
outubro de 1979, podendo ainda, no exercício do presen-
te mandato praticar todos os atos necessários, inclusi-
ve substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Recife, 30 de Junho de 1980.

RECONHEÇO

José Laquício Salustiano

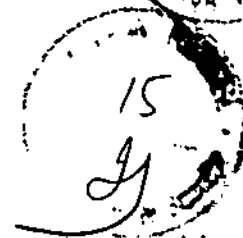
Cartório do Ofício Único de Igrasso - PE
Ret. Hellen G. Castro - Santos
Tabelião e Notas
Luiza Albuquerque Silva de Souza
1.º Substituto
Maria de Fátima Vieira de Fraga
Reservada Autoridade

HÉLIO CUNHO CASTRO SANTOS
Tabelião Público
Igrasso - PE
Reconheço a(s) firma(s) de JOSE JOAQUIM SALUSTIANO
Igrasso, 14 de Agosto de 1980
Em test. [assinatura] O Tabelião Público

CONFERE COM O ORIGINAL

RM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



Pelo presente instrumento particular de
 procuração, ROQUE SANTOS DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, escritor,
 residente e domiciliado na Av. Canavieira, 834 - Ilheus. Bahia Cep: nº
 45.660, nomeir e constitui seu procurador o Dr. Laurence Bernardino de
 Senna, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados sob o núme-
 ro 35.055, com escritório na Av. Venezuela 131 e/713. Pqo Mauá. Rio de
 Janeiro, ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas ad judicium e
 extra judicium para o Foro, em geral, em qualquer instância, Juízo ou Tri-
 bunal, nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 70 da Lei nº 4.215, de 27
 de abril de 1963, podendo praticar in solidum ou per si todos os atos
 em direito permitidos e especialmente ante a Justiça Federal para pre-
 ver a defesa de seus interesses, expressos na Lei nº 6.683 de 28/8/79,
 regulamentada pela Decreto nº 64.143, de 31/10/79, podendo no exercício
 do presente mandato praticar todos os atos necessários, inclusive substa-
 ntelecer.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1978

Roque Santos de Carvalho
 ROQUE SANTOS DE CARVALHO

2081 - Vinagre

CONFERE COM O ORIGINAL

PM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

SECRET



Fala presente do transe particular
de procura, do. WALMIR AFONSO DE LIMA
BRAS. CASADO COMERCIÁRIO, RESIDENTE
A RUA MARIA JOSE, 531- CABA 12 EM MADUREIRA

resolva a contabilidade com precisão e o r. Bernardo de
medida de massa, br e leite, e cada, inaurite em
das dos Advogados de Brasil. Ato de Fio de Contas
no 35.054, com escritura no Av. Venezuela 111
- sala 113, Cops 28.311, Município de Rio de Janeiro
no qual fize entrega de poderes de procurador
Luciano de Souza Lima e o r. Bernardo de
Bernardo de Souza Lima, 49 e 50 de 1979, de 17 de abril de 1979, para que praticar todos os
atos em direito processual em qualquer instância,
fize um Edital e comparecimento ante a Justiça do
Brasil, na forma e su prelação com interesse, co-
procurador M. Sol nº 6.683, de 13 de agosto de 1979, de
gratificação para Honorários de 113, de 11 de outubro
de 1979, podendo ainda, no presente de presente de
isto pr. tizer todos os atos processuais, inclu ivos
relação de laudo com os documentos e poderes.

Rio de Janeiro, 12 Junho de 1980

Valmir Afonso de Lima 4081

IDENTIDADE no 2-045.436 I.F.P.

PARTICHO
BOACYN MOUR.
Rza-Catle Correia, 4
Esq. Norja Rato
Tel. 223-0877 - 240-8824
ENG. DE BEITRO - R.L.

Recibido a las 12:00 horas del día 15 de enero de 1920.

En testigo de lo cual se firmó en la ciudad de San José a los 15 días del mes de enero de 1920.

[Firma]

[Firma]

AUTENTICO con Microscopio
reprodução fiel do original
Doc 12.
Doc-Lex 1.142 25/4/1942
10 de 1942. 4 ABR. 8

CONFERE COM O ORIGINAL
AM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Glória - RJ 40

Rio de Janeiro..., 25...de julho.....de 1980.

VALDIR DA SILVA DELGADO

RGn# 1.360.902 - IFP

CPF 301.124.787

9.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
Dr. MARCELO VIANA DE MIRANDA
Tabelião Substituto
Dr. MÊNES VIEIRA DA LACERDA
Téc. Jud. Autorizados
Marta Celi Marcondes
Alvaro de Mattos Alves Reis
Marta Idalina da Costa Fidalgo
PALÁCIO DA JUSTIÇA
Av. Erasmo Braga n.º 115
1.º Pavimento-sala C-101
RIO DE JANEIRO - RJ.

AUTENTICO esta fotocópia
reprodução fiel do original
Doc. 16.
Doc.-Lei 2.148 25/4/1946
Rio de Janeiro, 14 ABR 81

CONFERE COM O ORIGINAL

AM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

644 0576

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de procuração, PERCEVAL ROSA, brasileiro, casado, Adm. de Empresas, residência rua Cap. Antunes Vasconcellos, 62 - E - Nilópolis - Est. do Rio de Janeiro - IDENT. 145.532 LM, CIC 274.434.187-87

fez e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055, escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade, ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDICIA e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos arts. 39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963, podendo praticar todos os atos em direito permitidos em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interesses, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, ficando ainda, no exercício do presente mandato praticar todos os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1980.

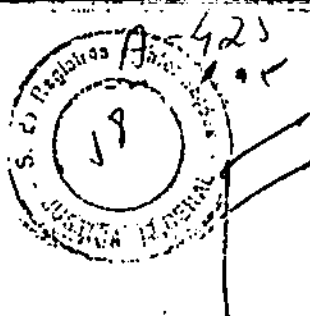
Perceval Rosa

Reconheço a firma

DELEGADO GERAL
LÓRENÇO BERNARDINO
SENNA

Loureno Senna de 15 de 80

CONFERE COM O ORIGINAL
 ASSESSORIA DE RECURSOS
 TRF - 2ª Região

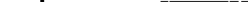


..RIC DE JANEIRO, 05, de AGOSTO de 1980..

Francisco da Chaga Almeida da Silva

Reconheço a firma Francisco de Azevedo

Museo de la Alca



da 19

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1964

AUTOMIZATION

Protocolada em 16/11/2018 às 16:00:12, processo 0028107-04.1987.4.02.6104) Silva, Marcelo - Hamilton A. Santos
Assinado eletronicamente pelo(a) Gen.ª de Justiça CÉLENE MARIA SILVA, Arg. de Santos, Valente A. Silva
Documento Nº. 1263523-840-12-110-1050 - consulta à autenticidade do documento através do site <https://eproc-ws.jfrj.jus.br>

CONFERE COM O ORIGINAL

CM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

6

5

A-425

PROCURAÇÃO

14. VAB
20
81
Sociedade
F.B.

Registro e Inventário
19
JUSTIÇA FEDERAL

Pelo presente instrumento particular de procuração, RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, identidade nº 5.754.428 RF, residente à Rua Abigail Guimarães, 35 aptº 304, Coelho da Rocha- São João de Meriti, Inscrito no CPF do ME sob o nº 400.719.107-78,.....

faixa e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO

SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,

escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade

ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI

EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos

39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de

3, podendo praticar todos os atos em direito permitidos

qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an

a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes

expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re

presentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,

sendo ainda, no exercício do presente mandato praticar to

os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem

reservado poderes. .

Rio de Janeiro, 16 de Junho do 1980.

Rivaldo Figueiredo da Silva

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS ao Dr. JOELSON GOMES ROCHA,
brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ, sob o nº
31,953, estabelecido a trav do paço 23 S/905, nesta cida-
de, os poderes que me foram conferidos por RIVALDO FIGUEI
REDO DA SILVA, signatário do anverso.

Rio de Janeiro,

de

de 1982

LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA
OAB/RJ 35.055

OFÍCIO
1.º Ofício
2.º Ofício
3.º Ofício
4.º Ofício
5.º Ofício
6.º Ofício
7.º Ofício
8.º Ofício
9.º Ofício
10.º Ofício
11.º Ofício
12.º Ofício
13.º Ofício
14.º Ofício
15.º Ofício
16.º Ofício
17.º Ofício
18.º Ofício
19.º Ofício
20.º Ofício
21.º Ofício
22.º Ofício
23.º Ofício
24.º Ofício
25.º Ofício
26.º Ofício
27.º Ofício
28.º Ofício
29.º Ofício
30.º Ofício
31.º Ofício
32.º Ofício
33.º Ofício
34.º Ofício
35.º Ofício
36.º Ofício
37.º Ofício
38.º Ofício
39.º Ofício
40.º Ofício
41.º Ofício
42.º Ofício
43.º Ofício
44.º Ofício
45.º Ofício
46.º Ofício
47.º Ofício
48.º Ofício
49.º Ofício
50.º Ofício
51.º Ofício
52.º Ofício
53.º Ofício
54.º Ofício
55.º Ofício
56.º Ofício
57.º Ofício
58.º Ofício
59.º Ofício
60.º Ofício
61.º Ofício
62.º Ofício
63.º Ofício
64.º Ofício
65.º Ofício
66.º Ofício
67.º Ofício
68.º Ofício
69.º Ofício
70.º Ofício
71.º Ofício
72.º Ofício
73.º Ofício
74.º Ofício
75.º Ofício
76.º Ofício
77.º Ofício
78.º Ofício
79.º Ofício
80.º Ofício
81.º Ofício
82.º Ofício
83.º Ofício
84.º Ofício
85.º Ofício
86.º Ofício
87.º Ofício
88.º Ofício
89.º Ofício
90.º Ofício
91.º Ofício
92.º Ofício
93.º Ofício
94.º Ofício
95.º Ofício
96.º Ofício
97.º Ofício
98.º Ofício
99.º Ofício
100.º Ofício

ANEXADO ao processo
regulamentado pelo Dr. Senna

Deo 12

Processo 2140 27/11/1982

Dr. Senna

CÔNFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO

TABELÃO

Dr. Marcello Eaná do Miranda

TABULÃO SUBSTITUTO

Dr. Józus Vialre do Rezendo

REC. JUO. AUTORIZAÇÕES

Maria Célia Marques

Alyro de Mello / José Neto

Carmelo Green

Um testemunho

Rio.

da verde!


Pelo presente instrumento particular de procu-
 ção, OSMAN ARANHA FALCÃO CEZAR, brasileiro, solteiro, ...
 natural de Alagoas, domiciliado e residente à rua ...
 Conde do Bonfim, 240.4p.603. - Tigre, RJ.

...e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade
da qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
CE EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
1933, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
mando ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
reservas de poderes.

Rio de Janeiro 13 de janeiro de 1982.

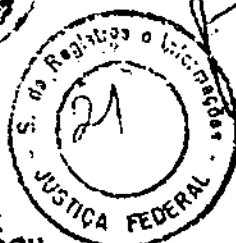
OSMAN ARAUJO FAICÃO CEZAR

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO

PROCURADOR GERAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARCOS ANTONIO PEREIRA
MAGALHÃES
Rua 1.º de Maio, 37
Rio de Janeiro - RJ



Pelo presente instrumento particular de procu
ção, JOSE JURANDIR DA SILVA, Sr. Sídrio,
solteiro, residente e domiciliado na Rua da
Paraná, do município de São Vicente, à Rua
Capitão M. 1.º de Maio, 37, RJ.

fa e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
do qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
63, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
s, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
tendo ainda, no exercício do presente mandato praticar to
dos atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
servas de poderes.

...Rio de Janeiro... de 21 de agosto de 1980.

Jose Jurandir da Silva
JOSE JURANDIR DA SILVA.

CONFERE COM O ORIGINAL

CM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

A circular stamp with the number '23' in the center and the word 'FEB' below it. The stamp is slightly faded and has a rough, hand-drawn appearance.



Rio de Janeiro.....18 de Julho.....de 1980.

Walter L. Lusk

11/3 de Janeiro

9.º OFÍCIO DE NOTAS
Taboão
Dr. Marcello Bello de Miranda
Taboão Gubelinko
Dr. Jesus Vitor da Fonseca
Téc. Jud. Autorizada
Maria Celi Marcondes
Fundo de Apoio às Mulheres
Casa Idalina de Castro Lima
PALÁCIO DA JUSTIÇA
Av. Erasmo Braga nº 115
1.º Pavimento-sala C-101
RIO DE JANEIRO - RJ.

AUTÊNTICO esta fotocópia

reprodução fiel do original

Doc 14.

Doc.-Lei 2.143 25/11/1976

Cto do Juri 1 4 ABR 01

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Introduction



Rio de Janeiro, 2 de outubro de

OSMAR DE JESUS LINDRES BARBOSA

Reactions in Films

201-3504 & 201-5754

Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1975.

Em testemunha da verdade,

[Signature]

OFÍCIO DE NOTAS
Taboão
Dr. Marcelo Leite de Miranda
Taboão Substituto
Dr. Jesus Vieira do Carmo
Téc. José Antônio
Mário José
Alvaro do Carmo
Maria Lúcia da Costa
Rua 100 da Justiça
Av. Lacerda 100 - 115
1º andar - Taboão - RJ
115-115-115

AUTÊNTICO com rubrica
reprodução fiel do original
Deu fé.
Doc. 2.148 25/4/1902.
Fls 101 4 ABR 81

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

I N O C U R A Ç Ã O



Pelo presente instrumento particular de procuração, JODIEL DE ARAUJO MACEDO, brasileiro, casado, eletricitista de manutenção, residente e domiciliado em São José dos Campos - São Paulo à Travessa Dr. Hilton Silva, 31 - apto 122 - Vila Adyana, nomeia e constitui seus procuradores os Drs. NEWTON BAPTISTA CORDEIRO, brasileiro, casado, advogado e LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA, brasileiro, casado, advogado, inscritos respectivamente na OAB sob os nºs 11.219 e 35.055 RJ, com escritório na Travessa do Paço, 23, sala 905, nesta Cidade, no qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDICIA e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963, podendo praticar todos os atos em direito permitidos em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interesses, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, podendo ainda, no exercício do presente mandato praticar todos os atos necessários, inclusive subtabelar com ou sem reservas de poderes.

RIO DE JANEIRO, 05 de setembro de 1980

[Handwritten signature] 133/61
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

8.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
Dr. Marcello Beltré da Miranda
Tabelião Substituto
Dr. Jôcos Vieira de Azevedo
Téc. Jud. Autorizações
Lúcia Geli Monteiro
Praça do Marechal Deodoro
Maria Idália de Castro Diniz
PALÁCIO DA JUSTIÇA
Av. Encarnação n.º 115
1.ª Pavão - 20131-901
RIO DE JANEIRO - RJ

AUTENTICO esta fotocopia
reprodução fiel do original

Dou fé.

Des. Cel. 2047 25/4/1940

Des. Cel. 2047 25/4/1940

CONFERE COM O ORIGINAL
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

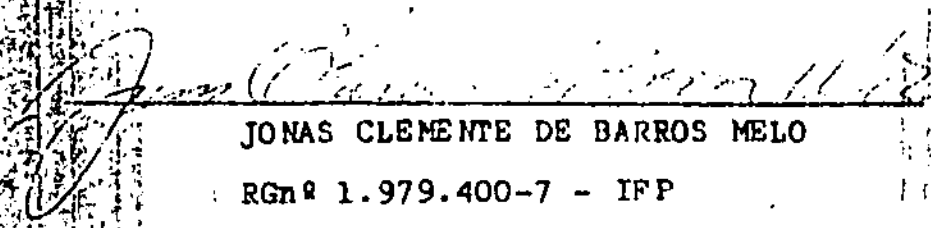
PROCURAÇÃO



F

Pelo presente instrumento particular de procuração, JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO, brasileiro, casado, Técnico em telecomunicação, identidade nº 1.979.400-7 do IFP, residente a rua. Automovel. Clube. 4676, Bloco 30, ap/201 - Inhauma - RJ, por via e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055, escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDICIA e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos arts. 4º e 5º do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963, podendo praticar todos os atos em direito permitidos em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interesses expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, ficando ainda, no exercício do presente mandato praticar todos os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1980.


JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO

RG nº 1.979.400-7 - IFP

9.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião
Dr. Ernesto Bello de Almeida
Tabelião Substituto
Dr. Jesus Vieira de Almeida
Tec. Jud. Autorizado
Maria Celi Moreira
Pavão da Ponte Alameda
Linha de Rua de Santa Rosa
PALACIO DA JUSTICA
Av. Erasmo Braga n.º 115
1.ª Pavimentação - sala C-101
RIO DE JANEIRO - RJ.

AUTENTICO esta fotocópia
reprodução fiel do original

Deu fé.

Des-Lei 2.143 25/4/1949.

Em 04 de ABR. 81 4 ABR. 81

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de --procu
FRANCISCO DE ASSIS LIMA, por il. do, grande, ...ritina,
ao, natural de Ceará, residente e domiciliado em ...Andaraia
380 - Ponte Ribeira - RJ

...e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
3, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
tando ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

Rio de Janeiro 19 de Junho de 1980.

Francisco de Assis Lima

Dr. Armando B. dos
substituto
Ivan Maurity
AUTORIZAÇÃO
I.F.P.: 1. R. H. T. Trindade
João B. dos Santos
Wladimir Moreira
Ivan Coelho
Eraldo A. Teixeira
111-8
2214
OAB RJ

[Signature]
Ria de Janeiro de 1980
Em test. de verdade

2100 23/01/2018

[Handwritten signature]

CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, ANTONIO AFONSO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, auxiliar de Escritório, residente e domiciliado na rua Leoncrode Albuquerque, 31 - Saúde - Rio de Janeiro-RJ., Cíc... 314.904.767-68 e Identidade nº 2.003.973 IFP.....

...e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055, escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos arts. 39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 1963, podendo praticar todos os atos em direito permitidos em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente ante a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interesses expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, ficando ainda, no exercício do presente mandato praticar todos os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Rio de Janeiro,, 05 de agosto de 1980.

Antonio Afonso Ribeiro 116/139

Recebo e Firma por conformidade *Antônio*
Antônio

CONFERE COM O ORIGINAL

PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Vol-18

4

425

CARTOON
NOV 1954

WILL 66/222

1221 1223

[Handwritten signature]

04/12/10

Em Tost. *[Signature]* da Vartante

[Circular stamp]

Santa Bárbara de Goio Maciel

Santa Rita de Costa Rica
 Tel. 0212 22/234
 Oficina Nacional de Bienes
 Tel. 0212 122/123

27

...a é constituí seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
CE EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
63, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
tendo ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

Rio de Janeiro 3 de dezembro de 1980.

Rainier do ponto dos Santos, Seixas

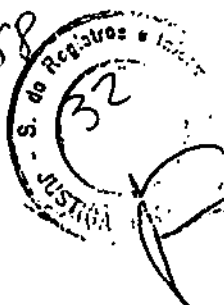
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA

CONFERE COM O ORIGINAL

PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO

Aviso 2058



Pelo presente instrumento particular de procuração, O. ELSON MORAES DE SANT'ANA, Adv., Cadado, Autuano, Natural de Paraguará, Paraná, Cidade de Paraguará, à via Comarca 369, Av. Dr. Laureano - D. Coxa

meia e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055, escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cidade ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos 39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de 193, podendo praticar todos os atos em direito permitidos qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente, an a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979, lando ainda, no exercício do presente mandato praticar to os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem ervas de poderes.

Em Paraguará, 31 de Agosto de 1980.

Assinatura de Elson Moraes de Sant'Ana.

CONFERE COM O ORIGINAL
 ... PM
 ASSESSORIA DE RECURSOS
 TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO

Reconheço as



de verdade
Tce. Juiz de Direito
Substituto do Oficial

Pelo presente instrumento particular de
ção, DOMINGOS. MANOEL DE SÁ. filho de Manoel Nonato. da Sã..
...a. da D. Cecília Maria de Jesus, natural de Floresta...
...Est. de Pernambuco, id. Marinha. 5414206, Ex-Capo.FN..
...
...e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
13, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
lando ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

...Rio de Janeiro..., 2...de agosto.....de 1980.

Domingos Manoel de Sá

CONFERE COM O ORIGINAL
GM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

141
000 385

PROCURAÇÃO

S. de Registros e Informações
34
S. de Registros e Informações
33
S. de Registros e Informações

Pelo presente instrumento particular de procu
ção, Eu...Jose Duarte dos Santos, brasileiro,
casado, residente na Av. TI nº 2600, Se-
tor Bueno, Goiânia, Goiás, Cédula de Identi-
tidade nº 1.269.456 SSP-GO,..... na
meia e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
de a qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
CIUM e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
arts. 39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
1963, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
te a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
ses, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
ferida pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
e ainda, no exercício do presente mandato praticar to
dos atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
reserva de poderes.

Goiania, Go...., 19..de Agosto...de 1980.

PROCURAÇÃO
PORTO DO C. DE IN...
MATO TELXEIRA NET...
conhecimento
assinatura e firma do...
por análoga
da... arquivos. Dou fé
da verdade
de 1980

CONFERE COM O ORIGINAL
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO



M

Pelo presente instrumento particular de procu
ção, ARTHUR GONÇALVES VALENTE, brasileiro, casado, mecânico,
natural da Bahia, domiciliado e residente à Estr. Sarg.
Miguel Filho nº 112 - Villa Kennedy - RJ

.....
e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
63, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
s, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
lendo ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

Rio de Janeiro.....18...de ..outubro...de 1980.

Arthur Gonçalves Valente

ARTHUR GONÇALVES VALENTE

ÓLIO DA 14.
CAO
Tabionato Bangu
Oficial e Tabelião
Dr José Moreira Vides
SUBSTITUTO
Alcides da Silva
Autorizados:
Baptista da Silva Farias
Clayton de Almeida Pereira

Recebo da firma

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1980

Em Teste: da verdade.

CONFERE COM O ORIGINAL

pm
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PROCURAÇÃO



NOME: EDSON FIRMINO
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: MOTORISTA VENDEDOR
IDENTIDADE: 1.877.732 - IFP
RESIDÊNCIA: RUA DO MATOSO 125/540 - PRAÇA DA BANDEIRA
CIC - MF. nº: 346.293.947/53

Pelo presente instrumento particular de procuração, constitui e nomeia sou bastante procurador os advogados, NEWTON BAPTISTA CORDEIRO, / brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 11.219-RJ e LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35.055 -RJ, com escritório à Travessa do Paço, 23, Sala 905 - Centro - Rio de Janeiro, aos quais confere os poderes da cláusula "AD-JUDICIA" para o foro em geral, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, e os especiais para desistir, confessar, transigir, receber e dar quitação, acordar, discordar, prestar declarações, firmar compromisso, substabelecer, assinar termos, inclusive de inventariância, representar o outorgante perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, praticando, enfim todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 01 de OUTUBRO de 1981

Edson Firmino

EDSON FIRMINO PP 1877732

Edson Firmino

Conheço a firma *Edson*

Firmino

Plo. 01 de OUT 1981

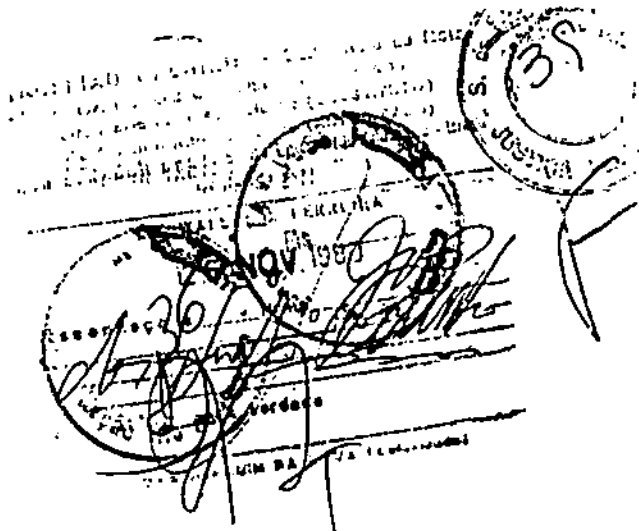
Em test.º *af* de verdade

antônio



CONFERE COM O ORIGINAL
PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO




Pelo presente instrumento particular de procu
ção, JOÃO DOS SANTOS CARVALHO, brasileiro, casado, industrial,
natural do Pará, domiciliado e residente à rua Aquidauana
nº 151 - São Roque, Queimadas,

.....
e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
do qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
CE EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
63, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
s, expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
lando ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

Rio de Janeiro.....26 de novembro....de 1980.

JOÃO DOS SANTOS CARVALHO

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de procu
ão, JOSE LUCIO DA SILVA CASADO,
INDUSTRIÁRIO, BRASILEIRO, DOMICILIADO E RESI-
DENTE A ESTRADA DO PORTELA, 569, CASA Nº 5
MADUREIRA - RIO DE JANEIRO.....

meia e constitui seu procurador o Dr. LOURENÇO BERNARDINO
SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº35055,
escritório na Av. Venezuela, 131 - sala 713, nesta cida
ao qual fica outorgado os poderes das cláusulas AD JUDI
e EXTRA JUDICIA para o foro em geral, nos termos dos
39, 49 e 59 do art. 70 da Lei nº 4.215 de 27 de abril de
13, podendo praticar todos os atos em direito permitidos
qualquer Instância, Juízo ou Tribunal e especialmente an
a Justiça Federal, na defesa e em prol dos seus interes
expressos na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, re
amentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979,
tando ainda, no exercício do presente mandato praticar to
os atos necessários, inclusive substabelecer com ou sem
ervas de poderes.

RIO DE JANEIRO, 23 de JUNHO de 1980.

Dr. Lourenço Bernardino Senna

DEPARTAMENTO
DE REGISTRO E
TAXAS


DEPARTAMENTO
DE REGISTRO E
TAXAS

da Silva

da Silva

DEPARTAMENTO
DE REGISTRO E
TAXAS

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PROCURAÇÃO



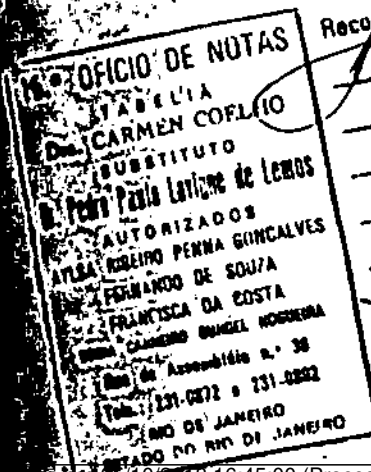
NOME: JOSÉ DAMIÃO GOMES
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: ELETRECISTA
IDENTIDADE: 025.535.44 - 2
RESIDÊNCIA: RUA JORGE MARTINS QUADRA "I" BLOCO 16/402 - OLARIA - RJ
CIC - MF. nº: 216.809.307.53

Pelo presente instrumento particular de procuração, constitui e nomeia seu bastante procurador os advogados, NEWTON BAPTISTA CONDEIRO, / brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 11.219-RJ e LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA, brasileiro, casado, inscrito na OAB sob o nº 35.055 -RJ, com escritório à Travessa do Paço, 23, Sala 905 - Centro - Rio de Janeiro, aos quais confere os poderes da cláusula "AD-JUDICIA" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, e os especiais para desistir, confessar, transigir, receber o dar quitação, acordar, discordar, prestar declarações, firmar compromisso, substabelecer, assinar termos, inclusive de inventariância, representar o outorgante perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, praticando, enfim todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 09 de JUNHO de 1981

JOSÉ DAMIÃO GOMES

Reconheço a firma

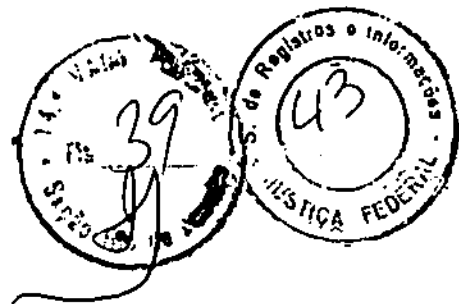


Rio de Janeiro, 12 JUN 81

Em test.

de verdade

CONFERE COM O ORIGINAL
PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



P R O C U R A Ç Ã O

NOME: PEDRO FRANÇA VIEGAS
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: JORNALISTA
IDENTIDADE: 14.050.796 - RICARDO GUMBLETON DAUTO - SOROCABA - SP.
CIC-MF. Nº: 027.003.988 - 07
RESIDENCIA: RUA GONÇALO VECINA LAVINA 54 - SOROCABA - SP. CEP.18.100

Pelo presente instrumento particular de procuração, constitui e nomeia seus bastantes procuradores os Drs: NEWTON BAPTISTA CORDEIRO, brasileiro, casado, advogado e LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA, brasileiro, casado, advogado, inscritos na OAB, respectivamente, sob os nºs. 11.219 e 35055 RJ, com escritório à Travessa do Paço, 23 - sala 905 - Centro - Rio de Janeiro, aos quais confere os poderes de cláusula AD JUDICIA para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, e os especiais para desistir, transigir, receber e dar quitação, acordar, discordar, firmar compromisso, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, podendo ainda substabelecer com ou sem reservas.

RIO DE JANEIRO, 13 de agosto de 1982

115/122 *Pedro França Viegas*
PEDRO FRANÇA VIEGAS

Reconheço a(s) firma(s)

Pedro França Viegas

[Signature]

13 AGO 1982

Em testemunha da verdade

MOACYR MARINHO
Téc. Judiciário Autorizado
Mat. 19.113 O-1133
C.º Oficial de Tabelas

CHIELO DE NOTAS
CGO 27.12.82
Eramo Brás, 15
C.º 101 - Tel. 216.1177-22.1133
TABELA
Marechal Bello de Miranda
TABELA: SUBSTITUTO
M. João Vieira de F. Mendes
CGO 27.12.82
Marta Celis Aguiar
Marta Isidra de Castro Enell
Marey Marino
da Silva Guimarães Illy
Inê Pereira Costa

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



EXM^{as}. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA FEDERAL
PROCESSO Nº7089201

J. À conclusão

Rio, 8 11 185

A União Federal, nos autos da ação que, nesse Juízo e pelo procedimento comum ordinário, lhe foi proposta por Raul Alves do Nascimento e outros, vem, tempestivamente, apresentar sua c o n t e s t a ç ã o, passando a expor e requerer o seguinte:

Alegam os autores, Ex-praças do Ministério da Marinha, em número de trinta e seis, que, "quando exerciam período de permanência no serviço ativo da marinha, na graduação de cabo, marinheiro ou soldado, nessa condição participaram dos acontecimentos políticos ocorridos nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, em solidariedade à rebelião dos marinheiros, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos"; que, "após o movimento militar que depôs o governo do Presidente João Goulart, todos responderam a inquérito policial militar, foram expulsos", pelos fatos que enumeram; que se consideram anistiados em virtude das disposições da Lei nº 6.683/79, em virtude do que formulam os seguintes pedidos:

- a) declarar os Autores, anistiados, com direito a ser reintegrado à Marinha do Brasil, na forma do art. 4º, da Lei 6.683/79, combinado com o Estatuto dos Militares em vigor;
- b) percepção de atrasados a partir da promulgação da lei, tudo conforme se apurar em execução, com juros e correção monetária, contagem de tempo, quinquênios, férias, licença especial e demais vantagens

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



vantagens estatutárias;

c) condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor total apurado e corrigido das prestações vencidas à data do trânsito em julgado e sobre mais 12 prestações vencidas, além de reembolsar as despesas judiciais.

PRELIMINARMENTE

DA DECADÊNCIA

Como dão conta as inclusas informações prestadas pelo Consultoria Jurídica do Ministério da Marinha, os ex-militares que ocupam os números 02;03;06;18;23;27;30;29;31; e 36 da relação de autores constante de fls. 02 não formularam na esfera administrativa o requerimento previsto no artigo 2º da Lei de Anistia, no prazo ali fixado, em virtude do que, foi seu alegado direito atingido pela decadência.

Relativamente aos autores acima enumerados o caso é, portanto, de extinção do processo na forma do inciso IV do artigo 269 do Código de Processo Civil. É o que, desde já se requer.

Quanto ao ex-sd Herval Pires (nº 30 da relação), foi licenciado do serviço ativo da Marinha, por conclusão de tempo legal. Não teria e não tem o direito que postula. É improcedente sua pretensão.

Quanto ao ex-mn Adilson de Oliveira Raia, sua expulsão não se deu em virtude dos fatos narrados na inicial, mas pela prática de crime de caráter doloso, no ano de 1967 (doc. 02).

Esclarecem, ainda, as informações nada haver sido encontrado na DE com referência ao Sr. Raul Alves do Nascimento (nº 01 da relação). Quanto a Raul Alves do Nascimento Filho, ex-mn, realmente foi expulso do Serviço Ativo da Marinha pe-

CONFERE COM O ORIGINAL

PM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



pelo ato nº 155/64.

Quanto aos demais ex-militares, constantes da relação em anexo (doc. nº05), pleitearam os beneficiários da Lei de Anistia, e tiveram em seus requerimentos o seguinte despacho:

"Não há o que decidir, tendo em vista que de acordo com o contido no processo instituído pela CESPSAM carece de amparo legal, uma vez que o requerente não foi punido com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Arquive-se, dê-se ciência ao interessado. (a) MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA - Ministro da Marinha".

É importante, primeiramente, lembrar que a reintegração ao Serviço Ativo da Marinha ficou condicionada ao que dispõe o artigo 3º da Lei nº 6683/79, verbis:

"O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à exigência de vaga e ao interesse da administração".


E, ainda que assim não fosse, não teriam os Suplicados direito aos benefícios da Lei da Anistia, por isso que se não encontram em nenhuma das situações ali previstas.

Os praças licenciados, demitidos ou expulsos por ato de indisciplina, com amparo na legislação ordinária, não estão abrangidos pela anistia nos termos em que a concedeu o art. 1º da Lei nº 6683/79. Por via de consequência improcedem os pedidos que fizeram na via administrativa e ora reeditam, perante o Poder Judiciário.

A Lei é clara ao dispor em seu art. 1º:

"É concedida anistia a todos quantos, no

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direita e Indireta,, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares".

E ao Judiciário não cabe, por não ter função Legislativa, ampliar a abrangência da norma legal, para nela incluir casos não previstos.

Este o entendimento seguido pela remançosa Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

No julgamento do Mandado de Segurança nº 20.287-DF, em seção plenária, proferiram os Srs. Ministros daquela Corte acórdão lapidar, cuja ementa é aqui transcrita. Foi relator o Sr. Ministro Soares Muñoz:

EMENTA

"Anistia. Praças da Marinha punidos com base na Legislação Ordinária.

- Ao Judiciário, que não cabe, por não ter função legislativa. aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia (Súmula 339) desçabe, pela mesma razão, incluir no art. 1.º da Lei nº 6683/79, com arrimo no princípio da isonomia, servidores punidos com base na legislação ordinária.

- Mandado de segurança indeferido"

A transcrição do Parecer da Procuradoria-

CONFERE COM O ORIGINAL

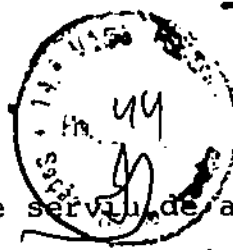
PM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 05 -




parecer da Procuradoria-Geral da República que serviu de arrimo a vários dos votos proferidos, se justifica pela precisão e clareza com que examina o assunto:

"Não conhecido o recurso interposto, daí a impugnação mandamental, a qual, embora nos pareça tempestiva e da competência originária do Egrégio Supremo Tribunal, é de ser indeferida."

Realmente, a tese defendida pelos Impetrantes, mesmo em se abstraindo a matéria de fato que ela envolve, não merece exame por parte do Poder Judiciário em face do preceito constitucional da independência dos Três Poderes inscrito no art. 6º. Se é certo que o Egrégio Supremo Tribunal, através de sua Súmula 339, entende que ao Poder Judiciário não cabe aumentar vencimentos de servidores sob fundamento de isonomia, visto não possuir função legislativa, também nos parece que ao Poder Judiciário não incumbe, a pretexto de aplicação ou interpretação, ampliar Lei de Anistia, incluindo em seu texto dispositivos não constantes do original e como, sem dúvida perceptível da leitura da inicial, pretendem os Impetrantes, sob invoção do princípio de isonomia, de doutrina ou jurisprudência. Os fatos constantes dos autos são certos, isto é, os Impetrantes foram expulsos da Marinha por infração disciplinar e com apoio nos dispositivos militares de disciplina. Tanto são certos os fatos que os atos a eles relativos se basearam, embora posteriores a março de 1964, nos Decretos-Leis nºs 9.500/46 e 9698/46 e, não, em Atos Institucionais ou

CONFERE COM O ORIGINAL


ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



ou Complementares à época vigentes. Ora, pretender oferecer ou ~~provar~~ aos atos então praticados sob dispositivos específicos da legislação militar que os mesmos não deveriam estar amparados em tal legislação, mas sim, em outra, parece-nos que é pretender subverter a própria ordem jurídica da qualificação do ato administrativo. Ocorreria, no mínimo e em princípio, ofensa à própria prescrição da ação de revisão, por se tratar de ato administrativo comum, conforme nele próprio se declara, e não tendo havido impugnação à época própria, a qual impugnação judicial ensejaria, acaso divorciado da verdade, a declaração correspondente de não apreciação porque versando a respeito de ato revolucionário, isto é, imune à apreciação judicial, como amplamente sabido se encontrava na legislação excepcional então em vigência.

Falta, assim, à presente pretensão de revisão dos atos punitivos que alcançaram aos Impetrantes o pressuposto básico de terem eles, os atos punitivos, fundamento em Atos Institucionais e Complementares, porque ausentes da própria punição, ou conexão de qualquer natureza com crimes políticos ou praticados por motivação política como previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79, porque, em se tratando de atos administrativos comuns, como eles se conformaram os ora Impetrantes e a Lei de Anistia a estes não beneficia.

Em face do exposto, somos pelo indeferimento do mandado de segurança".

CONFERE COM O ORIGINAL
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 07 -

Realmente, repita-se prescrita, se encontra a ação que corresponderia ao direito de cada um dos litiscon-
sortes ativos de postular a revisão dos atos que os excluíram dos
quadros das Forças Armadas. Trata-se, como assinalado no parecer,
de atos administrativos comuns, não impugnados nos momentos pró-
prios.

Esta prescrição a Suplicante argúi em
seu favor.

No mais, a demonstrar a improcedência das
pretensões veiculadas na inicial, as judiciosas ponderações cons-
tantes do incluso parecer nº 0174.185, do Consultor Jurídico da
Ministério da Marinha, encaminhado pelo ofício nº 0634 de 10.10.85
que ficam fazendo parte integrante da presente constestação, nota-
damente no que se refere ao pedido de percepção de atrasados.

Isto posto, requer a União Federal o aco-
lhimento das preliminares arguidas, extinguindo-se o processo na
forma do art. 269, IV do C.P.C. Para o caso de entender V.Exa.
que tais preliminares possam ser superadas, espera a improcedên-
cia dos pedido, condenados os autores nas custas e honorários de
advogado.

Com a Juntada,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1985.

JOSÉ HOMERIO FERNANDES DE ANDRADE
Procurador da República

Em subst. ao Dr. Carlos Xavier Paes. B. Brandão

Tb. em anexo:

. cópia do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 20.20287
(RTJ nº 104, pág. 90/99)

CONFERE COM O ORIGINAL

CM

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



PROCESSO Nº : 7089201
NATUREZA : AÇÃO ORDINÁRIA
AUTOR : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
RÉ : UNIÃO FEDERAL
JUIZA : Drª MARIA HELENA CISNE CID

S E N T E N Ç A

RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO, ANTONIO DUARTE DOS SANTOS, ABIMAEI TABOSA DE MELO, JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO, ROQUE SANTOS DE CARVALHO, WALMIR AFONSO DE LIMA, VALDIR DA SILVA DELGADO, PERCEVAL ROSA, PEDRO FERREIRA LOPES, ILMAR MESQUITA, FRANCISCO DAS CHAGAS ASSUNÇÃO DA SILVA, RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, OSMAN ARANHA FALCÃO CEZAR, JOSE JURANDIR DA SILVA, WILLY KLESKE, OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA, MANOEL DO BOMFIM RIOS SACRAMENTO, JODIEL DE ARUJO MACEDO, JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO, FRANCISCO DE ASSIS CURY, ANTONIO AFONSO RIBEIRO, RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, IVANILDO JOSÉ WANDERLEY, DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA, DOMINGOS MANOEL DE SA, JOSÉ DUARTE DOS SANTOS, ARTHUR GONÇALVES VALENTE, ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, HERVAL PIRES, EDSON FIRMINO, JOAO DOS SANTOS CARVALHO, JOSÉ LUCIO DA SILVA, ALFREDO DOMINGOS CILOS, JOSÉ DAMIAO GOMES e PEDRO FRANÇA VIEGAS, devidamente qualificados na inicial, propõem Ação Ordinária contra a UNIÃO FEDERAL, visando a sua reintegração à Marinha, na forma do art. 49, da Lei nº 6.683/79, com a percepção de atrasados, juros de mora, correção monetária, contagem de tempo, quinquênios, férias, licença especial, honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução e custas judiciais.

Sustentam, em síntese, que eram Cabos, Marinheiros ou Soldados, quando participaram dos acontecimentos políticos de 25/27.03.64, respondendo a Inquérito Policial-Militar e sendo expulsos; que requereram administrativamente os benefícios da Lei de Anistia, o que lhes foi negado, daí o recurso ao Judiciário. Juntaram procurações (fls. 8/43) e documentos (fls. 44/62). Deram o valor à causa de Cr\$ 3.331.200. Pagaram custas (fls. 65).

Regularmente citada, a UNIÃO FEDERAL contestou a ação (fls. 70/76), juntando documentos (fls. 77/115), arguindo preliminares de decadência relativamente aos Autores que especifica (fls. 71) e de prescrição em relação a todos (fls. 76), uma vez que os primeiros, deixaram de requerer administrativamente os benefícios da Lei anistiantes, conforme relação de fls. 102; quanto à prescrição, por deixarem todos

CONFERE COM O ORIGINAL
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Fls 2



eles de postular nos momentos próprios a impugnação dos atos que os excluíram dos quadros das Forças Armadas. O Soldado HERVAL PIRES foi licenciado do SAM, por conclusão de tempo legal, não tendo, portanto, o direito que postula e o Marinheiro ADILSON DE OLIVEIRA RAIA foi expulso pela prática de crime de caráter doloso, em 1967 (fls. 94/95). Os demais, embora requeressem o benefício da anistia, tiveram seus pedidos indeferidos por carecimento de amparo legal.

Os Autores manifestaram-se sobre a contestação (fls. 117/128), juntando novos documentos (fls. 129/156), com os quais buscam convencer o Juízo quanto ao direito que pleiteiam. Repelem os Autores as preliminares argüidas pela Ré, ao tempo em que reafirmam as razões de pedir. A Ré também juntou novos documentos (fls. 160/167). As fls. 170/172, traslado da decisão prolatada nos autos da impugnação ao Voto, da Causa, fixando-o em 51 ORTN's para cada litisconsorte, sendo a diferença das custas paga às fls. 158.

Não havendo outras provas a serem produzidas, passo ao julgamento do processo.

é o relatório.

DECIDIDO:

Rejeito a preliminar de decadência argüida pela UNIÃO FEDERAL relativamente aqueles Autores que não postularam seu reingresso em sede administrativa.

De fato, a par de inexistência de imperativo legal nesse sentido, o fato de a UNIÃO FEDERAL contestar o pedido em sede judicial pressupõe que a ele resistiria em sede administrativa. Quanto aos demais litisconsortes, o documento de fls. 102 por si só aniquila a pretensão extintiva da UNIÃO FEDERAL.

Prescrição, outrossim, não ocorreu. Os Autores postularam a anistia nos moldes da EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26 de 1985, que ampliou o benefício dantes concedido pela Lei nº 6.683/79.

Em assim sendo, inocorreu o quinquênio legal que lhes impossibilitaria a obtenção de uma sentença de mérito favorável ao direito que se dizem titulares, caso lograssem comprová-lo.

Acolho, todavia, a preliminar de carência de ação argüida, em face do soldado HERVAL PIRES, que foi licenciado por conclusão de tempo de serviço (fls. 101) e do marinheiro

CONFERE COM O ORIGINAL

PM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



ADILSON OLIVEIRA RAIA, expulso pela prática de crime doloso em 1967 (fls. 94/95).

MÉRITO

Tendo sido envolvidos nos acontecimentos ocorridos aos 25, 26 e 27 de março de 1964, que se consubstanciaram em assembléias de marinheiros realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos ou atos de solidariedade, manifestados nos quartéis, foram, os Autores, Cabos, Marinheiros ou Soldados, expulsos do SAM aos 17.04.64, 30.11.64 e 18.12.64, por força dos Atos nºs. 155, 425 e 447, respectivamente.

Alegando motivação política para a edição desses atos, pretendem reversão ao serviço ativo com todas as promoções e direitos que lhes seriam concedidos se em serviço ativo estivessem.

Sustentam que o direito que postulam encontra amparo na Emenda Constitucional nº 26, de 27.22.85, de conteúdo muito mais amplo que o da Lei nº 6.683/79.

O direito de que se dizem titulares terá que ser apreciado através de uma interpretação sistemática de toda a legislação invocada, que diga respeito ao benefício da anistia em si, sua extensão e seus reflexos sobre as diversas situações jurídicas, dos diversos destinatários, na norma contemplados, lembrando-se, porém, que, se anistia quer dizer perdão, esquecimento, uma esponja sobre o passado, em momento algum importa ela em absolvição por não autoria ou ausência de culpabilidade quanto aos fatos que levaram à punição.

Anistia não quer dizer que houve apuração de inocência. Não. Anistia quer dizer que, por motivos de política criminal ou social - em prol da concórdia, do apaziguamento dos espíritos - resolvem-se perdoar aqueles que foram punidos, quer sejam realmente culpados, ou não, dos crimes políticos etc. ou conexos que lhes foram imputados.

A matéria não é nova. Já tive algumas oportunidades de julgar feitos semelhantes ao que ora se apresenta, ocasião em que fiz um estudo sistemático das diversas normas jurídicas pertinentes ao INSTITUTO DA ANISTIA de que trata a Lei nº 6.683/79, mais tarde ampliada pela Emenda Constitucional nº 26/85 e hoje regulada pelo Art. 89, e seus parágrafos, do A.D.C.T. da Carta Política de 1988.

Nesse estudo, tive a oportunidade de dizer que a promulgação da Emenda Constitucional nº 11/78, que revogou os atos institucionais e complementares, ressaltando-lhes os

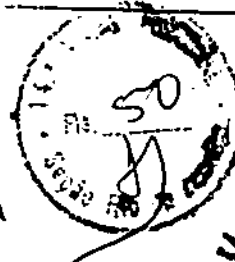
CONFERE COM O ORIGINAL

EM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Fls 4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



efeitos, propiciou a edição da Lei nº 6.683, de 28.08.79, que dispôs:

"Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes; crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares" (Grifei)

A extensão dessa anistia, porém, foi limitada, quer quanto ao próprio benefício em si, eis que impôs a permanência do anistiado no mesmo cargo, emprego, posto ou graduação, conforme art. 3º, verbis:

"Art. 3º - O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente à existência de vaga e ao interesse da Administração".

quer, ainda, quanto aos destinatários da norma, conforme § 2º, do art. 3º, assim redigido:

"§ 2º - Excetuem-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal".

Com a evolução da abertura do processo democrático nacional, achou por bem o Poder Constituinte Emendador, já com vistas à promulgação de uma nova Carta Política, no momento em que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte, ampliar o benefício, estendendo-o, também, à determinadas categorias que foram demitidas com base na legislação ordinária, desde que por motivação exclusivamente política, conforme pode-se inferir do § 1º, do art. 4º, que excepciona o "caput", "verbis":

CONFERE COM O ORIGINAL

Em

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



"Art. 40 - é concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

"# 1º - é concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais." (Grifei)

O direito às promoções, que havia sido negado pela Lei nº 6.683/79, foi contemplado nessa Emenda Constitucional 26/85, porém "obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes".

Vejam-se os verba do # 3º, do art. 40:

"# 3º - Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes."

Condicionou, porém, a Emenda Constitucional nº 26/85, à exclusiva iniciativa, competência e critério da Administração, a readmissão do servidor (# 4º), vedando a geração de qualquer efeito financeiro em caráter retroativo (# 5º).

Finalmente estabeleceu a Emenda Constitucional nº 26/85 norma que, mais que simples orientação a ser observada pela Administração Pública, erige-se em uma imposição a ser observada quando da concessão do benefício de tal modo ampliado, dispondo:

"# 8º - A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e MILITARES, E OBSERVADOS OS

Curru

CONFERE COM O ORIGINAL
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Fls 6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



RESPECTIVOS REGIMES JURÍDICOS." (Os grifos não estão no original)

Se é verdade que houve ampliação do benefício, permitindo-se promoções dantes vedadas, é também verdade que, na concessão dessas promoções, por expressa determinação legal, deverão ser respeitadas as características e peculiaridades próprias de cada carreira, observando-se os seus respectivos regimes jurídicos.

Na esteira desse raciocínio que vim de desenvolver, mistér se faz aplicar ao direito postulado neste processo as normas do direito excepcional, concessivas do benefício, interpretadas tanto à luz dos seus próprios, quanto dos critérios que norteiam o regime jurídico dos militares, respeitando-se as características e peculiaridades da carreira militar, numa INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA e, ao mesmo tempo, TELEOLÓGICA, com vistas à finalidade com que foi editada a Emenda Constitucional nº 26/85, ampliando a anistia dantes concedida pela Lei nº 6.683/79.

Feitas estas digressões, impende sejam definidos quais os destinatários da Emenda Constitucional nº 26/85, que ampliou o rol trazido pela Lei nº 6.683/79.

Segundo os termos do art. 4º, dessa Emenda, já transcrito, são destinatários da norma excepcional:

- todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares;
- os Autores de crimes políticos ou conexos;
- os dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis;
- os servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

Serão, os Autores, destinatários dessa norma? É o que se verá, a seguir.

Praças da Marinha foram eles EXPULSOS DO SERVIÇO ATIVO DAS FORÇAS ARMADAS por força dos Atos licenciados com base nos Atos nºs. 155, 425 e 447, do Sr. Ministro da Marinha, em 17.04.64, 30.11.64 e 18.12.64, ex-officio, (fls. 48, 44 e 47, respectivamente), de acordo com o art. 109, § 2º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

CONFERE COM O ORIGINAL
CM
ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região

Fis 7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



VARA FEDERAL



(Decreto nº 38.010, de 05.10.55) e art. 91, da Lei do Serviço Militar (Decreto nº 9.698, de 02.09.46):

"Dispõe a Lei do Serviço Militar:

Art. 91 - Serão expulsas as praças, de qualquer graduação e com qualquer tempo de serviço, que cometerem transgressões disciplinares que importem, (pelos respectivos regulamentos), na pena de expulsão do serviço militar e as que se tornarem prejudiciais à ordem pública ou à disciplina militar a juízo das autoridades competentes ou ainda, as que forem passíveis dessas penas, em virtude de sentença judiciária de Tribunal Militar ou Civil". (Grifei)

Vê-se, portanto, que a Lei do Serviço Militar traz, insita no seu bojo a possibilidade de expulsão dos Autores.


Por força dos acontecimentos ocorridos aos 25, 26 e 27 de março de 1964, conforme relatado, entendeu, o Sr. Ministro, de requerer autorização ao Sr. Presidente da República para licenciar todos aqueles marinheiros que, de algum modo, estivessem envolvidos naqueles fatos obtendo, para tanto, a chancela presidencial.

É incontestável que não se pode descartar, de todo, a motivação política para a prática dos atos 155, 425 e 447, uma vez que os fatos em que estiveram envolvidos os Autores estavam dentro do contexto da conturbada situação política que se desencadeou, três dias após a denominada revolução militar de 31 de março de 1964.

MAS A EVENTUAL MOTIVAÇÃO POLÍTICA SUBJACENTE À DESINCORFORAÇÃO, POR SI SÓ, NÃO OS INCLUI NO ROL DOS DESTINATÁRIOS DA NORMA DE EXCEÇÃO.

Basta, para confirmar essa assertiva, ater-se aos verbos do # 1º, do art. 4º, da Emenda Constitucional nº 26/85, que excepcionou do caput, que previa a punição com base em atos de exceção, institucionais ou complementares, apenas os servidores civis ou empregados e NÃO OS MILITARES, assim como, desses, não exigiu que os fatos que lhes foram imputados, fossem considerados crimes políticos ou a eles conexos.

O que poderia ser, a primeira vista, considerado uma injustiça, tem seu fundamento. Se, por fatos de pouca gravidade dentro do contexto dos ilícitos penais, foi dispensado um grande contingente de praças, tanto da Marinha quanto do Exército, mesmo que para argumentar, fossem os

CONFERE COM O ORIGINAL

ASSESSORIA DE RECURSOS
TRF - 2ª Região



CARTA DE DESTITUIÇÃO

Ao Drº.

Laurenço Bernadino Senna

Endereço: Rua Acre nº 83 sala nº 304

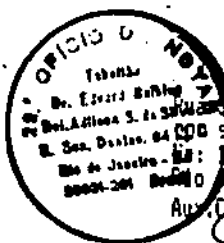
Centro - Rio de Janeiro - RJ. CEP.

Eu, Deilson Moreira Sant'ana, brasileiro, casado,
panificador,
portador da carteira de identidade nº
1336 021 I.F.P., CPF Nº 247 618 507 - 87,
com domicílio na Rua Camorim, 369 - Dr. Laureano - D. de Coxias - RJ.

venho por meio deste instrumento particular de **DESTITUIÇÃO**,
comunicar-lhe da destituição no patrocínio da causa cujo processo de
nº 000708920-1 em trâmite na 14ª. Vara Federal/RJ.

cujo processo refere-se a anistia política
face a UNIÃO FEDERAL/M. MARINHA. Em tempo: Declaro resguardar seu
direito a ser apurado em liquidação de sentença, no valor de 10% do
feito.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1998



NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a assinatura de: DEILSON MOREIRA DE SANTANA

Em testemunho da verdade, em 21 de Maio de 1998, Conf. por: Deilson Salvador da Silva
Aval. Cart. Em testemunho da verdade, Valor: 1:85



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DE POSTAGEM

TOTAL PAGO 207006

CR\$ 37961580-6

Nº DO REGISTRO 37961580-6

NATUREZA VALOR DECLARADO PESO

02/12 323,48R 1992

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO Lourenço Bernadino Senna e outros

ENDEREÇO Rua do Acre, 77, Sala 407

CEP 20 081 CIDADE Rio de Janeiro RJ



o Bernadino Senna
Fernando Machado

Sala 407

Pernambuco(Cabo), 20 de março de 1992

Prezados Doutores

Pela presente estou revogando o mandato/procu-
ração no qual os nomeava meu patrono no processo de nº0007089201
que tramita na 14ª Vara Federal, em que se contende contra a
UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA MARINHA).

Garantimos aos digníssimos doutores advogados,
os honorários contratados tácitamente e aguardamos sua pronta
resposta no prazo legal.

Atenciosamente

Osmar de Jesus Mendes Barbosa
Osmar de Jesus Mendes Barbosa

Ilm^{as} Drs. Lourenço Bernadino Senna
Renildo Fernando Machado
e outros



Rua do Acre nº 77 sala 407
Rio de Janeiro/RJ
C E P 20 081

Pernambuco(Cabo), 20 de março de 1992

Prezados Doutores

Pela presente estou revogando o mandato/procu-
ração no qual os nomeava meu patrono no processo de nº0007089201
que tramita na 14ª Vara Federal, em que se contende contra a
UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA MARINHA).

Garantimos aos digníssimos doutores advogados,
os honorários contratados tácitamente e aguardamos sua pronta
resposta no prazo legal.

Atenciosamente

Osmar de Jesus Mendes Barbosa
Osmar de Jesus Mendes Barbosa



PROCURAÇÃO

O U T O R G A N T E: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA, Brasileiro, esta-
do civil Divorciado , Ident. 7.162.857 SSP/SP.

C I C. 664.919.917-68 data/nasc. 04.04.43 resi
dente Eng. Novo - Cabo -PE. CAIXA POSTAL Nº 63.

associado nº 0-10 nomeia e constitui sua bastante procuradora a UMNA - UNIDADE DE MOVILIZAÇÃO NACIONAL PELA ANISTIA - entidade registrada com o número 107 077, Livro "A", Folha 30, do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Janeiro com sede na Rua Álvaro Alvim nº 24 sala 804 - nesta cidade - aqui representa pelo _____ Dr.

escritório no endereço retro citado, onde recebe
intimação.

Por este instrumento particular de Mandato constituindo-os conforme inciso XXI, Art. 58, Capitulo I da Constituição Federal, com as cláusulas "ad judicium", "et judicium", para o fórum em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, afim de pratique em sua defesa e interesse todos os atos judiciais e extra-judiciais, podendo propor ações, desistir de ações, variar, perdoar, transigir, impugnar laudos discutir cláusulas e condições e assinar todos os termos, além de estarem autorizados à prática de qualquer outro ato que venha a julgar válido para o bom e fiel desempenho deste instrumento (receber alvará em nome do outorgante, acordar, discordar) e em especial

Rio de Janeiro, 23 de 04 de 1992

RECONHEÇO a (s) firma (s) da

mas de Jesus
Mercedes Bar
bom; dias 28

Osmar de Jesus Mendes Barbosa

l'abus 23 de 24 de 1940
Em test. ABCD de verdade

ONIO - 1.º OFICHO
NSO TORRES DE SA
Yabellia
V. A. dos Santos
e da Reta Line
Substituto
CABO - PE

Rua Manoel Álvares, 20 - Gr. 805 - Cinelândia - Tel.: 220-2667 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.031 - Brasil

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CELENE MARIA SILVEIRA

Documento No: 1265525-10-0-237-155-327057 - consulta à autenticidade do documento através do site <https://eproc-ws.ifri.ius.br>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Fls. 151

Décima Quarta Vara Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 243 Anexo II, 8o. andar

C E R T I D A O

Certifico e dou fé que o mandado determinado no
despacho de fls. 132/136 foi expedido e encaminhado,
nesta data, à Central de Mandados (CEMAN).

Rio, 25/05/98

Funcionário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

14a V.F.

FLS. 152

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO


J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos

mandado nº 715/98 E
CERTIDÃO

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 08 de JUNHO de 1998.



Funcionário

12/10/18
12/10/18

DEPTO. DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

UNIDADE

Nesta data, junto aos presentes autos

Do que, para constar, lavro este termo

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro, 1998.

Funcionário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL

URGENTÍSSIMO

Área nº: 10

mandado: 7/5/99

MANDADO DE CITAÇÃO, passado na
forma abaixo:

A DOUTORA FERNANDA DUARTE LOPES LUCAS DA SILVA, JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO NA DÉCIMA QUARTA VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, na forma da lei,

M A N D A

a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo que, sendo-lhe este apresentado, devidamente assinado, em seu cumprimento e a requerimento de RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, nos autos do(a) EXECUÇÃO PROVISÓRIA (CARTA DE SENTENÇA) nº 97.0020107-4 que move contra o(a) UNIÃO FEDERAL, CITE a União Federal, na pessoa do Procurador chefe da A.G.U., na Av. Rio Branco, 311/8º andar, para, no prazo de quinze dias, dar cumprimento ao julgado, quanto à obrigação de fazer, nos termos do art. 632 do CPC e do art. 730 do CPC no que respeita à obrigação de pagar, no prazo de dez dias, tudo conforme o despacho abaixo transcrito:

(...) Daí, face a condição dos Requerentes, impõe-se, pois, a mitigação do disposto no art. 588, I, do CPC, pelo que, independentemente de caução, determino a CITAÇÃO DA UNIÃO, para proceder a reintegração dos Autores em suas fileiras com imediata passagem para a Reserva Remunerada, nos exatos termos do decisorio do acórdão de fls. 67, que deverá acompanhar o mandato citatório.

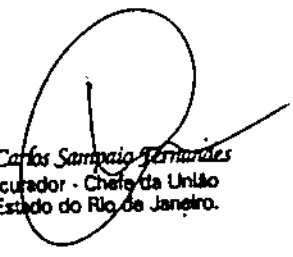
Para tanto, com base no art. 632, do CPC, assino o prazo de 30 dias, para cumprimento, inclusive com colocação em folha de pagamento, sob pena de fixação de multa diária.

Quanto a obrigação de dar, deve a mesma obedecer o disposto no art. 730, do CPC.

"Rio, 20-5-98. (as.) Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva. Juíza Federal da 14ª Vara". O QUE CUMpra, na forma e sob as penas da lei. DADO E PASSADO nesta cidade do 22 de maio de 1998. Eu, *[assinatura]*, Mônica de Oliveira Pinheiro Roente, Assistente Datilógrafa, digitei. E eu, *[assinatura]*, Diretor da Secretaria, subscrevo e assino por ordem da MM. Juíza.

[assinatura]
EDELBERTO FERREIRA DE CARVALHO
Diretor da Secretaria

CIENTE EM 28/05/98



José Carlos Sampaio Fernandes
Procurador - Chefe da União
no Estado do Rio de Janeiro.

CERTIDÃO



Certifico e dou fé, que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço no mesmo apontado, *onde procedi a CITAÇÃO de UNIÃO FEDERAL - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO*, na pessoa de seu representante legal, que tomou conhecimento do mandado, exarou ciente e recebeu a respectiva contrafé.

Rio, 28 de maio de 1958

Celene Maria Silveira

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR.

C E M A N

000001 Jul 98 01 2 13

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO
RJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

14a V.F.

FLS. 155

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

petição. —

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 25 de junho de 1998.

João Henrique
p/ Diretor(a) de Secretaria



EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 14ª VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (RJ).

AÇÃO ORDINÁRIA

Proc. 97.0020107-4

RÉ : UNIÃO

JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO, residente e domiciliado em Recife/PE, por sua advogada legalmente constituída, e nomeada sua defensora nos termos do Provimento nº 210/81 do Conselho de Justiça Federal, nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA Nº 89.3699-1, em tramite na 4ª Vara Federal Seção Judiciária de PE, vem mui respeitosamente a V. Exa., expor e requerer desde já a exclusão de seu nome da ação ordinária acima mencionada nº 97.0020107-4.

O Requerente, em 18.08.1989, deu entrada nesta Seção Judiciária de PE, a um processo contra a União, amparado pela Lei de Anistia, por ter sido expulso dos quadros da Marinha no fatídico ano de 1964.

A ação ordinária teve seu tramite normal obtendo ganho de causa, a União interpos todos os Recursos cabíveis e em todos eles o requerente obteve ganho de causa, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF).

A fase atual do processo é a execução dos ACORDÕES, já passou pela contadoria e está para o cumprimento das obrigações de fazer que cabem à UNIÃO.

D O S M O T I V O S

O motivo deste requerimento, prende-se ao

Asst. Judiciária Federal 2º andar

FONE: 229-6000

JUST. FEDERAL Av. Recife, 6250 Giquiá Recife/PE

Ramal: 6119

Protocolada em 05/10/2018 16:45:00 (Processo 0020107-04.1997.4.02.5101)

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CELENE MARIA SILVEIRA

Documento No: 1265525-10-0-237-155-327057 - consulta à autenticidade do documento através do site <https://eproc-ws.jfrj.jus.br/>

-02-

prende-se ao fato de colegas também ex-marinheiros e com grande amizade pelo re-
querente incluiram seu nome na Ação Ordinária em tramite nessa Seção Judiciária
RJ, sem terem conhecimento que o requerente também acionara a UNIÃO em PE.

O requerente sr. Salustiano, foi sabedor do que
aconteceu por um amigo, que lhe enviou cópia da r.sentença.

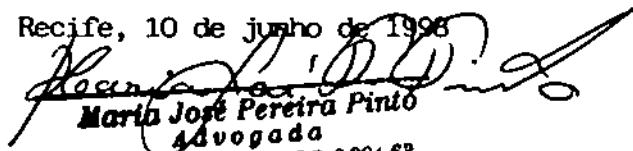
Sendo assim, entrou em contato com o advogado da
Causa-Dr.Senna,enviou correspondência com A R, pedindo-lhe que para retirar seu
nome do processo, comprometendo-se ainda a pagar seus honorários de advogado,
porém o advogado Dr.Senna ficou-se silente e não deu importância ao fato.

Assim, M M Juiz, por ser o Requerente domicili-
ado e residente nesta Capital de Pernambuco, ainda por que a ação interposta pe-
lo mesmo chegou ao seu termo final, satisfatório para o autor;

Considerando a duplicidade de ação; Requer ao
digníssimo Magistrado a exclusão do seu nome na Ação Ordinária Proc.97.20107-4,
contra a União em tramite nessa Seção Judiciária do R J,

No aguardo de uma decisão favorável,
Respeitosamente, pede deferimento

Recife, 10 de junho de 1998


Maria José Pereira Pinto
Advogada
OAB 6800 - CÍC 127.242.204-63

FONE:

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, Junto aos presentes autos a (o)

----- PETIÇÃO -----

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 10 de 07 de 1998.

----- 120 -----
p/Diretor(a) de Secretaria

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Processo n.º 97.0020107-4

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
10 JUL 1998
14ª VARA

PERCEVAL ROSA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante a V.Exa através de seu advogado infra assinado, requerer juntada de documentos de destituição e procuração para a habilitação de novo patrono no autos.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1998.


GERSON LUCCHESI
OAB-RJ- 85053



CARTA DE DESTITUIÇÃO

Ao Drº.

LOURRANCO SENNA
Endereço: RUA DO ACRE Nº 77
CENTRO - RIO - RJ

Eu, PERCEVAL ROSA

2.190.816, portador da carteira de identidade nº
I.F.P., CPF Nº 274.434.187-87

com domicílio na R. CAR. ANTUNES VALENCIAZOS 62-E -
NILSPOLIS - RJ

venho por meio deste instrumento particular de DESTITUIÇÃO,
comunicar-lhe da destituição no patrocínio da causa cujo processo de
nº 97.0020/07-4 em trâmite na 14ª VARA FEDERAL
00.070.8920-1 cujo processo refere-se ANISTIA
face a MINISTÉRIO DA MARINHA.

Rio de Janeiro, 28 DE MAIO DE 1998

NOTARIO BALDINO - 228 OFÍCIO DE REGISTRO
Rua Senador Dantas, 784, loja C - Rio de Janeiro, RJ
por autenticidade a firma de: PERCEVAL ROSA
No: 16671
Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1998. Conf. por:
Aux. Cart. Em testemunho da verdade.
Yedda Regina de Britto Costa - Escritura
Valor: 1,85



PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato,

PERCEVAL ROSA
(nome)

BRASILEIRA (nacionalidade) FISIOLOGA DENTISTA (profissão)

portador (a) da carteira de identidade nº 9.190.816, CPF nº 274434187-97, com domicílio na CAR. ANTUNES VALCONCELOS 62-E - N. L. WOODLIS - RJ,

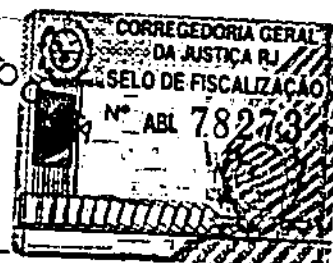
nomeia e constitui seu bastante procurador, **DR. GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ 85053, com escritório na Av. 13 de maio nº 13 sala 1318, Centro/RJ, conferindo-lhe os poderes da cláusula ad judicium e os especiais para representa-lo (a) NAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE Nº 97.0020107-4 - 00.0708920-1, podendo propor, desistir, conciliar, transigir, discordar, acordar, interpor recursos praticando enfim, tudo mais que necessário para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Rio de Janeiro, 028 DE MAIO DE 1998

ASS. [Assinatura]

NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTARIADO
Rua Senador Dantas, 84, loja C - Rio de Janeiro, RJ.
por autenticidade a firma de: PERCEVAL ROSA
No: 13670
Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1998. Conf. por:
Aux. Car. Em testemunho da verdade.
Yedda Regina de Britto Costa Substituta

YEDDA REGINA BRITO
Substituta
Valor: 1.85



DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

----- PETIÇÃO -----

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 14 de 07 de 1998.

p/Diretor(a) de Secretaria

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA
FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Processo nº 97.0020107-4



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA - RJ

00:000 JUL 98 13 E 10 20

PROTÓCOLO GERAL

FRANCISCO DE ASSIS CURY, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante a V.Exa através de seu advogado infra assinado, requerer juntada de documentos de destituição e procuração para a habilitação de novo patrono no autos.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1998.


GERSON LUCCHESI
OAB-RJ 85053



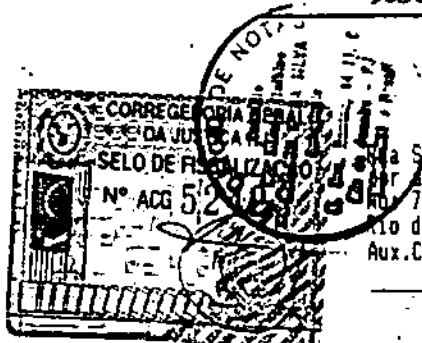
CARTA DE DESTITUIÇÃO

Ao Drº.

LOURIVALDO CARVALHO SILVA
Endereço: Rua ALBINO Nº 83/304.

Eu, FRANCISCO DE ASSIS CURY
BRASILEIRO, casado,
M. MARQUINHO, portador da carteira de identidade nº
2255-495, I.F.P., CPF Nº 276 658 327,34,
com domicílio na Rua ANTONILUZIA, 380 PREF. BENTO
PIRENEIA RJ RJ
venho por meio deste instrumento particular de **DESTITUIÇÃO**,
comunicar-lhe da destituição no patrocínio da causa cujo processo de
nº 97.00201074/108101 em trâmite na 14ª VARA FEDERAL
cujo processo refere-se CONCESSÃO MISTO.
face a Vara Federal M. MARQUINHO

Rio de Janeiro, 10 JUL 1998



NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Senador Dantas, 84, loja C - Rio de Janeiro, RJ. Reconheço
por autenticidade a firma de: FRANCISCO DE ASSIS CURY.
Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1998. Conf. por: _____
Aux. Cart. Em testemunho da verdade. _____
Adilson Salvador da Silva - Substituto

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato,

FRANCISCO DE ASSIS CURY

(nome)

BRASILEIRAS

(nacionalidade)

M. MAQUINIA

(profissão)

portador (a) da carteira de identidade nº 2255-195, CPF
nº 976 658 527/34, com domicílio na RUA

ANDRÉ LUIZ, 380 PRAT. BENTO RIBEIRO RS 125,
nomeia e constitui seu bastante procurador, **DR. GERSON
LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito
na OAB/RJ 85053, com escritório na Av. 13 de maio nº 13 sala
1318, Centro/RJ, conferindo-lhe os poderes da cláusula ad judicium e
os especiais para representa-lo (a) 405 RODRIGUES Nº 97000
101-14 - 007089201. Este VAP Federal
podendo propor, desistir, conciliar, transigir, discordar, acordar,
interpor recursos praticando enfim, tudo mais que necessário para o
bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer
com ou sem reserva de poderes.

Rio de Janeiro,

10 JUL 1998

Ass. Francisco de Assis Cury



NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Senador Dantas, 84, loja C - Rio de Janeiro, RJ. Reconheço
por autenticidade a firma de: FRANCISCO DE ASSIS CURY,

Nº: 701

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1998. Conf. por:

Mux. Bart. Em testemunho

da verdade.

Subst. por Salvador da Silva - Substituído

Valor: 1.85



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

14a U.F.

FLS. 166
du

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos

petição dos Seguintes

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, *14* de *agosto* de 1998.

leus
Funcionário

EXMOS. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proc. 97.0020107-4



*Junck-x.
13.07.99*

RAUL ALVES DO NASCIMENTO E OUTROS, já qualificados nos autos do processo em epígrafe vem perante a V.Exa através de seu advogado infra assinado expor e requerer o que segue:

Tendo em vista que o Ministério da Marinha, não foi intimado e nem oficiado, da sentença de fls. 127-130, e se fazendo necessária tal intimação face a obrigação de fazer que esta sob a sua responsabilidade. E os embargos em apenso, efetivamente embargam a obrigação de dar, referida no art. 730 do CPC, por parte da UNIAO FEDERAL, que ao receber a intimação não notificou o Ministério da Marinha em relação a sentença.

Requer o autor a expedição de ofício ao Ministério da Marinha em caráter urgente dando ciência da r. sentença.

Requerendo também que seja arbitrada uma multa diária de 2 salários mínimos, por autor referentes a cada dia de atraso no cumprimento da obrigação de fazer e que a mesma reverta-se a favor dos autores, já tão prejudicados e massacrados pela desobediência e resistência da UNIAO FEDERAL em cumprir o julgado.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 09 de julho 1998

GERSON LUCCHESI
OAB - RJ 85053



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



CERTIDÃO

Certifico que translatei para estes, cópia da decisão proferida nos autos Embargos à Execução, em apenso.

Do que, para constar, lavro o presente termo.

Rio de Janeiro, 14 de 08 de 1998.


Funcionário Encarregado



EMBARGOS À EXECUÇÃO

PROCESSO Nº : 98.7044281-2
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL
EMBARGADO(S) : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
JUÍZA FEDERAL : DRA. FERNANDA DUARTE LOPES LUCAS DA SILVA

SENTENÇA

Vistos, etc.

A UNIÃO FEDERAL oferece Embargos à Execução proposta por RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, sob o argumento de excesso de execução, nos termos do art. 741, V e 743, I, do CPC.

É o Relatório.

Passo a decidir.

Conforme se evidencia, os presentes Embargos são intempestivos, ensejando, desde já seu indeferimento, em fiel cumprimento ao disposto no art. 739, I, do CPC, cumulado com o artigo 738, IV, do mesmo diploma.

Destarte, caberia a União o manejo de sua defesa, no prazo de 10 dias, a contar da juntada, aos autos, do mandado de citação. Entretanto tal não ocorreu.

Vejamos as datas: foi juntado o mandado de citação em 08/06/98 (proc. nº 97.0020107-4, fls. 152), tendo sido os embargos recebidos na Supervisão de Distribuição em 26/06/98, conforme certidão às fls. 02.

EMBEXECFLS23
Lv.11 Fls.158

107.040

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

FLS. 02



Ademais, os mesmos se revelam procrastinatórios, eis que evidenciam os argumentos infundados que buscam somente retardar o feito, negando aos Autores embargados a satisfação de direito mais do que reconhecido, perpetrando injustiças que em nada acrescentam ou prestigiam o interesse público.

Ac revés, apenas corrobora a visão negativa de que o Estado Democrático de Direito, fundado pela Constituição de 1988, é mera ficção.

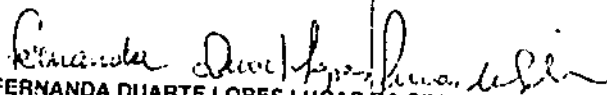
Do exposto, **JULGO EXTINTO** os presentes embargos.

Sem custas. Honorários devidos aos Embargantes no valor de R\$.1000 (hum mil) reais, devidamente corrigidos.

Traslade-se cópia para os autos principais.

P. R. I.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1998.


FERNANDA DUARTE LOPES LUCAS DA SILVA
Juza Federal Substituta em exercício na 14ª Vara

EMDEXECFLS7B
Lv. 11 Fls. 156

107.040



Fls. 171
ms

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos

petição de um dos exequente

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio, *20* de *agosto* de 1998..

ms
.....
funcionário encarregado

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA
FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Processo nº 97.0020107-4



PROTOCOLADO GERAL

079669 JUL 15 2 1 32

JUIZ DE DIREITO
14ª VARA FEDERAL

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante a V.Exa através de seu advogado infra assinado, requerer juntada de documentos de destituição e procuração para a habilitação de novo patrono no autos.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1998.


GERSON LUCCHESI
OAB-RJ 85053

CARTA DE DESTITUIÇÃO



Ao Drº.

LOURIVALDO SONS
Endereço: RUA DO SERO Nº 77
CENTRO - RIO - RJ.

Eu, RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA
BRASIL 10 CELENE MARIA ASSINADO
portador da carteira de identidade nº
02032700-3 I.F.P., CPF Nº 244581717-04
com domicílio na RUA CASTRO ALVES 272 nº 206
MEIER - RJ
venho por meio deste instrumento particular de **DESTITUIÇÃO**,
comunicar-lhe da destituição no patrocínio da causa cujo processo de
nº 97.0020107-4-0017896 em trâmite na 14ª V. FEDERAL,
cujo processo refere-se ANISTIA,
face a UNIAS FEDERAIS.

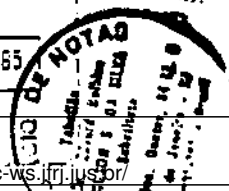
Rio de Janeiro, 05 Julho 1998.

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA

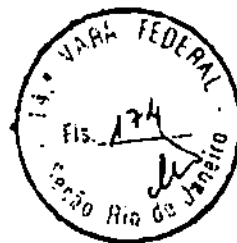


NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Senador Dantas, 84, loja C - Rio de Janeiro, RJ: Reconheço
por autenticidade a firma de: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA
No: 16436
Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1998. Conf. por: ba
Aux. Cart. Em testemunho da verdade. Lima
Valor: 1.65
MILSON SALVADOR DA SILVA - Substituto

SANDRA DE C. RUIZ BRITO
Aux. Serviços Notariais
22º Ofício



PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato,
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA
(nome)

BRASILEIRO, COMERCIÁRIO,
(nacionalidade) (profissão)

portador (a) da carteira de identidade nº 02032700-3, CPF
nº 244581717-04, com domicílio na RUA CASTRO
ALVES 272 APT 206 MEIER - RJ

nomeia e constitui seu bastante procurador, **DR. GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ 85053, com escritório na Av. 13 de maio nº 13 sala 1318, Centro/RJ, conferindo-lhe os poderes da cláusula ad judicium e os especiais para representa-lo (a) NO 1545 ORDINÁRIO
00789201 E EXECUÇÃO REVISTO 97.0720109-4, podendo propor, desistir, conciliar, transigir, discordar, acordar, interpor recursos praticando enfim, tudo mais que necessário para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Rio de Janeiro, _____

15 JUL 1998

Ass. Raimundo Nonato dos S. Lima

NOTARIO BALBINO - 22º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Senador Dantas, Ed. Loja C - Rio de Janeiro, RJ - Recorrido

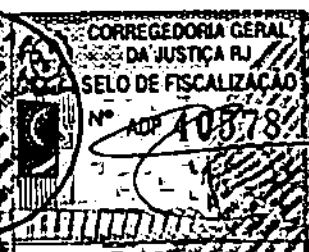
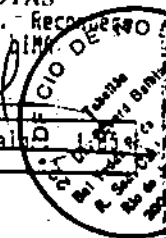
por semelhança a firma de: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA

No: 16431

Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1998. Conf. por:

Aux. Cart. Em testemunho da veracidade

Adilson Salvador da Silva - Substituto





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL



CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a
MM. Juíza, Sr.ª Dr.ª

Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1998.

laus
Edelberto Ferreira de Carvalho
Diretor da Secretaria da 14.ª Vara Federal

Proc. N.º 97.0020107-4

Tendo em vista o retorno dos autos principais (Proc. n.º 88.0005508-7), archive-se a presente Carta de Sentença, com baixa na distribuição.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1998.

m
FERNANDA DUARTE LOPES LUCAS DA SILVA
Juíza Federal em exercício na 14.ª Vara

limbo m
25/8/98
[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA


I N F O R M A Ç Ã O



MM. JUIZ

Informo a V. Exa. que a decisão que está sendo executada pela presente Carta de Sentença é referente à Ação de rito ordinário autuada sob o no. 00.0708920-1, que ainda não retornou do Eg. Tribunal Regional Federal, conforme informação anexa.

Faço estes autos conclusos para que V. Exa. determine o que for de direito.
Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1998.


Leila Maria Dias Nascimento
Servidora Federal

AUTOR

ADV.

REU

ADV.

VARA

JUIZ TITULAR

JUIZ DO DESPACHO: CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA

PETICOES PENDENTES: 1,



JUSTICA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA

ALVES DO NASCIMENTO FILHO

055 - LOURENCO SENNA

: UNIAO FEDERAL

: PROCUR. ANTONIO CARLOS S. M. SOARES

: 14 - 14a. UF Rio de Janeiro

: CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA



Conclusos ao juiz em 12/11/91 para DESPACHO

Sentença/decisão/despacho/informação da secretaria:

" Preparados, subam.

"

Registro terminal em 24/01/92

Em decorrência os autos estão a disposição/foram remetidos/estão

TRF - 2a. REGIAO para VISTA

Sem contagem de tempo

Disponível 13/04/92	Recebido 13/04/92	Devolvido	Retorno
Por SUS	Por SUS	Por	Por

Processo aguardando retorno dos autos.

Em decorrência os autos estão a disposição/foram remetidos/estão

AGUARDANDO para PREPARO DE RECURSOS

AINDA NAO DISPONIVEL

Disponível 24/01/92	Recebido 31/03/92	Devolvido 31/03/92	Retorno 31/03/92
Por LHM	Por DCS	Por DCS	Por DCS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos
ao MM. Juiz Federal Dr. José Carlos Garcia.
Rio de Janeiro, 27/08/1998.

Edelberto Ferreira de Carvalho
Diretor de Secretaria da Décima Quarta Vara Federal

Processo n.º 97.0020107-4 - Carta de Sentença

- Em face da informação de fls. 176/177, revogo a decisão de fls. 175,
determinando o prosseguimento da execução provisória nos presentes autos.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1998.

JOSÉ CARLOS GARCIA
Juiz Federal Substituto da 10.ª Vara,
no Exercício da Titularidade da 14.ª Vara Federal

14a U.F.

FLS. 179

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o(a) r. decisão de fls
178 foi publicada, às fls. 50, no D.O.E.R.J.
de 21 de 09 de 1998

Do que, para contar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 21 de 9 de 1998

P/ Diretor(a) de Secretaria.

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

petição

Do que, para constar, lavro este termo.***

Rio de Janeiro 06 de outubro de 1998.

Funcionário Responsável

EXMO SR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA FEDERAL

Proc. n° 97.0020107-4

LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 35.055, com escritório na rua do Acre, 77, sala 901, Centro, nesta cidade, nos autos da Carta de Sentença, em epígrafe, em que patrocina a execução provisória de RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e Outros, vem expor o seguinte:

À exceção de Rivaldo Figueiredo da Silva, Deilson Moreira de Santana, Osmar Mendes Barbosa, Pedro França Viegas, Perceval Rosa, Francisco de Assis Cury e Raimundo Nonato dos Santos Lima, o subscritor patrocina os demais em número de 23 Exequentes, haja vista as destituições terem sido após o despacho de fls. 132/135, por força do pedido de fls. 100/101 e documentos de fls. 102/131, às fls. 167.

Entretanto o advogado Gerson Lucchesi, sem respeitar a ética profissional, ingressou em 13.07.98 com petições nestes autos e nos Embargos apensos, em nome do exequente que encabeça o processo, sem a devida ressalva, provocando a supressão do necessário despacho aos Embargados, impedindo o subscritor de pronunciar-se nos referidos autos o que poderá acarretar grave prejuízo ao processo.

Face ao exposto, requer que tal fato seja certificado para fins de apresentação de representação junto a OAB.

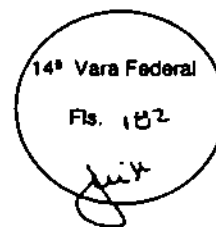
Termos em que
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1998

Dr Lourenço Bernardino de Senna
OAB/RJ 35.055



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



CERTIDÃO

CERTIFICO que trasladei para estes, cópia da sentença de Embargos de Declaração, proferida nos autos em apenso.

Do que, para constar, lavro o presente termo.

Rio de Janeiro, 08 de 10 de 1998.

Funcionário  encarregado

CERTGR1



PROCESSO Nº : 98.0044281-2
EMBARGANTE(S) : UNIÃO FEDERAL
EMBARGADO(S) : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

SENTENÇA

Vistos, etc.

RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS oferece(m) Embargos de Declaração, com fundamento no Art. 535 do CPC, com a nova redação determinada pela Lei nº 8950/94, ao argumento de que houve contradição na sentença de fls. 20/21.

Os embargos de declaração foram interpostos tempestivamente (art. 536, do CPC).

É o Relatório.

Decido.

Na realidade merecem acolhimento os embargos, visto que a sentença julgou extinto os embargos, por intempestivos, reconhecendo, inclusive, seu caráter protelatório, sendo devidos os honorários em favor dos embargados.

ISTO POSTO, CONHEÇO E ACOLHO OS EMBARGOS, a fim de que o dispositivo da sentença passe a ter a seguinte redação:

"Do exposto, JULGO EXTINTO os presentes embargos.

Sem custas. Honorários devidos aos Embargados no valor de R\$.1000 (hum mil) reais, devidamente corrigidos.

Traslade-se cópia para os autos principais."

P.R.I.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1998.


CLÁUDIA M. P. BASTOS NEIVA
Juíza Federal da 14ª Vara

VS_EMB7C
Lv.11.FLS.188 (D33)

PROCESSO: 97.0020107-4

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA.
Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1998.

DIANA MARIA LOPES KOW
Diretor(a) de secretaria
Processo No. 9700201074

1) Fls. 181 - Atenda a Secretaria, expedindo cer-
tidão.

2) Regularize-se fls. 140 e 144, juntando a via
original das procurações.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1998.

CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Juiz Federal

CERTIDAO

CERTIFICO que enviei, nesta data, noticia
do despacho supra para o D.O.E.R.J.
O referido e verdade e dou fe.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1998.

Diretor(a) da secretaria

CERTIDAO

CERTIFICO que o despacho supra foi
publicado no D.O.E.R.J. do dia 19/10/98
(pag 4). O referido e verdade e dou fe.
Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1998.

Diretor(a) da secretaria

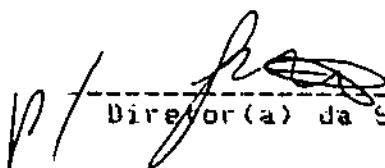


Fls. 185.
8

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nas petições
de fls 167 dos presentes
autores (processo nº 9720107-4),
assinada pelo advogado GERSO N
LUCCHESI, OAB RJ 85053, não houve
menção à existência de outro
patrono representando os demais autores do
do que, para constar, lavro este processo.
térmo.

Rio de Janeiro, 19 de 11
de 1998


Diretor(a) da Secretaria

14a V.F.
Fl.S. 186

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

petição dos exequentes

Do que, para constar, lavro este termo.***

Rio de Janeiro 02 de fevereiro de 1999.

João Machado
p/Diretor(a) de Secretaria

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

Processo. N.º : 97.0020107-4

DEILSON MOREIRA DE SANTANA E OUTROS, já qualificado nos autos da
EXECUÇÃO PROVISÓRIA, vem perante V.Exa. expor e requerer o que segue:

Após reiterados ofícios oriundo deste juízo determinando o cumprimento imediato da reintegração dos autores a reserva remunerada do Ministério da Marinha, **INFELIZMENTE** constata-se que até a presente data nenhuma providência foi tomada pelo órgão administrativo, no sentido de promover a execução do julgado e a reintegração dos autores.

Sob a alegação de falta de pessoal qualificado no setor, segundo informações oficiais do próprio órgão administrativo, que reconhece manter somente um funcionário para atender todos os atos administrativos advindos de processos judiciais referente a anistia. No mínimo constata-se daí um boicote, represaria ou má vontade da execução dos julgados que envolvem os anistiados, demonstrando a existência de uma clara política revanchista contra os anistiados em determinados órgãos administrativos militares.

Após enfrentarem mais 10 (dez) anos de batalha judicial, ganhado todos os recursos interpostos pela **UNIÃO FEDERAL**, que possuem o único objetivo de retardar o feito visando que o tempo leve os autores a sepultura e a eles não seja pago coisa alguma, os mesmos ainda sofrem mais um castigo, pois como pode verificar-se nos autos os autores já aguardam a mais de oito meses (26/05/98) a publicação das portarias de reintegração pela Ré, sendo que já foram enviados dois ofícios até agora sem cumprimento.

Pelo exposto, requer a intimação do Diretor do Pessoal Militar da Marinha, para que dê cumprimento do julgado, confeccionando e publicando no Diário Oficial a portaria de reintegração dos autores, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dos autores sob a sanções penais cabíveis, pois reiteradamente vem desobedecendo o julgado emanadas por este eminente juízo, visto que o prazo determinado nos ofícios anteriores já de muito se expirou.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1999.



GERSON LUCCHESI
OAB/RJ 85053

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os autores
não unificaram o
determinado no item 2
do r. despacho de fl. 184.

Do que, para constar, lavro este
térmo.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro
de 1999.


Diretor da Secretaria

14a V.F.

FLS. 189

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

PETIÇÃO

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 09 de 02 de 1999.

110
p/Diretor(a) de Secretaria

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Processo : 97.00201074

JUSTICA FEDERAL
- 814 -
14ª VARA
29

DEÍLSON MOREIRA DE SANTANA E OUTROS, já qualificado nos autos em epígrafe, vem através de seu advogado, expor e requerer o que segue

Diante do Mandado de Intimação expedido por Vossa Excelência, com resultado positivo no dia 26/01/99 e publicação no diário oficial no dia 29/01/99, na pessoa do Diretor de Pessoal Militar da Marinha no Rio de Janeiro que mandava reintegrar os Autores a corporação passando-os em seguida a reserva remunerada ou reforma conforme o caso. Para o cumprimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias. Cabe ressaltar que até a presente data a Marinha não cumpriu o feito deixando os Autores em situação muito difícil, devido ao carácter alimentar desta Ação.

Pelo Exposto, Requer os Autores nova intimação na pessoa do Diretor de Pessoal Militar da Marinha para que cumpra a Determinação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e execute, aumentando o valor da multa para R\$ 1000,00 (hum mil reais) por dia para cada autor, sendo a metade suportada pelo agente Administrativo que ora esta impedindo ou retardando o cumprimento. Destarte requerer também, independente da multa, que o Agente Administrativo responsável pelo cumprimento, sofra as sanções penais cabíveis, com fulcro no art. 330 do Código Penal, conforme Jurisprudência cito RT 418:249 e 656:334, e também que o Ministério da Marinha esclareça os motivos pelo qual não obedeceu o cumprimento da Decisão anteriormente citada.

Os autores assim como toda a sociedade, se vê perplexa diante da atitude praticada pelo órgão militar, que sob a égide do Diretor Pessoal Militar da Marinha, que vem dando um exemplo de desobediência e pouco caso ao poder judiciário, colocando entraves e castigando psicologicamente os autores já tão castigados e perseguidos durante mais de trinta anos, infelizmente aguardando até hoje por justiça.

N. Termos.
P. deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 1999.


GERSON MUCCHESI
OAB/RJ 85053

CERTIDÃO

Certifico que a cópia do ofício da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha e os documentos a seguir informam o cumprimento da intimação contida no mandado 954/49 expedido na carta de sentença nº 97.19158-3, processo de origem nº 00.708420.1. —

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1999.


Fun. Unar. Responsável.



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Ofício n.º 0511
VM/RR/53/T

Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1999.

79

Senhora Juíza,

Em atenção ao determinado no Mandado de Intimação protocolado nesta Diretoria em 25/01/99, referente ao cumprimento de decisão judicial prolatada nos autos da Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, em trâmite nessa Vara Federal, a qual se encontra em fase de execução provisória (Cartas de Sentença – registros n.º 97.0019158-3 e 97.0020107-4), cujos exequentes são ILAIAR MESQUITA E OUTROS e RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, respectivamente, transmito a V. Ex.ª as cópias das Portarias de n.º 0107 a 0133, todas desta Diretoria, datadas de 01/02/99, as quais dão integral cumprimento aos termos do Acórdão proferido pela 3ª Turma do TRF/2ª da Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ. A respeito, participo a V. Ex.ª que as citadas Portarias foram encaminhadas, na presente data, à Imprensa Nacional para publicação em Diário Oficial da União e que serão publicadas no Boletim n.º 05/99, deste Ministério.

2. Outrossim, participo que não foi emitida portaria para o autor JOSÉ LÚCIO DA SILVA, tendo em vista que já se encontra na situação de anistiado por força de decisão judicial, desde 26/09/89, como pode ser verificado na Portaria n.º 1862, de 26/09/89, desta Diretoria, cuja cópia segue anexa, e que o referido autor já faz parte da folha de pagamento deste Ministério como militar inativo, vide espelho de bilhete de pagamento em anexo.


3. Por final, participo que as referidas portarias estão sendo encaminhadas, na presente data, ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM), para que aquela Organização Militar adote, com urgência, as providências administrativas necessárias para a inclusão dos autores em folha de pagamento deste Ministério e para remeter a esse juízo o cálculo do *quantum* discriminado devido

(Fl. 2 do Ofício n.º 0511 da DPMM, de 1.º/02/1999)

aos autores. Participo que o SIPM fica localizado no 2º andar do prédio Almirante Tamandaré, situado na Praça Barão de Ladário s/n.º, Centro, nesta Cidade.

Atenciosamente,




ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

A Sua Excelência a Senhora
CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Juíza da 14ª Vara Federal – Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, n.º 243 – Anexo II – 8º andar
20040-009 Rio de Janeiro – RJ



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA



PORTARIA Nº **0127** DE **01** DE **Fevereiro** DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados os art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os ex-militares abaixo mencionados serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes:

Ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO	08/02/95
Ex-MN-EL 59.0097.30 JOSÉ DUARTE DOS SANTOS	21/06/97
Ex-1ª CI-EL 59.0107.38 ANTONIO DUARTE DOS SANTOS	18/02/96

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante

Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação

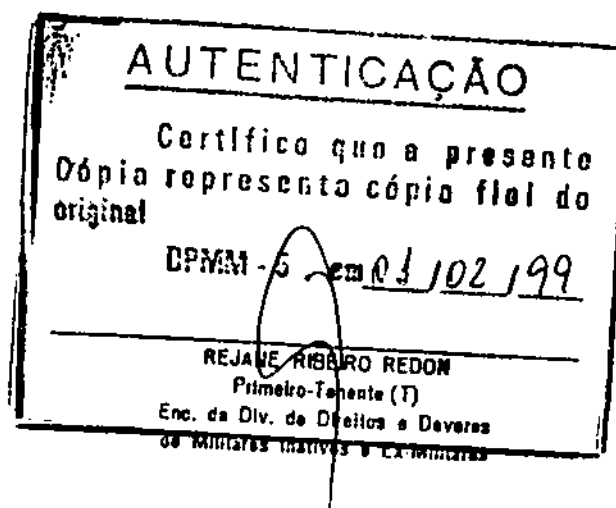
Bel

05

1999

REGINA ROBERTO REDON

Primeiro-Tenente (T)





MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0107** DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-OR 57.0585.39 RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 20 de janeiro de 1994.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPM-52.2 - DPM-53.1 - Arquivo

Publicação Bd 05/1999

RELAÇÃO DE ASSINATURAS

Primeiro-Tenente (T)

Protocolada em 05/10/2018 16:45:00 (Processo 0020107-04.1997.4.02.5101)

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CELENE MARIA SILVEIRA

Documento No: 1265525-10-0-237-155-027884 e sua autenticidade pode ser verificada no documento através do site <https://eproc-ws.jfrj.jus.br/>

CERTIFICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

BPM - 83, em 01.02.99.

REJANE DIBERTO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0108** DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os ex-militares abaixo mencionados serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes:

Ex-CB-MT 56.0191.31 JOSÉ JURANDIR DA SILVA 13/10/93
Ex-CB-ET 58.0590.32 FRANCISCO DAS CHAGAS ASSUNÇÃO DA SILVA 16/11/96


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Publicação Bol 05/1999

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

REGISTRO DE ASSINATURAS

Primeiro-Tenente (I)

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

BPM - 15 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeira-Adjunta (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0109** DE 02 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

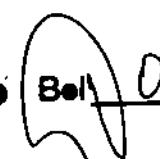
RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-MR 53.3903.42 ANTONIO AFONSO RIBEIRO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 15 de abril de 1975, data que atingiria a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados os art. 20, 21, n.º 6 e 119 da Lei 5.787 de 27 de junho de 1972. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 15 de abril de 1983.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:
SDM (Arq. MM)
SIM
SIPM
DPMM-52.2
DPMM-53.1
Arquivo

Publicação Bel 05 no 99


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

ВРММ-32. см 01/02/99

Primeiro Tenente (T)

Protocolada em 05/10/2018 16:45:00 (Processo 0020107-04.1997.4.02.5101)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CELENE MARIA SILVEIRA
Documento No: 1265525-10-0-237-155-327057 - consulta à autenticidade do documento através do site <https://eproc-ws.jfrr.jus.br/>



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº 0110 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os referidos ex-militares serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes:

Ex-CB-SI 55.5055.38 WILLY KLESKE

01/03/93

Ex-CB-CA 53.2120.37 ARTHUR GONÇALVES VALENTE

29/10/91

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR

Vice-Almirante

Diretor

Publicação

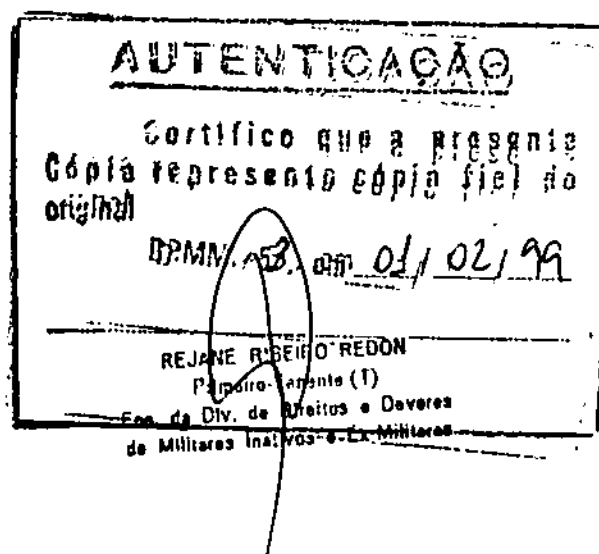
Bo 05 1999

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

REJANE ROBEIRO REDON

Primeira-Tenente (T)





MINISTÉRIO DA MARINHA



VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99


DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

PORTARIA Nº 0111 DE 01 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-EL 55.3690.31 JODIEL DE ARAÚJO MACEDO, autor na referida Ação, reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 17 de novembro de 1993.

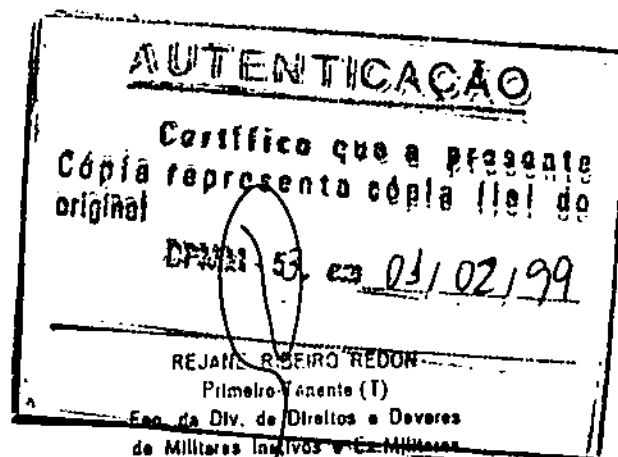

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1- Arquivo

Publicação Bo. 05 1999

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares





MINISTÉRIO DA MARINHA



VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

PORTARIA Nº **0112** DE **01** DE **Fevereiro** DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

R E S O L V E:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-2ª CL-SC 53.0239.35 OSMAM ARANHA FALCÃO CEZAR, autor na referida Ação, reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 10 de março de 1988, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 10 de março de 1992.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante

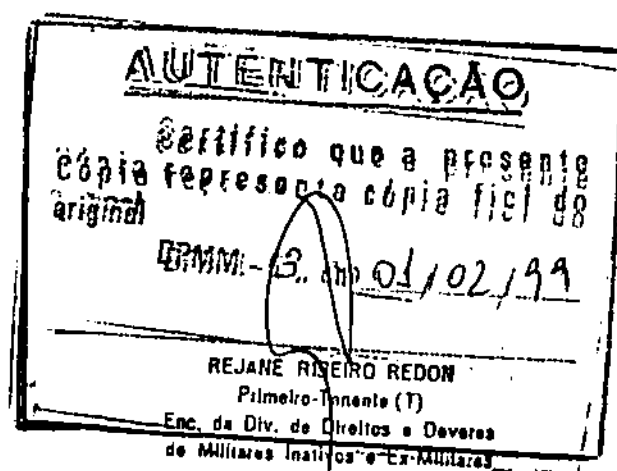
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo Publicação **Boi 05 1999**


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares





MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0113** DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-FN-IF 57.1697.64 JOÃO DOS SANTOS CARVALHO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 21 de março de 1987, data que atingiria a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 21 de março de 1993.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo Publicação

Bo 05 1999


REJANE RIBEIRO REDON
Primeira-Tenente (T)

Enc. de Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMM - 62 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Esp. de Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA



PORTARIA Nº **0114** DE 03 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-FN-IF 54.1420.67 **DOMINGOS MANOEL DE SÁ** reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 15 de maio de 1982, data que atingiria a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 15 de maio de 1988.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bel 05 No 99


REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMMI - 53 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99




PORTARIA Nº **0115** DE **01** DE **Fevereiro** DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-FN-IF 56.7092.69 **DEILSON MOREIRA DE SANT'ANNA** reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 31 de agosto de 1987, data que atingiria a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 31 de agosto de 1993.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação  05/09/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DATA: 22 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0116** DE 05 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-1ª CL-MA 55.0136.43 FRANCISCO DE ASSIS CURY reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 1º de novembro de 1992.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

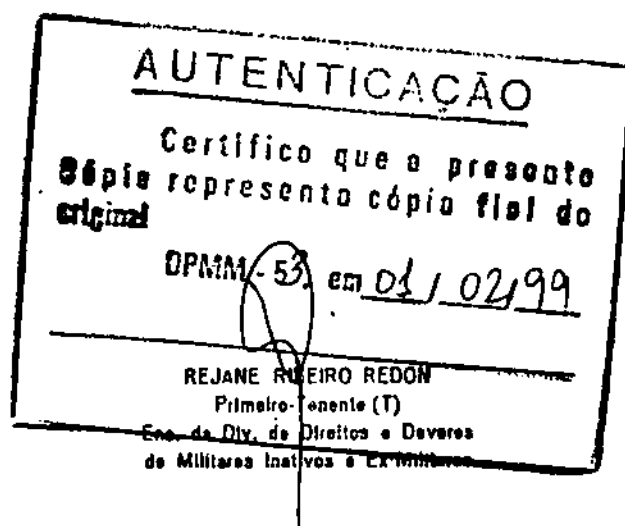
Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bol


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares





MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

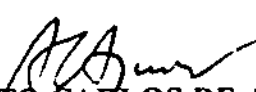


PORTARIA Nº **0117** DE 01 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-SD-FN 55.1744.69 JOSE DAMIÃO GOMES reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Terceiro-Sargento, a partir de 17 de novembro de 1985, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 27 de novembro de 1992.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bol

05/02/99


REJANE RIBEIRO REDON
Primeira-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
dos Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
cópia representa cópia fiel do
original

DPMM-53, em 03/02/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militaresativos & Ex-militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA




PORTARIA Nº **0118** DE 01 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-SD-FN 63.1195.61 EDSON FIRMINO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 56 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

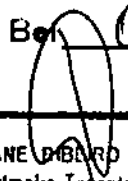

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação em

05/10/99


REJANE DIBARD REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

CPM-53 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e EX-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA




PORTARIA Nº **0119** DE 01 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que mandã dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-1ª CL-SM 61.3080.30 OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1998, com a remuneração que faz jus, observados o art. 56 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Em 05 1999


REJANE RIBEIRO REDON
Primeira-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
cópia representa cópia fiel do
original

DPMM - 53 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e EX-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0120** DE 05 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-SI 55.3011.34 PEDRO FRANÇA VIEGAS reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1998, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 29 de junho de 1993.

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

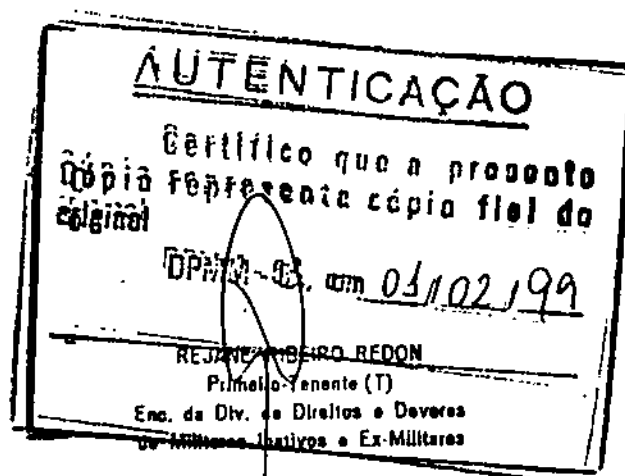
Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo Publicações Del 05/02/99

REJANE RIBEIRA REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direção e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares





MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99




PORTARIA Nº **0121** DE 05 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

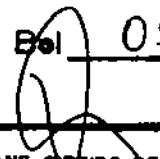
RESOLVE:

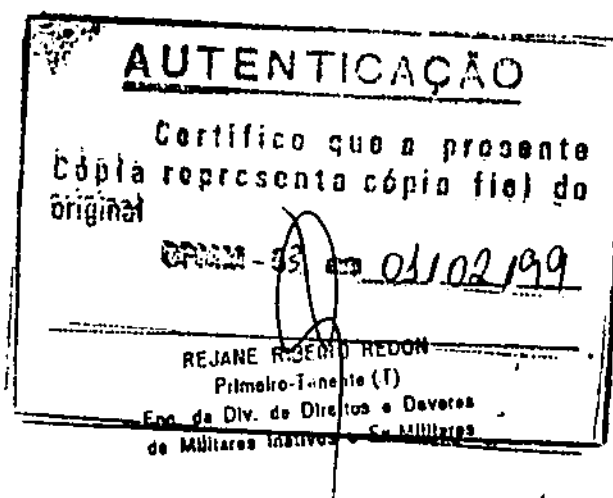
por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-MN-SM 63.1026.3 VALDIR DA SILVA DELGADO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 56 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:
SDM (Arq. MM)
SIM
SIPM
DPMM-52.2
DPMM-53.1
Arquivo

Publicação Em 05/02/99


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares





MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0122** DE 01 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os ex-militares abaixo mencionados serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes:

Ex-CB-AT 53.0251.30 MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO
Ex-CB-DT 53.0002.34 PERCEVAL ROSA

28/11/91
17/08/92

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante

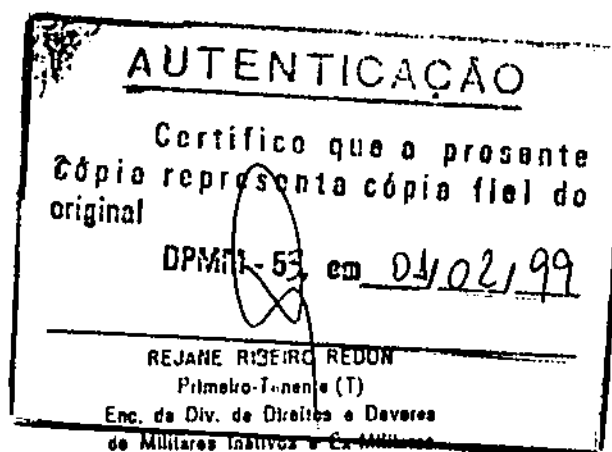
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação em 05/02/99

HEJANE REIRO REDON
Primeira-Tenente (T)





MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99




PORTARIA Nº **0123** DE 01 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:


por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-OS 58.0373.31 WALMIR AFONSO DE LIMA reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II e 138 da Lei 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 27 de junho de 1995.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bel 05 1999


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMM - 83 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0124** DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

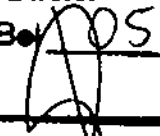
por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-1ª CL-SC 59.2205.38 **ROQUE SANTOS DE CARVALHO** reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados os art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 26 de novembro de 1996.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante

Diretor

Publicação Boletim 05 99

Distribuição:
SDM (Arq. MM)
SIM
SIPM
DPMM-52.2
DPMM-53.1
Arquivo


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

CPMCM-52 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Ativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99




PORTARIA Nº 0125 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que mandã dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados os art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

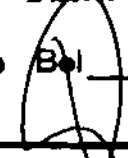
Ex-GR-SC 63.3006.30 JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO
Ex-GR-SM 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bol 05/1999


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

109574-158, em 01/02/99

REJANE RIBEIRO-REDON

Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA



PORTARIA Nº **0126** DE 01 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o Ex-CB-ES 55.3899.37 JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 21 de junho de 1987, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 21 de junho de 1991.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bo 05 10 99


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMM-52 em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Ativos e Ex-Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99



PORTARIA Nº **0133** DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

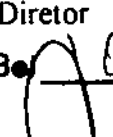
por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-TL 53.0090.37 RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 20 de abril de 1988, data que atingiria a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os art. 1º, inciso VI e 10, inciso II do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea d da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 20 de abril de 1992.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:

SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

Publicação Bo 05 / 10 / 99


REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPM - 53, em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeira Tenente (T)

Com. de Div. e Direção e Deveres
de Militares Inativos e Ex Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

DE/HN/53
F.24767/89
N-11-003



PORTARIA Nº 1862 DE 26 DE setembro DE 1989.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1865, de 21 de novembro de 1984, o Ministro da Marinha, tendo em vista a Sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 7709943/86, que tramitou na 5ª. Vara Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, e de acordo com o artigo 4º, 3º da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, combinado com o artigo 50 inciso II da Lei nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, resolve:

Considerar promovido por antiguidade à graduação de Suboficial o ex-CB-FM-IF 56.1703.6 - JOSÉ LÚCIO DA SILVA, e transferi-lo para Reserva Remunerada, a partir de 27 de novembro de 1985, com a remuneração a que faz jus, observados os artigos 20 e 121 da Lei nº 5787, de 7 de junho de 1972, e os artigos 1º inciso VI e 10 inciso II do Decreto nº 86763, de 22 de dezembro de 1981.

Pedro Steinhagen Filho
PEDRO STEINHAGEN FILHO
Vice-Almirante
Diretor

PUBLICADO NO D.O. de 05/10/89
[Assinatura]
ENC. DA CONFERÊNCIA

Dei. 23/89
[Assinatura]
EP124-89

AUTENTICAÇÃO


Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMN-153, em 01/02/99

REJANE RIBEIRO REDON

Primeiro Tenente (T)

Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

		MINISTÉRIO DA MARINHA PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA (PAPEM) BILHETE DE PAGAMENTO				MÊS DE PAGAMENTO JANEIRO/1999	
OC	OM	END	MATRÍCULA FINANCEIRA		DEPÓSITO BANCÁRIO		
99200	99200	502	NIP 56170360	VR	BANCO 104	AGÊNCIA 0219	NÚMERO DA CONTA 00209278 5
NOME						CPF	
JOSE LUCIO DA SILVA						310743407 87	
CONJ	POSTO	2 POSTO	IR D F		IND2	IND3	PASEP
I	SO	2T	DEP 01	IND1	S	M	
P/D	IMPORTÂNCIA	DISCRIMINAÇÃO			PARÂMETROS		
					1	2	N O
P	300,30	SOLDO			100		
	93,09	G TEMP SERV			031		
	240,24	GRAT HAB MIL			080	30	30
	480,48	GRAT ATIVID			160		
	703,50	GRAT CET					
	360,36	AD INATIVID			120		
	0,16	SAL-FAMILIA			001		
D	0,31	DESP CORREIO					
	7,03	INHOS HOSMAD					
	4,00	A V CFN			100	SM	01 30
	44,03	PENSAO MILIT					
	22,72	FUSMA 8%			008	SO	
	195,83	IMP RENDA					
MOEDA	TOTAL DOS PAGAMENTOS (P)	TOTAL DOS DESCONTOS (D)			TOTAL LÍQUIDO		
R\$	2.178,13	273,92			1.904,21		
SIPM - SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA							

Copyright © 1998 SIPM versão 1.0f Win/95/98/NT - SSL

Acesse os serviços do SIPM abaixo:

Disque-SIPM: (021) 283-2998

SIPM Internet: www.mar.mil.br/~sipm/sipm.htm

Voltar

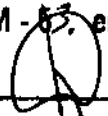


C/ A LOGADO .

CERTIFICAÇÃO

Certifico que a presente
Cópia representa cópia fiel do
original

DPMM - 63, em 01/02/99



REJANE RIBEIRO REDON
Primeiro-Tenente (T)
Enc. da Div. de Direitos e Deveres
de Militares Inativos e Ex-Militares

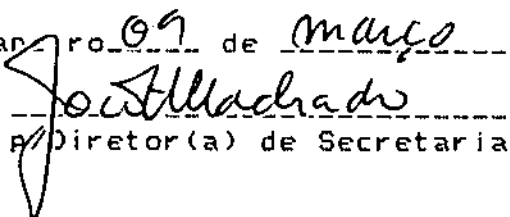
DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos
a cópia do ofício 08201 do Ministério da Marinha
cujo original foi juntado na Carta de Sentença
nº 97.19151-3, também oriunda do processo nº 08920-1.

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 09 de março de 1999.


Diretor(a) de Secretaria



MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Ofício n.º 0821

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1999.

Senhora Juíza,

Participo a V.Exª que as Portarias de n.º 0107 a 0133, datadas de 01/02/99 e encaminhadas pelo Ofício n.º 0511/99, desta Diretoria, referentes à Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, cujos executantes são ILMAR MESQUITA E OUTROS e RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, foram publicadas no Diário Oficial da União de 9 de fevereiro de 1999.

2. Outrossim, participo que as referidas portarias foram encaminhadas ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM), para a inclusão dos autores em folha de pagamento deste Ministério. No entanto, se faz necessário o fornecimento de algumas informações, tais como n.º de CPF, endereço, n.º de Conta Corrente dos mesmos, etc. Informo a V.Exª que o SIPM fica localizado no 2º andar do prédio Almirante Tamandaré, situado na Praça Barão de Ladário s/n.º, Centro, nesta Cidade.

3. Diante do exposto, solicito os bons préstimos desse juízo, no sentido de intimar os autores para que compareçam no endereço acima fornecido, de posse dos documentos mencionados, sem os quais este Ministério fica impossibilitado de dar continuidade ao cumprimento do julgado.

Atenciosamente,


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

A Sua Excelência a Senhora

CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA

Juza da 1ª Vara Federal – Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, n.º 243 – Anexo II – 8º andar

20040-009 Rio de Janeiro – RJ

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos
a cópia da petição da União e do ofício a Reguio, cujas
originais foram juntados na lista de sentenças
n.º 97.10158-3, também oriunda do proc. n.º 00.70892.01-.

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro, 04 de Março de 1999.

João Machado
p/ Diretor(a) de Secretaria

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO
DE JANEIRO

PROC: 7089201

AUTOR: Ilmar Mesquita e outros

A União vem, por sua advogada, nos autos do processo em referência, informar a V.Exa. que, consoante informação prestada pelo respectivo Ministério, em anexo, deu-se cumprimento ao Julgado em razão do recebimento no efeito devolutivo do Recurso de Apelação interposto.

P. deferimento.

Rio, 03 de Março de 1999.

CELLENE RODRIGUES
Advogada da União 2ª Categoria
Procuradoria da União - RJ



00513.002193/99-85 TP
01/03/99 15:40

222
7

MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Oficio n.º 0822

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1999.

Senhora Procuradora,

Participo a V.Exª, em aditamento ao Ofício nº 512/99, que as Portarias de nº 0107 a 0133, datadas de 01/02/99, desta Diretoria, referente ao cumprimento de decisão judicial prolatada nos autos da Ação Ordinária-Processo nº 7089201, em trâmite na 14ª Vara Federal/RJ, cujos exeqüentes são ILMAR MESQUITA E OUTROS e RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, foram publicadas no Diário Oficial da União de 9 de fevereiro de 1999.

Atenciosamente:

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR

Vice-Admirante

Director

A Sua Excelência a Senhora

VIVIANE ALBRADIQUE MARTINS DE F. MENDES

Procuradoria da União no Estado do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, n.º 511 - 8.º andar

20040-009 Rio de Janeiro

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos
a cópia da resposta ao ofício 59/98, mandado exp-
diar nos autos do proc. n.º 92.19158-3, referente ao
exigência por Diante dos autos, autuado no 1.º processo.

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro, 09 de julho de 1999.

João Silveira

p/ Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



MARINHA DO BRASIL

URGENTE

SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA


Ofício nº 4742

Rio de Janeiro, 05 de 07 de 1999.

Senhora Juíza,

Em atendimento à solicitação contida no vosso Ofício nº 959/98, retransmitido a este Serviço através do Ofício nº 0510, datado de 01 de fevereiro de 1999, da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, referente à Carta de Sentença - Processo nº 97.0019158-3, proposta por RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e OUTROS em face da União Federal, transmito a V. Exª o demonstrativo anexo, onde estão discriminadas as diferenças devidas ao Primeiro-Sargento Ref. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS, bem como o desconto para o Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA) e pensão militar, a que por lei as referidas diferenças estão sujeitas em moeda corrente à época dos pagamentos, sem qualquer atualização ou correção, no período de 05 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 1998.

Respeitosamente,


CESAR LUIZ SOVAT ALLEVATO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (1M)
Diretor

A Sua Excelência a Senhora Doutora
CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Juíza Federal da 14ª Vara/RJ

URGENTE

MINISTÉRIO DA MARINHA
SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA
DEMONSTRATIVOS DOS VALORES SIMULADOS DEVIDOS E RECEBIDOS



SERVIDOR:..... 1ºSG-REF 59.0097.30 José Duarte dos Santos

PERÍODO:..... 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
		()		(SO)	
<i>Período de 05 a 31/OUT/88</i>					
SOLDO.....	Cz\$	-		97.724,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cz\$	-	0%	29.317,23	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cz\$	-	0%	73.293,08	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cz\$	-	0%	80.133,76	40%
FUSMA.....	Cz\$	-	0%	(3.908,96)	4%
P MILITAR.....	Cz\$	-		(6.514,94)	

<i>Período de NOV/88</i>					
SOLDO.....	Cz\$	-		137.832,90	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cz\$	-	0%	41.349,87	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cz\$	-	0%	103.374,68	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cz\$	-	0%	113.022,98	40%
FUSMA.....	Cz\$	-	0%	(5.513,32)	4%
P MILITAR.....	Cz\$	-		(9.188,86)	

<i>Período de DEZ/88</i>					
SOLDO.....	Cz\$	-		173.738,40	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cz\$	-	0%	52.121,52	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cz\$	-	0%	130.303,80	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cz\$	-	0%	142.465,49	40%
ADIC NATALINO.....	Cz\$	-		498.629,21	
FUSMA.....	Cz\$	-	0%	(6.949,54)	4%
P MILITAR.....	Cz\$	-		(11.582,56)	

<i>Período de JAN/89 a ABR/89</i>					
SOLDO.....	NCz\$	-		285,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	85,68	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	214,20	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	234,19	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(11,42)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(19,04)	

Período de MAI/89 e JUN/89



..... I°SG-REF 59.0097.30

José Duarte dos Santos

..... 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS ()	%	DEVIDOS (SO)	
SOLDO.....	NCz\$	-		371,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	111,33	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	278,33	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	304,30	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(14,84)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(24,74)	

Período de JUL/89

SOLDO.....	NCz\$	-		579,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	173,70	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	434,25	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	474,78	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(23,16)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(38,60)	

Período de AGO/89

SOLDO.....	NCz\$	-		710,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	213,03	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	532,58	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	582,28	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(28,40)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(47,34)	

Período de SET/89

SOLDO.....	NCz\$	-		874,80	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	262,44	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	656,10	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	717,34	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(34,99)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(58,32)	

Período de OUT/89

SOLDO.....	NCz\$	-		1.311,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	393,30	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	983,25	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	1.075,02	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(52,44)	4%

IDENTIFICADOR:..... 1ºSG-REF 59.0097.30

José Duarte dos Santos



PERÍODO:..... 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
		()		(SO)	
P MILITAR.....	NCz\$	-		(87,40)	
Período de NOV/89					
SOLDO.....	NCz\$	-		2.527,50	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	758,25	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	1.895,63	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	2.072,55	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(101,10)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(168,50)	

Período de DEZ 89

SOLDO.....	NCz\$	-		3.911,40	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	1.173,42	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	2.933,55	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	3.207,35	40%
ADIC NATALINO.....	NCz\$	-		11.225,72	
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(156,46)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(260,76)	

Período de JAN/90

SOLDO.....	NCz\$	-		7.399,80	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	2.219,94	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	5.549,85	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	6.067,84	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(295,99)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(493,32)	

Período de FEV 90

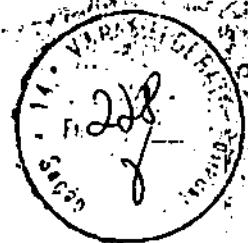
SOLDO.....	NCz\$	-		2.004,37	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	NCz\$	-	0%	601,31	30%
GRAT HAB MILITAR.....	NCz\$	-	0%	1.503,28	75%
ADIC INATIVIDADE.....	NCz\$	-	0%	1.643,58	40%
FUSMA.....	NCz\$	-	0%	(80,17)	4%
P MILITAR.....	NCz\$	-		(133,62)	

Período de MAR 90 a SET 90

SOLDO.....	Cr\$	-		23.738,70	
------------	------	---	--	-----------	--

SERVIDOR:..... 1ºSG-REF 59.0097,30

José Duarte dos Santos



PERÍODO:..... 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS ()	%	DEVIDOS (SO)	%
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	7.121,61	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	17.804,03	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	19.465,73	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(949,55)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(1.582,58)	

Período de OUT-90 a NOV-90

SOLDO.....	Cr\$	-		30.860,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	9.258,03	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	23.145,08	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	25.305,28	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(1.234,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(2.057,34)	

Período de DEZ-90

SOLDO.....	Cr\$	-		30.860,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	9.258,03	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	23.145,08	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	25.305,28	40%
ADIC NATALINO.....	Cr\$	-		88.568,49	
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(1.234,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(2.057,34)	

Período de JAN-91

SOLDO.....	Cr\$	-		55.857,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	16.757,10	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	41.892,75	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	45.802,74	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(2.234,28)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(3.723,80)	

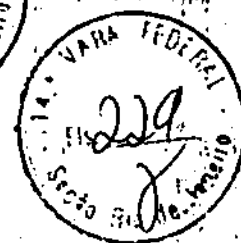
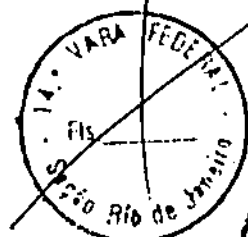
Período de FEV-91 a ABR-91

SOLDO.....	Cr\$	-		61.085,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	18.325,53	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	45.813,83	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	50.089,78	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(2.443,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(4.072,34)	

SERVIÇOR:..... 1ºSG-REF 59.0097.30

PERÍODO:..... 05/10/88 a 31/12/98

José Duarte dos Santos



RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
()		(SO)	

Periodo de MAI/91 e JUN/91

SOLDO.....	Cr\$	-		74.164,50	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	22.249,35	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	55.623,38	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	60.814,89	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(2.966,58)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(4.944,30)	

Periodo de JUL/91 a SET/91

SOLDO.....	Cr\$	-		88.997,40	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	26.699,22	30%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	66.748,05	75%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	72.977,87	40%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(3.559,90)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(5.933,16)	

Periodo de OUT/91 a NOV/91

SOLDO.....	Cr\$	-		268.041,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	83.092,90	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	40.206,24	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	80.412,48	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(10.721,66)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(17.869,44)	

Periodo de DEZ/91

SOLDO.....	Cr\$	-		321.649,80	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	99.711,44	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	48.247,47	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	96.494,94	30%
ADIC NATALINO.....	Cr\$	-		566.103,65	
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(12.865,99)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(21.443,32)	

Periodo de JAN/92

SOLDO.....	Cr\$	-		450.309,90	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	139.596,07	31%



1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos

PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

RECEBIDOS
()

%

DEVIDOS
(SO)

%

GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	67.546,49	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	135.092,97	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(18.012,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(30.020,66)	

Período de FEV/92

SOLDO.....	Cr\$	-		562.887,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	174.494,97	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	84.433,05	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	168.866,10	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(22.515,48)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(37.525,80)	

Período de MAR/92

SOLDO.....	Cr\$	-		643.299,30	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	199.422,78	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	96.494,90	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	192.989,79	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(25.731,97)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(42.886,62)	

Período de ABR/92

SOLDO.....	Cr\$	-		836.289,30	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	259.249,68	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	125.443,40	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	250.886,79	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(33.451,57)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(55.752,62)	

Período de MAI/92

SOLDO.....	Cr\$	-		997.113,90	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	309.105,31	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	149.567,09	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	299.134,17	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(39.884,56)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(66.474,26)	

Período de JUN/92



1ºSG-REF 59.0097.30 José Duarte dos Santos

PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
		()		(SO)	
SOLDO.....	Cr\$	-		1.157.938,80	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	358.961,03	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	173.690,82	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	347.381,64	30%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(46.317,55)	4%
MILITAR.....	Cr\$	-		(77.195,92)	

Periodo de JUL/92

SOLDO.....	Cr\$	-		1.157.938,80	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	358.961,03	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	173.690,82	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	347.381,64	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	926.351,04	80%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(46.317,55)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(123.513,47)	

Periodo de AGO/92

SOLDO.....	Cr\$	-		1.389.540,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	430.757,40	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	208.431,00	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	416.862,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	1.111.632,00	80%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(55.581,60)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(148.217,60)	

Periodo de SET/92

SOLDO.....	Cr\$	-		2.224.710,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	689.660,10	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	333.706,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	667.413,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	1.779.768,00	80%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(88.988,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(237.302,40)	

Periodo de OUT/92 a NOV/92

SOLDO.....	Cr\$	-		2.224.710,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	689.660,10	31%



1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos

PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
		()		(SO)	
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	333.706,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	667.413,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	2.224.710,00	100%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(88.988,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(259.549,50)	

Período de DEZ/92

SOLDO.....	Cr\$	-		2.224.710,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	689.660,10	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	333.706,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	667.413,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	2.669.652,00	120%
ADIC NATALINO.....	Cr\$	-		6.585.141,60	
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(88.988,40)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(281.796,60)	

Período de JAN/93

SOLDO.....	Cr\$	-		5.640.990,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	1.748.706,90	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	846.148,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	1.692.297,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	6.769.188,00	120%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(225.639,60)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(714.525,40)	

Período de FEV/93

SOLDO.....	Cr\$	-		5.640.990,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	1.748.706,90	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	846.148,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	Cr\$	-	0%	1.692.297,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	Cr\$	-	0%	7.897.386,00	140%
FUSMA.....	Cr\$	-	0%	(225.639,60)	4%
P MILITAR.....	Cr\$	-		(770.935,30)	

Período de MAR/93

SOLDO.....	Cr\$	-		7.502.570,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	Cr\$	-	0%	2.325.796,70	31%
GRAT HAB MILITAR.....	Cr\$	-	0%	1.125.385,50	15%

1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos



PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

RECEBIDOS

%

DEVIDOS

%

()

(SO)

FUSMA.....	CR\$	-	0%	(740,80)	4%
P MILITAR.....	CR\$	-		(2.716,27)	

Periodo de SET/93 e OUT/93

SOLDO.....	CR\$	-		34.590,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	CR\$	-	0%	10.722,90	31%
GRAT HAB MILITAR.....	CR\$	-	0%	5.188,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	CR\$	-	0%	10.377,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	CR\$	-	0%	55.344,00	160%
FUSMA.....	CR\$	-	0%	(1.383,60)	4%
P MILITAR.....	CR\$	-		(5.073,20)	

Periodo de NOV/93

SOLDO.....	CR\$	-		48.810,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	CR\$	-	0%	15.131,10	31%
GRAT HAB MILITAR.....	CR\$	-	0%	7.321,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	CR\$	-	0%	14.643,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	CR\$	-	0%	78.096,00	160%
FUSMA.....	CR\$	-	0%	(1.952,40)	4%
P MILITAR.....	CR\$	-		(7.158,80)	

Periodo de DEZ/93

SOLDO.....	CR\$	-		48.810,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	CR\$	-	0%	15.131,10	31%
GRAT HAB MILITAR.....	CR\$	-	0%	7.321,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	CR\$	-	0%	14.643,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	CR\$	-	0%	78.096,00	160%
ADIC NATALINO.....	CR\$	-		164.001,60	
FUSMA.....	CR\$	-	0%	(1.952,40)	4%
P MILITAR.....	CR\$	-		(7.158,80)	

Periodo de JAN/94 a FEV/94

SOLDO.....	CR\$	-		143.010,00	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	CR\$	-	0%	44.333,10	31%
GRAT HAB MILITAR.....	CR\$	-	0%	21.451,50	15%
ADIC INATIVIDADE.....	CR\$	-	0%	42.903,00	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	CR\$	-	0%	228.816,00	160%
FUSMA.....	CR\$	-	0%	(5.720,40)	4%

URGENTE
CAS DA MARINHA

1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos



PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

		RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
		()		(SO)	
P MILITAR.....	CR\$	-		(20.974,80)	
Periodo de MAR/94 a JUN/94					
SOLDO.....	URV	-		225,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	URV	-	0%	69,94	31%
GRAT HAB MILITAR.....	URV	-	0%	33,84	15%
ADIC INATIVIDADE.....	URV	-	0%	67,68	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	URV	-	0%	360,96	160%
FUSMA.....	URV	-	0%	(9,02)	4%
P MILITAR.....	URV	-		(33,09)	

Periodo de JUL/94 a AGO/94

SOLDO.....	R\$	-		225,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	-	0%	69,94	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	-	0%	33,84	15%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	-	0%	67,68	30%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	-	0%	360,96	160%
FUSMA.....	R\$	-	0%	(9,02)	4%
P MILITAR.....	R\$	-		(33,09)	

Periodo de SET/94 a NOV/94

SOLDO.....	R\$	-		225,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	-	0%	69,94	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	-	0%	78,96	35%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	-	0%	135,36	60%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	-	0%	360,96	160%
FUSMA.....	R\$	-	0%	(9,02)	4%
P MILITAR.....	R\$	-		(33,09)	

Periodo de DEZ/94

SOLDO.....	R\$	-		225,60	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	-	0%	69,94	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	-	0%	180,48	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	-	0%	270,72	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	-	0%	360,96	160%
ADIC NATALINO.....	R\$	-		1.107,70	
FUSMA.....	R\$	-	0%	(9,02)	4%
P MILITAR.....	R\$	-		(33,09)	



1ºSG-REF 59.0097.30 José Duarte dos Santos

PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

	RECEBIDOS ()	%	DEVIDOS (SO)	%
Período de JAN/95 a JUL/95				
SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	
Período de AGO/95 a NOV/95				
SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		110,70	
GRAT TEMP.....	R\$ -		110,70	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	
Período de DEZ/95				
SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		110,70	
GRAT TEMP.....	R\$ -		110,70	
ADIC NATALINO.....	R\$ -		1.616,33	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	
Período de JAN/96 a AGO/96				
SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%



1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos

PERÍODO: 05/10/88 a 31/12/98

	RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
	()		(SO)	
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		110,70	
GRAT TEMP.....	R\$ -		110,70	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	

Período de SET/96 a NOV/96

SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		221,40	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	

Período de DEZ/96

SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		221,40	
ADIC NATALINO.....	R\$ -		1.616,33	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	

Período de JAN/97 até NOV/97

SOLDO.....	R\$ -		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$ -	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$ -	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$ -	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$ -	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$ -		221,40	
FUSMA.....	R\$ -	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$ -		(41,67)	

Período de DEZ/97

1ºSG-REF

59.0097.30

José Duarte dos Santos

05/10/88 a 31/12/98



	RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
	(R\$)		(R\$)	
SOLDO.....	R\$		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$		221,40	
ADIC NATALINO.....	R\$		1.616,33	
FUSMA.....	R\$	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	R\$		(41,67)	

Período de JAN/98

SOLDO.....	R\$		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$		472,80	
FUSMA.....	R\$	0%	(22,73)	8%
P MILITAR.....	R\$		(41,67)	

Período de FEV/98 até ABR/98

SOLDO.....	R\$		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$		472,80	
FUSMA.....	R\$	0%	(22,73)	8%
P MILITAR.....	R\$		(41,67)	

Período de MAI/98 até NOV/98

SOLDO.....	R\$		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	R\$	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	R\$	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	R\$	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	R\$	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	R\$		472,80	
FUSMA.....	R\$	0%	(22,73)	8%
P MILITAR.....	R\$		(41,67)	

SERVIDOR:..... IºSG-REF 59.0097.30 José Duarte dos Santos

PERÍODO:..... 05/10/88 a 31/12/98



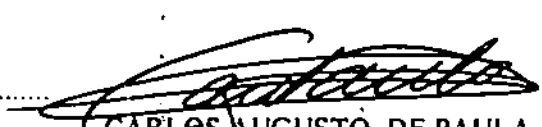
RECEBIDOS	%	DEVIDOS	%
()		(SO)	

Período de DEZ/98

SOLDO.....	RS	-		284,10	
GRAT TEMP SERVIÇO.....	RS	-	0%	88,07	31%
GRAT HAB MILITAR.....	RS	-	0%	227,28	80%
ADIC INATIVIDADE.....	RS	-	0%	340,92	120%
GRAT ATIVID MILITAR.....	RS	-	0%	454,56	160%
GRAT CET.....	RS	-		221,40	
ADIC NATALINO.....	RS	-		1.616,33	
FUSMA.....	RS	-	0%	(11,36)	4%
P MILITAR.....	RS	-		(41,67)	

Rio de Janeiro, R.J., em 18/06/99

Elaborado por:.....


CARLOS AUGUSTO DE PAULA

Cabo-PE

CPF 070055317-79

Visto por:.....


MARCOS ALEXANDRE RIBEIRO BORBA

Capitão-Tenente (IM)

Enc. da Div. de Pagamento de Inativos

Processo nº. 97.0020107-4

Fls. 239

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que: nesta data
desapensei os autos dos embargos nº 98.
0044281-2 a fim de remetê-los ao
eg. TRF.

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1999.

João Machado
Funcionário Responsável.

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos

----- PETIÇÃO -----

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro 10 de 08 de 1999.

----- # 2 -----
p/Diretor(a) de Secretaria

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO



Ref.: Proc. Nº 97.0020107-4

RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA,
nos autos da **AÇÃO ORDINÁRIA** acima referida, vem, através de seus
advogados, requerer a V. Exª a juntada do documento de revogação de
mandato em anexo, bem como a juntada do novo documento de
procuração.

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1999.

Erica Arrabal Lima



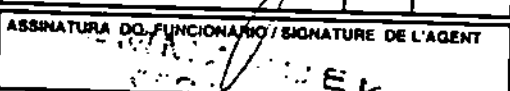
ERICKA ARRABAL LIMA
OAB/RJ - 78.606

Iara Henrique Amato

IARA HENRIQUE AMATO
OAB/RJ - 81.896

JFJ-140700-133 1999-06-06-1999-16:08-071006-1/1

Fls 242

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input checked="" type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO / DE RECEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT 247 Treze de Maio		Nº DO OBJETO / N° 502672674	
DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 32103199				
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE L OURENÇO BERNADINO DE SENNA			
	ENDEREÇO / ADRESSE Rua Acre nº 77 sala 901			
	CEP / CODE POSTAL 20081-000		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS Centro - Rio de Janeiro/RJ.	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR RIVALDO FIGUEIRÊDO DA SILVA			
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Av. Treze de Maio nº 13 sala 1318/19			
	CEP / CODE POSTAL 20031-000		CIDADE / LOCALITÉ CENTRO-CINELÂNDIA-RIO DE JANEIRO	
		UF RJ	BRASIL	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE  JOSE DOS SANTOS		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT 		

78170372-3 A8 = 105 x 148 mm

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA

229-OFFICIO DE NOTAS -
 WILHAMI DE OLIVEIRA - Notário - Nº 106796
 Rua Senador Dantas, 1842 - C. - RJ - Tel. 344-0277
 Certifico que a presente é cópia
 do original que foi exibido.
 Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1999
 PATRIZ FOLLY OLIVEIRA - Substituto - CFO - (17)
 Válido somente com selo de Fiscalização. - Total 2,26

22º. Ofício do Not.

CORREGIDORIA GERAL
 1ª OFICINA DE JUSTIÇA RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº 44051
 TATO

Rio de Janeiro, 19 de março de 1999

Ao Ilm^o.Dr. Advogado LOURENÇO BERNARDINO SENNA (e outros)
Rua do Acre n^o 77 sala 901
CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ.
CEP. 20081 - 000

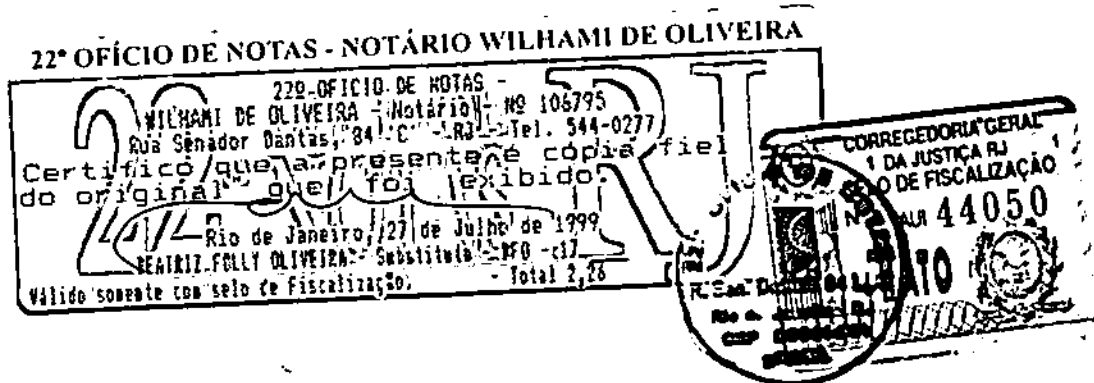


Prezado Dr.

Tem a presente a função de comunicar que RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA não deseja mais continuar tendo V.S. como patrono na Ação Ordinária n^o 000708920-1 e Apelação Cível n^o 91.02.12465-3/RJ., atualmente em fase de RECURSO EXTRAORDINÁRIO haja visto o desinteresse que V.S. usualmente tem de mostrado com referência ao pleito.

Atenciosamente,
Rivaldo Figueiredo da Silva
Rivaldo Figueiredo da Silva

Em tempo: Caso V.S. queira contestar a presente, comunico endereço para comunicação - Av. Treze de Maio n^o 13 sala 1318/19 - Cinelândia - Centro - Rio de Janeiro/RJ. CEP 20031-000



PROCURAÇÃO

Fls. 244
12

OUTORGANTE:

RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado na cidade de São João do Meriti, à Rua Abigail Guimarães, nº 35, apto. 304, bloco A, portador da Carteira de Identidade nº 03734428-0, expedida pelo IFP e inscrito no CPF/MF sob o nº 400.719.107-78.

OUTORGADOS:

IARA HENRIQUE AMATO, ERICKA ARRABAL LIMA, LÊDA MARIA GUIMARÃES CUNHA, ISMAEL CEZAR LA BANCA, JOÃO RICARDO AYRES DA MOTTA e GILVAN SOARES DA SILVA, brasileiros, advogados, inscritos na OAB-RJ sob o nº 81.896, 78.606, 23.514, 97.273, 84.803 e 91.761, respectivamente, todos com escritório na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Churchill, nº 94, grupo 404, Castelo.

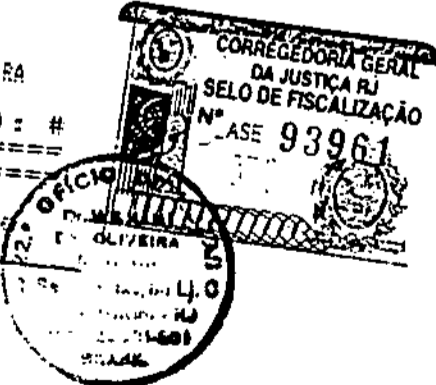
PODERES:

Os da cláusula *ad judicium et extra*, para atuar em qualquer foro ou tribunal, em conjunto ou separadamente, especialmente para acordar, firmar compromissos e assinar termos, concordar, discordar, receber e dar quitação, prestar primeiras e últimas declarações, assinar termos de inventariança e testamentaria, bem como todos os atos que se façam necessários para o fiel cumprimento do presente mandato, em especial para atuar em ações em face da União Federal, podendo, ainda, substabelecer no todo ou em parte.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 1999

Rivaldo Figueiredo da Silva
Rivaldo Figueiredo da Silva

SERVICÓ NOTARIAL DO 22º OFÍCIO DE NOTAS
22º Ofício de Notas - Notário: JOSE MILHANI FERNANDES DE OLIVEIRA
Rua Senador Dantas, 84 - RJ - Tel. 544-0277 - Nº 17019
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #
RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA-67/151, #=====
Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1999 a 04:27
1- Em Testemunho
ABILSON SALVADOR DA SILVA - N.º 1-
Válido somente com selo de fiscalização.
Total 1,50



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São João do Meriti, RJ, Rua A. Bonfatti, nº 304, apto. 304, inscrita no CPF nº 037.428-0, expedida pelo nº 400.719.103-7.

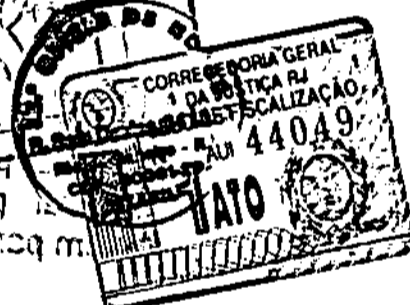
OUTORGADOS

LIARA HENRIQUE AMATO, ENCHA ARRABAL, LIMA, LÉDA MARIA GUIMARÃES GUIMARÃES, ISMAEL CÉSAR LA BANCA, JOÃO RIBEIRO, AYRES DA MOTA e GILVAN SCARLES DA SILVA, brasileiros, advogados inscritos no OAB RJ sob o nº 01.698, 70.000, 20.014, 67.570, 84.803 e 91.731, respectivamente, todos com escritório na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Churchill nº 24, grupo 404, Castelo.

PODERES:

Os da cláusula de habilitação e extra, para que em qualquer ato em nome do outorgante, em nome de qualquer um dos outorgados, especialmente para a celebração de contratos, com ou sem fiança, possam ser realizados, com a mesma validade e eficácia que se obtiveriam se fossem realizados diretamente pelo outorgante.

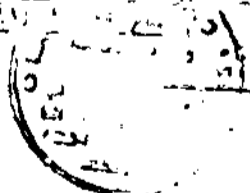
22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA
WILHAMI DE OLIVEIRA - Notário - Nº 106797
Rua Senador Dantas, 84 - C. - RJ - Tel. 544-0277
Certifico que a presente cópia do original foi exibida.
Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1999.
WILHAMI DE OLIVEIRA - Substituto - Nº 17 - Total 2,26
Válido somente com selo de Fiscalização.



Rio de Janeiro, 04 de maio de 1999

Rivaldo Figueiredo da Silva

1999





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Fls. 245

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos
petição do cumulo

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio, 13 de 01 de 2000.

Servidor(a)

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Processo: 97.00020107-4

JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTRO E CONTAS
12 JAN 2000


14ª VARA

ARLETE CARVALHO FREITAS DE SÁ, nos autos do processo em epígrafe, vem através de seu advogado perante a V.Exa expor e requerer o que segue:

Em virtude do falecimento de seu marido **DOMINGOS MANOEL DE SÁ**, requerer a sua habilitação incidente, e requerer com caráter de urgência expedição de ofício ao Diretor de Pessoal Militar da Marinha, informando o óbito de seu de cujus, para que possa ser retificada a sua portaria de reintegração, possibilitando assim a concessão de sua pensão militar.

Nestes termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2000.


GERSON LUCCHESI
OAB/RJ 85053

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCALIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUÍVEL

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE EMPREGADORES E SOCIALIZAÇÕES

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura do Contribuinte: *DADE P. de Freitas*

CIC

INSCRIÇÃO NO CPF: 2024718847-68

04-07-39

ARLETE CARVALHO FREITAS DE SA

Assinatura: *Arlete Carvalho Freitas de Sa*

NOTARIO BALBUINO - 22º OFICIO DE NOTAS

Rua Senador Dantas, 84, loja 1 - Rio de Janeiro, RJ

Atentado

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado.

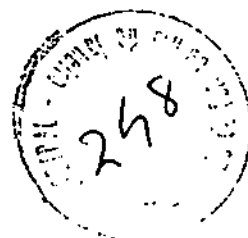
Rio de Janeiro, 22/04/1998 - Em teste

Valor: 1,88 da verdade.

Yeda Regina Bratto Costa - Substituta

11250

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato,
Arlete Carvalho Freitas de Sá, brasileira
(NOME) (NACIONALIDADE)
viuva, pensionista
(ESTADO CIVIL) (PROFISSÃO)
177359 (M.M.), 024718 847/68,
(Nº DA IDENTIDADE) (Nº DO CPF)
Rua Amibal Esteves, 105, Penabento
(DOMICÍLIO)

nomeia e constitui seu bastante procurador **GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA**, portador da OAB/RJ 85053, com escritório na Av. 13 de Maio, nº 13, sala 1318, Centro, RJ, conferindo-lhe os poderes da cláusula *Ad Judicia* e os especiais para representá-lo na Justiça Militar, perante a _____ Auditoria Militar, podendo propor, desistir, conciliar, retificar e ratificar declarações e assentadas, transigir, discordar, acordar, interpor recursos, praticando enfim, tudo mais que necessário para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Rio, RJ, 18/12/97
(DATA)

Arlete Carvalho Freitas de Sá
(ASSINATURA)

1º Ofício de Notas - Notário: JOSÉ DE BRITO FREIRE FILHO
Av. Rio Branco 120 Sobreloja 20 - RJ - Tel. 509-3006 - Nº 258379
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #
ARLETE CARVALHO FREITAS DE SA 51710, #===
#=====

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1998
Em Testemunho
JOSE CARLOS FURTADO NOLASHI - Notário
Rs. ... = 1 - P/Firma 0.35 - P/Proc. 1.35 - Total R\$ 1.70
Ass. Fm. 120 - Sala 20

OFÍCIO DE NOTAS
JOSE CARLOS FURTADO NOLASHI
Ass. Fm. 120 - Sala 20

ESTADO DE PERNAMBUCO

ARTORIO DO REGISTRO CIVIL
da 1.ª Zona - Boa Vista
Recife - Pernambuco
Maria de Lourdes Gonçalves
Nivaldo Portela Buonafina Júnior
1.º Substituto



PODER JUDICIÁRIO

Maria de Lourdes Gonçalves Buonafina

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca do Recife
Rua Gervásio Pires, n.º 185 - 1.º andar - Boa Vista - Recife - PE - Fone: 222-0796
Nivaldo Portela Buonafina Júnior
1.º Substituto

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, às fls. 244 do livro n.º C-28 sob o n.º 33.352 de Registro de óbitos, consta o assento de "DOMINGOS MANOEL DE SÁ"

* * * falecido no dia Doze de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois (1992). * * *

às 20:20 horas - Em Hospital Naval do Recife, PE. -

* * do sexo masculino de cor morena

profissão Militar natural de Floresta-PE. -

domiciliado em Rua Manoel Nonato de Sá, nº 34, Centro, Floresta-PE. -

com Sessenta (60) anos de idade, estado civil Casado

filho de MANOEL NONATO DE SÁ. - falecido -

profissão * * * natural de * * *

e residente em * * *

e de CECILIA MARIA DE JESUS. - falecida -

profissão * * * natural de * * *

e residente em * * *

Foi declarante Maria Lucia de Lima. -

sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. Alexandre Chaves. -

que deu como causa morte Cirrose Hepática + Varizes de Esôfago + Anemia Aguda. (Hemorragia Digestiva). -

o sepultamento foi feito no cemitério de Floresta-PE. -

Observações: O falecido era casado com: ARIETE CARVALHO FREITAS DE SÁ e deixou um filho de nome: Vladimir Carvalho; de outra união com: MARIA DE LOURDES FERRAZ MAGALHÃES, deixou um filho de nome: Claus Romo. -

Registro de óbito lavrado no dia: 17.12.1992. -

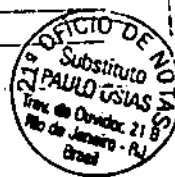
O referido é verdadeiro.

Maria de Lourdes Gonçalves Buonafina
Rua Gervásio Pires, nº 185 - 1.º andar - Boa Vista - Recife - PE - Fone: 222-0796
Nivaldo Portela Buonafina Júnior
1.º Substituto

Recife 17 de Dezembro de 1992

Nivaldo Portela Buonafina Júnior
Oficial do Registro Civil

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: **Ney Ribeiro.**
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que me foi apresentado. Valor: 1,85
Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1998. Conf. por: _____
24221 Paulo Osias Substituto



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
1.º Distrito da Vila
Estado do Rio de Janeiro
Cidade de Nilópolis
Escritório de Justiça
Rua do Rosário, 76 - 08



PRIMA 7.º OFÍCIO DE NOTAS
EDGARD CO: A FILHO
Rua do Rosário, 76 - 08

República Federativa do Brasil
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS
ROBERTO SILVEIRA, 1498
TELEFONE 2007

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Bacharel MILTON OLIVETTI PEREIRA, Escrivão e Oficial do Registro Civil do 1.º Distrito do Município e Comarca de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, por nomeação à forma da Lei, etc.

CERTIFICA que a fls. 127 do Livro 69 sob o termo número 34482 de Registro de Casamento, consta o de Domingos Manuel de Sa e Arlete de Carvalho Freitas realizado no dia 2 de maio de 1964.

perante o Juiz de Paz Francisco Nunes da Silva e as testemunhas Atrayde Alves de Macedo e Marlene Bueno Rocha de Macedo

ELE
Nascido em Pernambuco
aos 15 de maio de 1932
Profissão Militar

Estado civil Solteiro
domiciliado e residente nesta cidade
filho de Manoel Norato de Sa e Arlúcia Maria de Jesus
a qual passa a assinar-se Arlete de Carvalho Freitas de Sa

Apresentou os documentos a que se refere o artigo 180 do Código Civil.
Observações Casamento realizado pelo regime da comunhão de bens

ELA
Nascida em Estado do Rio
aos 14 de julho de 1939
Profissão doméstica

Estado civil Solteira
domiciliada e residente nesta cidade
filha de Pedro de Campos Freitas e Judinha de Carvalho Freitas

CUSTAS	
Lei 7065 de 15-12-72	
TABELA II	
Certidão Cr\$	5,20.
Busca .. Cr\$	13,00
T. Judic. Cr\$	0,91
Total Cr\$	19,11.
Data	06.6.73
RUBRICA	

O referido é verdade e dou fé.
PRIMA 7.º OFÍCIO DE NOTAS
EDGARD CO: A FILHO
Rua do Rosário, 76 - 08
de junho de 1973

OFICIAL

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTARIO WILHAMI DE OLIVEIRA

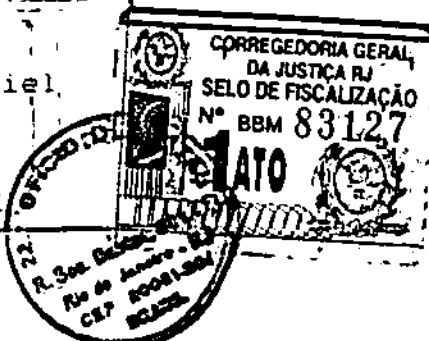
22º OFÍCIO DE NOTAS - Matriz
WILHAMI DE OLIVEIRA - Notário - Nº 279508
Rua Senador Dantas, 84 - RJ - Tel: 544-0277

Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 2000

APILSON SALVADOR DA SILVA

Valido somente com selo de Fiscalização. Total 2,00



Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 21 de março de 1987, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 21 de março de 1987.

Nº 114 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CP-FIN-52.071 DOMINGOS ALMEIDA, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 13 de maio de 1982, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 13 de maio de 1982.

Nº 115 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-FN-54.7092 69 DEILSON MOREIRA DE SANT'ANNA reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 31 de agosto de 1987, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 31 de agosto de 1987.

Nº 116 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CP-CL-55.0136 43 FRANCISCO DE ASSIS CURY reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 1.º de novembro de 1992.

Nº 117 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-SD-FN 55.1744 69 JOSÉ DAMIÃO GOMES reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Terceiro-Sargento, a partir de 17 de novembro de 1985, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso II do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 27 de novembro de 1992.

Nº 118 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-SD-FN 55.1193 61 EDSON FIRMINO reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Segundo-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Nº 119 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CP-CL-SAI 61.3060 30 OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Nº 120 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CP-SI 55.1011 34 PEDRO FRANÇA VIEGAS reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso II do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 29 de junho de 1993.

Nº 121 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-MN-SM 63.1076 3 VALDIR DA SILVA DELGADO reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 56 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Nº 122 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados no Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso II do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os ex-militares abaixo mencionados serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes.

Ex-CP-AT 53.0251 38 MANOEL DO BONFIM RIOS SAURAMENHO 22/11/91
Ex-CB-DT 53.0002 34 PERCEVAL RUSA 17/08/91

Nº 123 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-OS 58.0173 31 WALDIR AFONSO DE LIMA reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, inciso II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 27 de junho de 1993.

Nº 124 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CP-CL-SC 59.2205 31 ROQUE SANCOS DE CARVALHO reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 26 de novembro de 1994.

Nº 125 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados no Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Ex-GR-SC 63.3006 30 MINAS CLEMENTE DE BARRIOS MELO
Ex-GR-SAI 63.3292 39 ABINAIL TABOAS DE MELO

Nº 126 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-ES 55.3890 37 JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO reintegrado no Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 21 de junho de 1987, data que atingiu a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso III do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que o referido ex-militar será considerado também reformado por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir de 21 de junho de 1991.

Nº 127 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados no Serviço Ativo da Marinha, transferidos para a reserva remunerada na graduação de Primeiro-Sargento, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que faz jus, observados o art. 50, II e 138 da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e os arts. 1.º, incisos VI e X, inciso II do Decreto n.º 84.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado no presente ato que os ex-militares abaixo mencionados serão considerados também reformados por terem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, nos termos do art. 104, inciso II e 106, inciso I, alínea g da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a partir das datas colocadas após os seus nomes.

Ex-MN-EL 59.0091 31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO 08/01/95
Ex-MN-EL 59.0097 30 JOSÉ QUARTE DOS SANTOS 21/06/91
Ex-CP-EL 59.0107 31 ANTONIO QUARTE DOS SANTOS 18/02/96

Nº 133 -

por força de decisão judicial que anula os autos da Ação Ordinária supramencionada, considerar o ex-CB-TL 53.0090 37 RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA reintegrado no Serviço Ativo da Marinha.

253

89.0015668-3 AUTUADO EM 25/09/1989

CLASSE: ORDINARIA/SERVIDORES PUBLICOS

AUTOR: ERONILDES DE SOUZA LIMA E OUTROS

REU: UNIAO FEDERAL

PROTOCOLO: 25/09/1989

VARA: 19 - 19A.V. RIO DE JANEIRO - CIVEL

ULTIMO MOVIMENTO

CONCLUIDO EM 10/12/1999 PARA DESPACHO

JUIZ DO DESPACHO: GUILHERME COUTO DE CASTRO

DESPACHO

FLS. 247: OFICIE-SE AO DIRETOR DO PESSOAL DA MARINHA
OPM DETERMINANDO QUE SEJA RETIFICADA A PORTARIA NO
1049 DE 11 DE AGOSTO DE 1999 QUE REFORMOU O AUTOR R
AIMUNDO DE SOUZA SANTOS EM 13/01/93 TENDO EM VISTA O
SEU FALECIMENTO EM 27/09/94 CONFORME COMPROVA O DOCUM
ENTO DE FLS. 215. APOS CUMPRAR-SE A PARTE FINAL DO DES
PACHO DE FLS. 245.

INTIMADO EM 14/12/1999

EM DECORRENCIA OS AUTOS ESTAO A DISPOSICAO

/FORAM REMETIDOS/ESTAO

SECRETARIA DO JUIZO

PARA AGUARDANDO RESPOSTA DE OFICIO

SEM CONTAGEM DE TEMPO

DISPONIVEL 15/12/1999

EM DECORRENCIA OS AUTOS ESTAO A DISPOSICAO

/FORAM REMETIDOS/ESTAO

PORTARIAS DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do Juízo da 1ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, contida no Ofício nº 1004, datado de 13 de dezembro de 1999, para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, referente à decisão judicial - Acórdão proferido pela Terceira Turma do Tribunal Regional da 2ª Região na Apelação Cível nº 92.02.16153-4/RJ, cuja Ação Ordinária-Processo nº 89.0015663-3, iniciou-se na 1ª Vara Federal/RJ, em que são partes o ex-MN-MR 56.8161-31 EBONIDES DE SOUZA LIMA E OUTROS e a União Federal (Marinha do Brasil) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, resolve:

Nº 1.544 - Art. 1º - Excluir da Portaria nº 1049, de 11/08/99, desta Diretoria, publicada no Diário Oficial da União de 11/08/99 e no Boletim nº 20999 da Marinha do Brasil, o nome de RAIMUNDO DE SOUZA SANTOS, com o propósito de regularizar a situação desta Autor e de seus beneficiários de pensão militar, conforme disposto no artigo seguinte.

Art. 2º - Considerar o ex-1º CL-CP 59.4005.44 RAIMUNDO DE SOUZA SANTOS, autor da Ação Ordinária supramencionada, reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha e transferido para a reserva remunerada na graduação de Suboficial, a partir de 5 de outubro de 1983, com a remuneração que faz jus, observados os arts. 20 e 119, parágrafo único da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, 1º inciso VI, e 10, inciso III, do Decreto nº 66.763, de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto nº 96.877, de 29 de setembro de 1983, com efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1983, data da promulgação da Constituição Federal. Fica consignado que o autor é considerado excluído da reserva remunerada, por motivo de falsificação, a partir de 27/09/94, data do óbito, conforme consta na Certidão de Óbito (livro 66-C, registro nº 37327, do Registro Civil do 1º Distrito - 2ª Circunscrição do Município de Duque de Caxias), assegurando aos seus beneficiários de pensão militar, nos termos da Lei nº 3.675 de 4 de maio de 1960 e do Decreto nº 49.096 de 10 de outubro de 1960, o recebimento da pensão que fazem jus, a partir da data do óbito.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares tendo, em vista a determinação do Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Friburgo - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Ofício nº 673, datado de 6 de dezembro de 1999, para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que encaminha cópia da Decisão (deferimento de Autuação de Tutela), proferida em 30 de novembro de 1999 nos autos da Ação Ordinária-Processo nº 99.0019657-2 movida perante a 1ª Vara Federal por AMIR DOS SANTOS MESSA, contra a União Federal (Marinha do Brasil) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, resolve:

Nº 1.545 - Art. 1º Por força de decisão judicial na Ação Ordinária supramencionada, considerar o autor reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, a partir de 5 de outubro de 1983, e nesta data transferido para a reserva remunerada, com a remuneração que faz jus, nos termos do disposto no lado de seu nome, conforme discriminado no quadro abaixo:

AUTOR	PROMOVIDO A	REMUNERAÇÃO	SIT. INATIVIDADE	HOMÓLOGO
ex-MN-AT-55.5031-31 AMIR DOS SANTOS MESSA	Suboficial	Art. 50, inciso II da Lei nº 6.880 de 09/12/80; Art. 1º, inciso VI, e 10, inciso III do Dec. 66.763 de 22/12/81 alterado pelo Dec. 96.877 de 29/09/83	Reformado a partir de 28/08/92, nos termos do Art. 104, II 106, I, alínea g da Lei nº 6.880 de 09/12/80	SO-AT (Ref) 55.5047-36 BENEDITO EUSTACHIO DO ESPÍRITO SANTO (Bol 40535/pág. 4349 e 4357 e 09/36/pág. 23 e 29, do MM)

Art. 2º Consta na decisão que o incidente do autor em folha de pagamento da Marinha do Brasil deve ser a partir do mês de dezembro do corrente ano e que a apuração do pedido referente a parcelas relativas a atrasados e demais itens do pedido serão apreciados por decisão de sentença.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista o contido no Ofício nº 1153/99, datado de 15 de dezembro de 1999, da 1ª Vara Federal/RJ para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que encaminha cópia Acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível nº 91.02.01521-1/RJ, em que são

partes a União Federal (Marinha do Brasil) e ERISVALDO FERNANDES COSTA, cuja Ação Ordinária iniciou-se na 1ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, resolve:

Nº 1.546 - Art. 1º Por força de decisão judicial na Ação Ordinária supramencionada, considerar o autor reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, a partir de 5 de outubro de 1983, e nesta data transferido para a reserva remunerada, com a remuneração que faz jus, nos termos do disposto no lado de seu nome, conforme discriminado no quadro abaixo:

AUTOR	PROMOVIDO A	REMUNERAÇÃO	SIT. INATIVIDADE	HOMÓLOGO
ex-1º CL-SC 60.0562-31 ERISVALDO FERNANDES COSTA	Suboficial	Art. 20 e 119, da Lei nº 5.787 de 27/06/72; e Art. 10, III do Dec. 66.763 de 22/12/81 alterado pelo Dec. 96.877 de 29/09/83	Reformado a partir de 11/10/97, nos termos do Art. 104, II 106, I, alínea g da Lei nº 6.880 de 09/12/80	SO-AT (Ref) 60.0722-37 RAIMUNDO NONATO DA SILVA PASSOS (Bol 22/60 e Bol 986 do MM)

Art. 2º Conforme consta da decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos do processo supramencionado, os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1983, data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 0350 de 20 de outubro de 1997, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e de acordo com os arts. 96, inciso II e 98, inciso I, alínea g e 138, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Nº 1.521 - TRANSFERIR.

para a Reserva Remunerada com a remuneração a que faz jus, observados os arts. 59, parágrafo único, incisos I, II, III e V e 68, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, o MN-QS 74.4397-74 JOSÉ MARIA SALES.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 0350 de 20 de outubro de 1997, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e de acordo com o art. 96, inciso I e art. 97, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Nº 1.522 - CONCEDER TRANSFERÊNCIA.

para a Reserva Remunerada com a remuneração a que fazem jus, nos militares abaixo mencionados, observados os arts. 18, inciso I, 59, parágrafo único, incisos I, II, III, IV e V, 64 e 68, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991:

SO-SV - 69.1694-46 ELMO CLAUDIO NEVES
75-SV - 70.1009-34 JOÃO DE SOUZA MARTINS

Nº 1.523 - CONCEDER TRANSFERÊNCIA.

para a Reserva Remunerada com a remuneração a que fazem jus, nos militares abaixo mencionados, observados os arts. 59, parágrafo único, incisos I, II, III e V, 64 e 68, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991:

SO-EP - 768.3173-79 JOÃO ALVES DE LIMA
SO-ES - 70.1190-31 HÉLIO VIEIRA FLOR
SO-AM-AT - 70.1201-37 JOANES BARBOSA DA SILVA
SO-CN-TL - 70.1458-49 WILSON PERES SATHLER
SO-MS-MR - 70.1549-45 ADALTO MERCÊS
SO-MO - 72.3070-30 JOSÉ DOMINGUES DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br

SIG: Quadra 8, Lote 800, CEP 70610-480, Brasília

CGCMF: 00394494/0016-12

FONE: 0800 618900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Presidente da República

JOSE CARLOS DIAS

Ministro da Justiça

ANTONIO EUSTAQUIO CORRÊA DA COSTA

Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 2

Publicação de atos de interesse dos servidores da Administração Pública Federal

ISSN 1415-1545

JOSIVAN VITAL DA SILVA

Coordenador-Geral de Produção Industrial

ECATARINA ACIOLI DE FIGUEIREDO

Editora-Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

Reg. Profissional nº 1.180/07/23/DF

HELENA LÚCIA COCHLAR DA SILVA ARAÚJO

Chefe da Divisão Comercial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Fls. 255.

Processo: 97.20107-4

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos

...a... *petição que se segue*

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio, 13 de 01 de 2008.

.....
funcionário encarregado

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - 2ª REGIÃO

Ref.: Proc. nº 97.0020107-4

ERICKA ARRABAL LIMA e IARA HENRIQUE AMATO, advogadas constituídas pelo Sr. Rivaldo Figueiredo da Silva, vem, requerer a V. Exª a juntada do instrumento de renúncia em anexo, cuja cópia foi enviada para o Impetrante através de Aviso de Recebimento (Doc. anexo).

Termos em que,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1999.

ERICKA ARRABAL LIMA
ERICKA ARRABAL LIMA
OAB/RJ - 78.606

IARA HENRIQUE AMATO
IARA HENRIQUE AMATO
OAB/RJ - 81.896

INSTRUMENTO DE RENUNCIA



ERICKA ARRABAL LIMA e IARA HENRIQUE AMATO, brasileiras, advogadas, inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil sob os nºs 78.606 e 81.896, vêm, através do presente documento, dizer que renunciam os poderes que lhe foram conferidos através do mandato judicial, para atuar no processo nº 97.0020107-4 (Ação Ordinária), que tramita na 14ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nada tendo a reclamar de V. Sa., seja a que título for.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1999.

Erica Arrabal Lima

ERICKA ARRABAL LIMA

OAB/RJ - 78.606

Iara Henrique Amato
IARA HENRIQUE AMATO

OAB/RJ - 81.896

VARA FEDERAL
258

CORREIOS **BRASIL**

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)
☐ DE RECEBIMENTO / DE RÉCEPTION
☐ DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
CRIFLO

Nº DO OBJETO / Nº
581337437

DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
24/11/99

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
Rivaldo Figueiredo da Silva

ENDEREÇO / ADRESSE
Rua Abigail Guimarães 25/204 - Bloco A

CEP / CODE POSTAL
25.540-070

CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS
São João de Meriti - Rio de Janeiro

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
Frederica Arrabal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
Rua da Guirlanda, 67/501

CEP / CODE POSTAL
20.011-030

CIDADE / LOCALITÉ
Centro da Cidade

UF
RJ

BRASIL

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE
Francis Alves

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT
395246-9

75170382-3

A6 = 105 x 148 mm

Contém os doc.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
14VFa VARA FEDERAL - Rio de Janeiro

/----->
<FOLHA 259>

PROCESSO: 97.0020107-4

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a MM. Juíza, Sra. Dra.
CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA.
Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1999.

EDELBERTO FERREIRA DE CARVALHO
Diretor(a) de secretaria
Processo No. 97.0020107-4

1. Fls. 241 - Anote-se.
2. Fls. 246 - Junte a interessada cópia autenticada e atualizada da certidão de casamento, bem como esclareça se o falecido deixou bens a inventariar e se foi aberto inventário, devendo ser ratificados os atos até então praticados pelo advogado.

Oficie-se ao Diretor de Pessoal da Marinha determinando a retificação da Portaria no. 0114, de 01/02/99, que transferiu Domingos Manoel de Sá para a reserva remunerada, ante o seu falecimento ocorrido em 16/12/92, como prova o documento de fls. 249.

3. Fls. 256 - Esclareçam as signatárias quanto aos demais advogados constantes de fls. 244, no prazo de cinco dias.

4. Cumpridos os itens 1, 2 e 3, abra-se vista ao MPF e à União Federal.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2000.

CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Juíza Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO que enviei, nesta data, notícia do despacho supra para o D.O.E.R.J.
O referido é verdade e dou fe.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2000.

Diretor(a) da secretaria

CERTIDÃO

CERTIFICO que o despacho supra foi publicado no D.O.E.R.J. do dia 24/01/00 (pag 28). O referido é verdade e dou fe.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2000.

Diretor(a) da secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA B

143 V.Fed./RJ

Fls. 260
Processo nº
99.0020107-4

C E R T I D ã O

Certifico que em cumprimento ao r. despacho/
sentença de fls. retiro, expedi o(s)
ofício(s) nº(s) 034/2000.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 28 / 01 / 2000 .

(R)
Funcionário

J U N T A D A

Nesta data e nesta Secretaria, junto aos
presentes autos cópia(s) do(s) ofício(s)
nº(s) 034/2000.

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 28 / 01 / 2000 .

(R)
Funcionário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



A
Cidade
Décima Quarta Vara Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco nº 243 - 8º andar - Anexo 2-
.....
.....

Ofício nº 034/2000

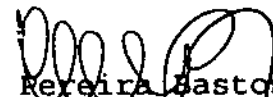
Rio, 27/01/00

Processo nº 97.0020107-4
EXECUCAO PROVISORIA (CARTA DE SENTENÇA)
Autor: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
Réu: UNIAO FEDERAL

Senhor Diretor,

Determino a V.Sª que sejam tomadas as providências necessárias, no sentido de retificar a Portaria nº 0114, de 01/02/99, que transferiu Domingos Manoel de Sá para a reserva remunerada, ante o seu falecimento ocorrido em 16/12/92, como prova o documento de fls. 249, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,


Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva
Juíza Federal da 14ª Vara

Ilmº Sr.
Diretor de Pessoal da Marinha
Rua Primeiro de Março, s/nº
Edifício Tamandaré - 4º andar - Centro
CEP 20010-000 - Rio de Janeiro/RJ

lbp/of.determ

EXPEDIENTE
28/01/2000

ER 25795617-3-BR

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
PÓLO JUDICIÁRIO

JUNTADA

Carta de recebimento de autos
Arquivo de recebimento
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Anexo - 8º andar - 243 - Av. Rio Branco
Rio de Janeiro - RJ
18 de abril de 2020

AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO E) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO / DE REC <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT Caruoca		Nº DO OBJETO / N° 25795617-3	
DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE Diretor de Pessoal da Marinha			
ENDEREÇO / ADRESSE Rua Primeiro de Março, s/nº Ed. Tamandaré - 4º andar			
CEP / CODE POSTAL 20010-000		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS Rio de Janeiro	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR 14ª VARA FEDERAL - RIO DE JANEIRO AV. RIO BRANCO, 243, 8º - ANEXO II RIO DE JANEIRO - RJ CEP. 20040-009			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE Domício de Melo		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT JULIA MARIA PEREIRA NEIVA	

75170392-3

Júlia Maria Pereira Neiva
14ª Vara Federal

CEP 20010-000 - Rio de Janeiro/RJ
Edifício Tamandaré - 4º andar - Centro
Rua Primeiro de Março, s/nº
Diretor de Pessoal da Marinha
11º andar

1pb\ol.gelerm



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL/RJ

PROCESSO No. 94201074

Fls. 262

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que: foi dado
cumprimento ao item 01 do despacho de
fls. 259 porém, não houve manifestação quanto
ao item 02 do mesmo

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 01 de 02 de 2000.

HC

Funcionário Responsável.

14a V.F.
Fls. 263

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

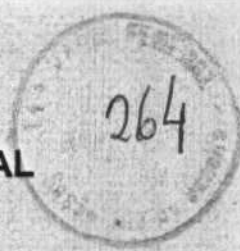
Nesta data, junto aos presentes autos a
petição e o substabelecimento.

Do que, para constar, lavro este termo.****

Rio de Janeiro, 09 de 02 de 2000.

Funcionário responsável

EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Processo: 970020107-4

Raul Alves do Nascimento já devidamente
qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem através de
seu advogado requerer juntada do substabelecimento em
anexo.

Nesses Termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2000.



RONILSON GIGLIO DE SOUZA
OAB/RJ 103460

265

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, para exclusivo manuseio do processo, na pessoa do estagiário, RONILSON GIGLIO DE SOUZA, inscrito na OAB/RJ sob o nº 103460-E com escritório na Av. Treze de Maio, 13, sala 1318, Centro, Rio de Janeiro-RJ, os mesmos poderes que me foram conferidos por Raul César do Nascimento, tramitando na 14ª VK, sob o nº 970025107-4, em face de União Federal.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2000.


Ronilson Giglio de Souza
Advogado
OAB/RJ 85.053



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

14ª V.F.

FLS

267

[assinatura]

DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J U N T A D A

Nesta data, junto aos presentes autos a (o)

Relicão

Do que, para constar, lavro este termo.***

Rio de Janeiro 18 de 4 de 2000.

[assinatura]

Funcionário responsável

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14.ª VARA FEDERAL
RIO DE JANEIRO



Processo: 97.0020107-4

JUSTIÇA FEDERAL
112810 - EM 12 00 2 11 30
PROTOCOLADO GERAL

MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO, nos autos do processo em epígrafe, vem através de seu advogado perante a V.Exa expor e requerer o que segue:

Em virtude do falecimento de seu irmão **ANTONIO AFONSO RIBEIRO**, (doc. anexo) vem o autora requerer a sua habilitação incidente, e *requerer com caráter de urgência expedição de ofício ao Diretor de Pessoal Militar da Marinha, informando o óbito de seu irmão, para que possa ser retificada a sua portaria de reintegração, possibilitando assim a concessão de sua pensão militar.*

Nestes termos
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2000.


GERSON LUCCHESI
OAB/RJ 85053

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

 POLGAR DIREITO



Maria da Conceição Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 131.413 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 13.12.1984

NOME MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

FILIAÇÃO JOSÉ AFONSO RIBEIRO
MARIA LIBÂNIA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE BAÍA FORMOSA - RN DATA DE NASCIMENTO 12.02.1916

DOC. ORDEM C/NASCIMENTO 5.845 DO L-II F-39 DO CARTÓRIO DE CANGUARETAMA-RN.

CPF 155 851 314 00

Maria da Conceição Ribeiro
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

Ng de inscrição 155851314-00 Data de Nascimento 12/02/16



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Maria da Conceição Ribeiro*
MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

S
E
R
V
I
C
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/12/93

2º OFÍCIO DE NOTA
MARCELINO CLAUDIO FREIRE
Tubérculo
Karlito Olimpio Freire
Cidade Alagoas Freire
Mantendo Cuidado da Obituário
Substituição
Rua Tupyre, 85

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
reprográfica a qual confere
com o original JUL. 1998
Natal (RN) 19
elascater
Tabelião 2º Ofício de Notar

SIPM
PRAÇA BARÃO DE LADÁRIO, S/N
ED. ALMIRANTE TAMANDARÉ - 2º ANDAR
CAIXA POSTAL 3809 - CEP 20001-970 (RJ. 03)
014614/026313
JULHO/98

MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

RUA FRANCISCO FERNANDES FREIRE 82
CENTRO 49194000 BAHIA FORMOSA RN

28 JUL - CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA MARINHA
OPERAÇÃO "CISNE BRANCO" - DIVUL-
GANDO A MARINHA PARA OS JOVENS

INSTITUTO ELIX PACHECO

REGISTRO Nº 2.003.973



ANTONIO AFONSO RIBEIRO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ESTADO DA GUANABARA

INSTITUTO ELIX PACHECO

ANTONIO AFONSO RIBEIRO

Mãe: Maria da Conceição

Nascimento: 15-4-1927

10 de Dezembro de 1984

JOSE RIBEIRO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

2º OFÍCIO DE NOTA
Tubetio
Karina Oliveira Frazin
Cláudia Alves Frazin
Marcelo Costa da Silva
Substituto -
Rue Tavares de Lira, 85

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica a qual confere com o original.

Natal RN 27 JUL. 1998

Tabetio 2º Ofício de Notas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

NASCIMENTO 15.04.27

INSCRIÇÃO NO CPF 314 904 767, 68

CONTRIBUINTE

ANTONIO AFONSO RIBEIRO

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Antonio Afonso Ribeiro



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Luiz Carlos Figueirêdo, brasileiro, casado, fotógrafo, identidade nº 169 777 SSP - MA, CIC nº 280 573 337 - 15, residente na Rua São Nicésio nº 8 - Qd. 2 - Realengo - Rio de Janeiro - RJ. O E P 25 760

OUTORGADO: Dr. PAULO GOLDRAJCH, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 14.255, com escritório na Av. Presidente Antonio Carlos, 615, grupo 405, fone: 224-3129, Dra. FLORA STROZENBERG CORRÊA DOS REIS, OAB nº 24564 e Dra. SIMONE SCHREIBER, OAB nº 57822.

PODERES: Das cláusulas *ad judicium et extra*, em geral, e em especial junto à **UNIÃO FEDERAL**, digo, à **JUSTIÇA FEDERAL**, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ou em outro qualquer Juízo, ou Repartição estadual, federal ou autárquica, podendo para tanto acordar, discordar, transigir, desistir, variar de ações, dar e receber quitação, assinar recibos, receber alvarás e substabelecer, o que tudo darei por firme e valioso como se presente fosse,

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1992

Luiz Carlos Figueirêdo
Luiz Carlos Figueirêdo



Notário

8 ONV 1992



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: IVANILDO JOSÉ WANDERLEY, brasileiro, casado, metalúrgico, identidade nº 02193901-2, IFP, CPF nº 185 119 027-91, residente e domiciliado nesta cidade,

OUTORGADO: Dr. PAULO GOLDRAJCH, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 14.255, com escritório na Av. Presidente Antonio Carlos, 615, grupo 405, fone: 224-3129; Dra. FLORA STROZENBERG CORRÊA DOS REIS, OAB nº 24564 e Dra. SIMONE SCHREIBER, OAB nº 57822.

PODERES: Das cláusulas *ad judicium et extra*, em geral, e em especial junto à JUSTIÇA FEDERAL, seção judiciária do Rio de Janeiro,

ou em outro qualquer Juízo, ou Repartição estadual, federal ou autárquica, podendo para tanto acordar, discordar, transigir, desistir, variar de ações, dar e receber quitação, assinar recibos, receber alvarás e substabelecer, o que tudo darei por firme e valioso como se presente fôsse.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1992.

Ivanildo José Wanderley
IVANILDO JOSÉ WANDERLEY





C O N C L U S ã O

Aos 03 dias do mês de 12 de 1992, faço
estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz AR
NALDO LIMA - Relator. Do que eu, ,
Diretora de Divisão, lavrei este termo. E
eu, *Kardjan*, Diretora da Subsecretaria
da 3ª Turma, subscrevi.

GVIA
Nº 790/92

Proc. nº 91.02.12465-3/RJ

Despacho, em 01 (uma) lauda, a se-
guir, deferindo a juntada dos Ins-
trumentos - fls.299/300 -.

Rio, 17.12.92.

Arnaldo Lima
DES. FED. ARNALDO LIMA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO


APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ



RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTRO
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELADA : UNIÃO FEDERAL

D E S P A C H O

Defiro a juntada dos Instrumentos - fls.299/300 -.
Procedidas às devidas anotações, cls.
P.I.
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1992.


DES. FED. ARNALDO LIMA
RELATOR



DATA

Aos 18 dias do mês de 12 de 1992
foram-me entregues este autos por parte de
Exm.º Sr. Juiz Relator, do que ou,

Simone
p/ Diretor da Divisão de Processamento
lavrei este termo:

REMESSA

NESTA DATA REMETO ESTES AUTOS
A DIDA P/ DAR CUMPRIMEN-
TO AO R. DESPACHO RETKO.

RIO, 05 / 01 / 93

Kardian
MADJA MARIA CARVALHO DE SOUZA
Diretor-adj. Subsecretaria
da 2ª Turma / TRF



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



R E M E S S A

Faço remessa destes autos à Divisão de Procedimentos Diversos para publicar no Diário da Justiça o R. despacho de fls. 302.

Rio, 29 / 07 / 93.

[Assinatura]
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
Diretor da Divisão de Processamento
3ª Turma/TRF.RJ

C E R T I D A O

CERTIFICO que enviei, nesta data, notícia do R. despacho de fls. 302 para o "Diário da Justiça". O referido é verdade e dou fé.

Rio, 03 / 08 / 93.

[Assinatura]
BEATRIZ ESCORCIO CHACON DE ASSIS
Dir. da Div. de Procedim. Diversos
3ª Turma/TRF.RJ

C E R T I D A O

CERTIFICO que foi publicado o R. despacho de fls. 302, no Diário da Justiça do dia nov de agosto de 1993, fls. 30223.

Rio, 10 / 08 / 93.

[Assinatura]
BEATRIZ ESCORCIO CHACON DE ASSIS
Dir. da Div. de Procedim. Diversos
3ª Turma/TRF.RJ

VISTA

Aos 12 dias do mês de agosto de

19 93, faço estes autos com vista ao Dr. PROCURADOR

DA REPÚBLICA, (Cujia, n.º - ; L. 02 Fls. 62). Do que eu

eu, Bellu, Diretor (a) da Divisão de

Procedimentos Diversos, lavrei este termo. E eu, Bellu, pl

Diretor (a) da Subsecretaria da Terceira Turma, o subscrevo.



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional da República - 2ª Região

R E C E B I M E N T O

Nesta data foram recebidos estes autos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

D I S T R I B U I Ç Ã O

Em cumprimento à Portaria 05/93, do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, são estes autos distribuídos ao Procurador Regional Dra. THAÍS GRAEFF.

Rio de Janeiro, 17 / 08 / 93

Chefe de Div. Registro, Distribuição e Inf. Processuais

Encaminhar-se ao Dr. Paulo
Cesar Espirito Santo, que já
opara neste feio às fis.
202/203.

Em 02.09.93

[Handwritten signature]

PRR - 2ª REGIÃO
RECEBIDO EM: 05/09/93
<i>[Handwritten signature]</i>
Rubrica

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA
2ª. REGIAO
Ref DISTRIBUICAO
DR. PAULO CESAR M. ESPIRITO SANTO
Rio de Janeiro: 06/09/93 *mc*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 12782244/93

APELAÇÃO CÍVEL Nº 910212465-3

APELANTES: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS

APELADO : UNIÃO FEDERAL

ORIGEM NO 1º GRAU: JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA/RJ.

JUÍZO AD QUEM: COLENDO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

2ª REGIÃO


EGRÉGIA 3ª TURMA

MM. Des. Fed.: Dr. Arnaldo Lima

P A R E C E R

O MINISTÉRIO PÚBLICO (através de um dos seus órgãos do ramo federal), como Instituição essencial à atividade jurisdicional do Estado (1ª Parte do art. 127, **caput**, da C.F.), no exercício de sua alta missão permanente de defender os interesses basilares da sociedade (delineado na Lei Maior pela trilogia: ordem jurídica; regime democrático; e interesses sociais e individuais indisponíveis - 2ª Parte do citado dispositivo Constitucional), vem, **in casu**, como fiscal da Lei, respeitosamente perante V.Exa., opinar:

-segue-





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



fls.02

2. Apesar deste órgão do parquet federal já ter se manifestado anteriormente, cumpre tecer considerações, todavia, sobre os documentos colacionados pelo novo patrono de 2(dois) dos Autores às fls. 233/281.


3. Por certo que esta fase recursal não é apropriada para a juntada de documentos (art. 396 do CPC), menos ainda em não se tendo dado oportuni-dade para a parte adversária manifestar-se sobre estes (art. 398 do CPC).

4. Consequentemente, dever-se-ia proceder o desentranhamento das mesmas peças, o que só não se faz necessário a vista de que nenhum elemento novo trazem à discussão.

5. Bem da verdade, tais documen - tos referem-se à conotação política do ato que resultou na expulsão dos Autores das armas a que pertenciam.

6. Ora, tal fato não foi desapercebido pelo MM. Juízo a quo, sobretudo tendo resultado na anistia dos Suplicantes. Inobstante, não significa que os mesmos façam jús à reincorporação.

-segue-





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



fls.03

7. Diante do exposto o Ministério Público Federal reitera o parecer de fls. 202/203 pela confirmação da sentença.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 10-SET-1993

PAULO CÉSAR MORAIS ESPÍRITO SANTO
Membro do Ministério Público Federal
atuação no 2º Grau - 3ª Turma - TRF.-2ªR.
(PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.ª REGIÃO



RECEBIMENTO

Aos 16 dias do mês de setembro de 1993, foram-me entregues estes autos por parte do Dr. Procurador da República, com parecer de fls. 308/310. Do que eu, [assinatura], Diretor da Divisão de Processamento, lavrei este termo.-----

CONCLUSÃO

Guia nº 595 /93

Aos 21 dias do mês de setembro de 1993, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz ARNALDO LIMA, RELATOR. Do que eu, [assinatura] Diretor da Divisão de Processamento lavrei este termo. E eu, [assinatura] Diretora da Subsecretaria da 3ª Turma, subscrevi.-----

Processo n.º 91-02.12465-3/93

Com relatório em 03 lauda(s), a seguir.

Peço dia para julgamento. RI, art. 216 c/c 33, VIII e IX

Rio, 04 04 94

[assinatura]
ARNALDO E. LIMA
Juiz TRF - 2.ª Região



APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ

RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTRO
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELANTES : LUIZ CARLOS FIGUEIREDO E OUTRO
ADVOGADOS : FLORA STROZENBERG CORREA DOS REIS E OUTROS
APELADA : UNIÃO FEDERAL

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e OUTROS contra a UNIÃO FEDERAL, objetivando a declaração de anistiados, com direito a reintegração à Marinha, nos termos do art. 4º, da Lei nº 6.683/79, c.c. o Estatuto dos Militares; o pagamento de atrasados, acrescido de juros e correção monetária; quinquênios, férias, licença especial e demais vantagens estatutárias. Alegaram serem ex-militares, alguns do Corpo Pessoal da Armada, e outros do Corpo de Fuzileiros Navais, expulsos através dos Atos nºs 155, de 17.04.64; 425, de 30.11.64; 447, de 18.12.64, e Aviso nº 2.065, de 30.11.64, por haverem participado dos acontecimentos políticos, em março/64, no Sindicato dos Metalúrgicos, aduzindo que tais atos foram baseados no art. 91, do DL nº 9.698/46, e que, através da Exposição de Motivos nº 138, de 21.08.64, foi reconhecida a vinculação desses atos aos fatos ocorridos. Sustentaram, ainda, haverem requerido a reintegração aos Quadros da Marinha, o que lhes foi negado, por falta de amparo legal, visto que os Autores não foram punidos com base em atos institucionais ou complementares, ressaltando ser incorreta tal decisão, pois os crimes que motivaram os referidos atos de expulsão foram praticados por motivação política, conforme previsto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683/79. Apresentaram, neste sentido, jurisprudência do eg. STM.

Pela r. sentença de fls. 175/85, a MM. Juíza Federal julgou carecedores do direito de ação os Autores HERVAL PIRES



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, condenando-os nas custas "e a pagar, metade para cada um, 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa corrigido, a título de honorários advocatícios à **UNIÃO FEDERAL**"; e julgou improcedente a ação, quanto aos demais Autores, condenando-os nas custas e em honorários de 7% (sete por cento) pro rata, a serem pagos à UF.

Inconformados, os mesmos apelaram - fls. 187/91 - . Alegaram que a r. sentença atacada restou incoerente, vez que, embora reconhecendo a motivação política dos atos praticados pelos Autores, entendeu-a superada pela motivação disciplinar. Sustentaram, então, haverem sido anistiados através da Lei nº 6.683/79, a qual considerou o crime em questão como crime político ou praticado por motivação política. Apresentaram, ainda, jurisprudência do col. STF e deste eg. TRF. Pugnaram, afinal, pela reforma da sentença, julgando-se procedente a ação, exceto em relação à ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, em face de estar comprovada a sua demissão por outro motivo - fls. 94/5 -, e, além do pedido feito na exordial, requereram transferência para a reserva remunerada, com a contagem do tempo de afastamento como de efetivo serviço; promoção à graduação de Suboficial, com o pagamento dos proventos de 2º Tenente; adicional de inatividade; habilitação militar, incluindo as parcelas de especialização e aperfeiçoamento, e, honorários advocatícios sobre o quantum a ser apurado.

Às fls. 199 e v., foi recebida a Apelação, abrindo-se vista à UF para contra-razões, e, antes que tal prazo se expirasse, foram os autos recebidos neste Tribunal - fl. 200 -, onde, oficiando, a d. Procuradoria da República exarou o Parecer de fls. 202/3, opinando pela confirmação da sentença.

À fl. 205, determinei a baixa dos autos à Vara de origem, para que fosse dado integral cumprimento ao disposto pelo art. 518, do CPC.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



PROCESSO Nº 91 02 12465-3/RJ

À fl. 209, foi determinada nova abertura de vista à União Federal, para razões de Apelada.

Respondido e preparado o Recurso, às fls. 209v. e 211, respectivamente, foram os autos encaminhados a esta Corte.

Às fls. 231/2, os Autores ILMAR MESQUITA e PEDRO FERREIRA LOPES requereram a juntada dos docs. de fls. 233/81, após o que, houve nova manifestação da d. Procuradoria da República - fls. 308/10 -, reiterando o Parecer anteriormente emitido.

Abstive-me de remeter o feito à 1ª. Revisão por incidir a regra do art. 38, IX, do RI.

É o relatório.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



D A T A

Nesta data e nesta Secretaria
recebi estes autos do Exmo. Sr. Des.
Federal ARNALDO LIMA - Relator. Do
que, para constar, lavro este termo.

Rio, 04 de abril de 1994.

Des. Arnaldo Lima

Divisão de Coordenação e Julgamento
Subsecretaria da 3ª Turma

C E R T I F I C A Ç Ã O

Certifico que os presentes autos,
recebidos do Exmo. Sr. Desembargador
Federal Relator, na data supra, foram
incluídos na Pauta de Julgamentos de
03 de maio de 1994, por determinação
do Exmo. Sr. Presidente da Terceira
Turma. O referido é verdade e dou fé.

Rio, 11 de abril de 1994.

Imanol

Diretora
Subsecretaria da 3ª Turma


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



C E R T I D ã O

Certifico que a Pauta de Julgamentos na qual consta estes autos foi publicada no D.J. - Seção II de 15/04/94, às páginas 16237/16239.

Rio, 15 de abril de 1994.



Diretora
Divisão de Coordenação de Julgamento
Subsecretaria da 3ª Turma



APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ

RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTRO
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELANTES : LUIZ CARLOS FIGUEIREDO E OUTRO
ADVOGADOS : FLORA STROZENBERG CORREA DOS REIS E OUTROS
APELADA : UNIÃO FEDERAL

V O T O

1. Conheço do Recurso - fls. 187/91 -, porque estão presentes os seus requisitos de admissibilidade.

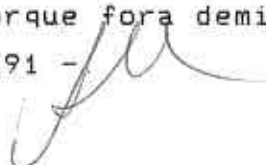
2. A r. sentença reconheceu ser "...inconteste que não se pode descartar, de todo, a motivação política para a prática dos atos 155, 425 e 447, uma vez que os fatos em que estiveram envolvidos os Autores estavam dentro do contexto da conturbada situação política que se desencadeou, três dias após a denominada revolução militar de 31 de março de 1964." (fl.181)

2.1. Inobstante, entendendo que o desengajamento se especou em atos de indisciplina, inacolheu o pleito.

3. Foi acolhida "... a preliminar de carência de ação argüida, em face do soldado HERVAL PIRES, que foi licenciado por conclusão de tempo de serviço (fls. 101) e do marinheiro ADILSON OLIVEIRA RAIA, expulso pela prática de crime doloso em 1967 (fls. 94/95)." (fls.176/7)

3.1. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta instância, pelo Recurso - fls. 187/91 -, que sequer, de leve, abordou tal aspecto. Logo, hão de prevalecer os motivos arrolados pelo r. decisum, para acolher a prefacial.

3.2. Quanto a ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, no Recurso, pede-se a sua exclusão porque fora demitido "... por outro motivo (fls. 94/95)..." - fl. 191 -





APelação Cível Nº 91.02.12462-3/91

RELATOR	DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES	RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS	LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES	ILMAR MESQUITA E OUTRO
ADVOGADOS	WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELANTES	LUIZ CARLOS FIGUEIREDO E OUTRO
ADVOGADOS	FLORA STROZENBERG CORREA DOS REIS E OUTROS
APELADA	UNIÃO FEDERAL

VOTO

1. Conato de Recurso - fls. 18791 -, porque estão presentes os seus requisitos de admissibilidade.

2. A r. sentença reconheceu ser "inconstante que não se pode destacar, de todo, a motivação política para a prática dos atos 127, 452 e 447, uma vez que os fatos em que estiveram envolvidos os Autores estavam dentro do contexto da conturbada situação política que se desdobrou, três dias após a denominada revolução militar de 31 de março de 1964" (fl. 181).

3. Inobstante, entendendo que o desentendimento se expressou em atos de indisciplina, inaplicou o pleito.

4. Por acórdão "a preliminar de rescisão da ação suscitada em face do advogado HERVAL RIBEIRO, que foi licenciado por conclusão do tempo de serviço (fls. 161) e do matrimonio ADILSON OLIVEIRA RIBEIRO, quando esta prática de crime ocorreu em 1967 (fls. 247/250)" (fls. 187/188).

5. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a quem devia julgá-la, pelo Raciocínio - fls. 18791 -, nos termos da lei, sob o pretexto de que a prática de crime não é motivo para rescisão do contrato de trabalho.

6. Quanto a ADILSON DE OLIVEIRA RIBEIRO, no Raciocínio, a sua exclusão ocorreu por motivo "a ser julgado" (fls. 247/250) - fl. 181 - e



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

4. Na questão central, não há dúvida, como visto, que subsistiu a conotação política a informar os atos primitivos praticados contra os Apelantes.

4.1. Em caso igual (AC nº 92.02.13518-5/RJ), votei, com a adesão dos ems. Colegas, na conformidade do que se segue:

O MM. Juiz Federal da 24ª Vara, il. Dr. ROGÉRIO VIEIRA DE CARVALHO, acolheu o pedido, à luz da seguinte motivação - fls. 129/31 -:

"Os fatos ensejadores do licenciamento dos AA. estão revelados nos autos, com os documentos de fls., que instruíram a inicial. Por eles se vê que os AA. foram atingidos pelo licenciamento, em virtude de sua participação na denominada 'Rebelião dos Marinheiros', nos idos de 25, 26 e 27 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos do antigo Estado da Guanabara.

Tal fato, em diversos pronunciamentos do COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, fá-lo compreendido nos denominados ATOS DE EXCEÇÃO, a que se refere o art. 4º da EC 26/85, repetido no art. 8º do ADCT da CRFB/88. Deles, vale trazer à colação o seguinte:

'ANISTIA. MILITAR EXPULSO DAS FILEIRAS DA MARINHA COM ALEGADO SUPORTE EM LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA, PELA PRÁTICA DE ATO EMINENTEMENTE POLÍTICO. PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA 'REBELIÃO DOS MARINHEIROS'. EVIDENTE DESVIO DE FINALIDADE A CONTAMINAR O ATO EXPULSÓRIO.

A Lei 6.683, de 20.08.79, no parágrafo primeiro do artigo primeiro, considera conexos 'os crimes relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política'. Embora exarcebada a expressão 'crime' para o caso, a amplitude dada na norma legal à conceituação



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

do ato ensejador da expulsão do impetrante não dá margem a que se possa considerar como pena disciplinar a que lhe foi aplicada.

Exegese atenta da Lei nº 6.683/789, da Emenda Constitucional nº 26, de 1985 e do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CF de 1988) conduz à ilação lógica de que o postulante tem direitos decorrentes da anistia, tanto que outros militares participantes da denominada 'Rebelião dos Marinheiros' foram considerados anistiados em decisão por cópia constante dos autos, exarada por Auditoria da Marinha.

Mandado de segurança deferido (Mandado de Segurança nº 139 - DF - Primeira Seção (DJ 30.10.1989), Relator para o acórdão Min. AMÉRICO LUZ, Impetrante Sebastião Carlos Pereira de Araújo e Impetrado Ministro de Estado da Marinha - reproduzido à pág. 63 de 'LEX-JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS', do mês de março de 1990).

Do voto do Eminentíssimo Ministro ADHEMAR MACIEL, no julgamento do Mandado de Segurança nº 044-DF (89.74369) - Primeira Seção - (DJ 18.12.1989), transcrevo os seguintes dizeres:

...tenho para mim que a melhor exegese está com a maioria desta Egrégia Seção e já forma, no presente caso, endossados pelos eminentes Ministros PEDRO ACIOLI, relator, AMÉRICO LUZ, ILMAR GALVÃO e JOSÉ DE JESUS.

Como bem argumentou o eminente Ministro CARLOS VELLOSO ao votar no relator o eminente Ministro PEDRO ACIOLI, o que está havendo, no fundo, é - verbis - 'um tratamento de dois pesos e duas medidas'.



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

De fato, alguns militares, por terem sido punidos diretamente por atos de exceção, institucionais ou complementares, são beneficiados pela anistia. Outros, de menor patente na graduação, não são beneficiário ao argumento falaz de que suas punições ou licenciamentos se fizeram com base em leis comuns, de natureza disciplinar.

Ora, está havendo 'dois pesos e duas medidas', que devem ser afastados através de uma interpretação sistemática e teleológica.

A anistia - lembrando nosso RUI BARBOSA - é 'desmemória plena, absoluta'.

Por ser medida política de interesse público com vistas à paz social, a lei da anistia deve ser interpretada ampliativamente.

Historicamente, como se sabe, aqueles que foram punidos antes do advento do AI-5, que é o caso dos autos ('assembléia dos marinheiros'), o foram sobretudo com base em regulamentos ou leis comuns. A autoridade militar da época, ainda com pruridos de RULE OF LAW, procurou forçar punições de cunho ideológico através da porta da legislação ordinária então existente. Só depois da edição do Ato Institucional nº 5, que é de 13.12.68, é que a legislação de exceção foi desbragadamente utilizada. Daí toda essa discrepância' (pág. 57 de 'LEX- JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS', de março de 1990).

Adotando, pois, o entendimento revelado nos dizeres supra transcritos, concluo proceder a pretensão dos AA "

5. Esta matéria, como se sabe, já foi examinada reiteradas vezes por esta eg. Turma, em igual sentido, como se vê, p. ex., da AC 90.02.26748-7/RJ, com a seguinte



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

"E M E N T A

ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 8º, § 1º - ADCT). Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que se embasaram em motivação política, tal como o que se deu, in casu.

II - Reintegração e transferência do Autor para a reserva remunerada, com promoções a que fizer jus, restringindo-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, ut regra cogente constante do § 1º referido.

III - Apelação conhecida e provida, parcialmente, nos termos do voto condutor." (In DJU-II, de 04.06.92, pág. 15790)

6. Observe-se, entretanto, que os efeitos financeiros pretéritos limitam-se à data da promulgação da vigente CF, ut §1º, art. 8º, do seu ADCT, que prescreve:

"O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo."

6.1. Não há como, à luz de tal regra, bastante em si, arredar-se da limitação temporal por ela imposta, no alusivo aos efeitos financeiros, que só ocorrerão a partir de 05.10.88, e não como querem os Apelantes - fl.6 -, a partir da Lei 6.683/79, isto porque, é evidente a incompatibilidade das normas específicas anteriores, com tal cânone magno superveniente, que há de prevalecer, em sua inteireza.



PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

7. Conclusão:

Ante o exposto, tudo bem visto e examinado, dou provimento ao Recurso, para julgar procedente, em parte, o pedido, como formulado na inicial - fls. 6/7 -, limitando-se os efeitos financeiros pretéritos a 05.10.88 (§1º, art. 8º, do ADCT/CF). Sobre as diferenças atrasadas, incidirá correção monetária, mais juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês. A Apelada reembolsará aos Apelantes o valor das custas, atualizadamente, e lhes pagará, ainda, honorários advocatícios, equidossamente fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor da condenação, conforme se liquidar. Nego provimento, entretanto, aos Autores nominados no item 03 supra, a saber: HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA.

E o voto



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



*** TERCEIRA TURMA ***

(91.0212465-3) PAUTA: 03/05/94 JULGADO: 03/05/94

25230

AC-RJ

RELATOR: Exmo(a). Sr(a). DES.FED.ARNALDO LIMA

PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo(a). Sr(a). DES.FED.ARNALDO LIMA

PROCURADOR DA REPUBLICA: Exmo(a).Sr(a).Dr(a). LINDORA MARIA ARAUJO

AUTUACAO

APTE : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e outros
APTE : ILMAR MESQUITA e outro
APTE : LUIZ CARLOS FIGUEIREDO e outro
APDO : UNIAO FEDERAL

ADVOGADOS

ADV : LOURENCO SENNA e outro
ADV : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO e outro
ADV : FLORA STROZENBERG CORREA DOS REIS e outros

SUSTENTACAO ORAL

Usou da palavra pelo primeiro Apelante, o Dr. LOURENCO SENNA.

Usou da palavra pelo segundo Apelante, o Dr. WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO.

CERTIDAO

Certifico que a Egregia TERCEIRA TURMA ao apreciar o processo em epigrafe, em sessao realizada nesta data, proferiu a seguinte decisao:

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, negando provimento com relacao aos Autores Herval Pires e Adilson Oliveira Raia, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de licenciamento por assiduidade, o Exmo. Sr. Des. Federal CELSO PASSOS.

Desembargadores votantes: DES.FED.VALMIR PECANHA
JUIZ(A).CONV.CRUZ NETTO

Secretario(a)

Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



C O N C L U S ã O

AUS. 26 DIAS DO MÊS DE maio
DE 1994. FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS
AO EXMO. SR. DES. FEDERAL ARNALDO
LIMA, PARA ACÓRDÃO DO QUE
EU Haris DIRETORA DE DIVISÃO,
LAVREI ESTE TERMO E EU,
DIRETORA DA
SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA, SUBSCREVI.

PROCESSO N.º 910212465-3/125

Acórdão, a seguir, por mim assinado.

Rio, 01.08.94

DES. FED. ARNALDO LIMA
RELATOR



APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ

RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTROS
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELADA : UNIÃO FEDERAL
PROCURADORES : CASTRUZ COUTINHO E ANA LÚCIA COELHO ALVES
VARA DE ORIGEM : 14ª/RJ

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 89, § 1º, do ADCT). Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar de carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, hão de prevalecer os motivos arrolados pelo decisum.

II - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que se embasaram em motivação política, tal como o que se deu, in casu.

III - Reintegração e transferência dos Autores para a reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringindo-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, ut regra cogente constante do § 1º referido.

IV - Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao Recurso, negando provimento com relação aos Autores HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de licença-prêmio por assiduidade, o Exmo. Sr. Des. Federal CELSO PASSOS.

Custas, como de lei.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1994 (data do julgamento).


DES. FED. ARNALDO LIMA
PRESIDENTE e RELATOR

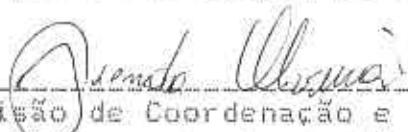
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



D _ A _ T _ A

Nesta data e nesta Secretaria
recebi estes autos do Exmo. Sr. Des.
Federal ARNALDO LIMA (com acórdão).
Do que, para constar, lavro este
termo.

Rio, 04 de agosto de 1994.



Divisão de Coordenação e Julgamento
Subsecretaria da 3ª Turma

[illegible]

19.01.74



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR-AUXILIAR DA TERCEIRA TURMA DO COLEGIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIAO.

Junte-se. Anote-se.
Após, cls.
Rio, 28.09.94.

DES. FED. ARNALDO LIMA
RELATOR

PROCESSO FISCAL
AL 50430

IVANTÃO JOSÉ MARQUESLEY e LUIZ CARLOS PIQUETTES, nos autos do
processo em epígrafe, vem requerer a juntada de subscrituras.
Este como primeiro vista aos autos por 5 dias.

Nº Termos;
De deferimento.

RIO DE JANEIRO, 18 DE AGOSTO DE 1994

WA L M M

WALTON LUIZ RIMTO MEENAGE
OAS 0701 RJ.

RECEBIDO	
EM	18/08/94
às	1830 hs.
	
ASSINATURA	



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, sem reservas, o mandato a mim conferido por IVANILDO JOSÉ WANDERLEY ao Dr. WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO, inscrito na OAB sob o nº 57.731, com escritório na Rua Alvaro Alvim, nº 37, grupo 501 - Cinelândia, Rio de Janeiro - RJ.

Flora Strozemberg Correia dos Reis
FLORA STROZEMBERG CORREIA DOS REIS

OAB/RJ Nº 24.564

R.J. 09/05/94

10.º OFFICINA DE NOTAS

Reconhecimento por assinatura / a(s) Fim(s)

Flora Strozemberg Correia dos Reis

TABELIA
LYGIA BROLL
DAT. 1803255 - IPASE
SUBSTITUTO
MAURICIO V. RODRIGOS
DAT. 1803255 - IPASE
SUBSTITUTO
CARLOS A. SOARES FERREIRA
DAT. 1803255 - IPASE
TABELIA MARIA F. DE MENEZES
DAT. 1803255 - IPASE
Pessoa, Rua da Coruja, 615
Substituto

09 MAI 1994

da verdade

Flora Strozemberg Correia dos Reis



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, sem reservas, o mandato a mim conferido por LUIZ CARLOS FIGUEIREDO ao Dr. WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO, inscrito na OAB sob o nº 57.731, com escritório na Rua Alvaro Alvim, nº 37, grupo 501 - Cinelândia, Rio de Janeiro - RJ. *D*

Flora Stroemberg Correia dos Reis
OAB/RJ Nº 24.564

R. J. 09/05/94

16. **OFICIO DE NOTAS**
 IPABRILIA
 FLYNN SHOLL
 8411 N. 10th - IPABR
 ALBUQUERQUE
 ZAMBRINO V. BOURADO
 10111 N. 10th - ALBU
 ALBUQUERQUE
 JACQUES A. SOARES ALEVEDO
 10111 N. 10th - ALBU
 JACQUES MARIA PINTO BUZERRA
 10111 N. 10th - ALBU
 4. Povo. Autêntico Cópia, 415
 Solisoleja

Recibo por entrega a(s) Final(s)
 Dom J. Luis R. M.

de verdade

Em test. J. Luis R. M.



REMESSA

NESTA DATA REMETO ESTES AUTOS

A Direção Geral de Contabilidade do

R. Desembargo de Fls 324

RIO

29

09/94

Imune



TERMO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO QUE, nesta data, recebi do(a).....
Subsecretaria da 3ª Turma.....
os presentes autos.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1994

SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data,..... foi dado
cumprimento ao r. despacho.....

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1994

assinatura

nome

cargo

PROCESSO : 91.02.12445-3

25230 AC RJ

VOLUMES : 2

ULT. FOL. : 331

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 11/07/91

RELATOR : DES.FED.ARNALDO LIMA - TERCEIRA TURMA

ANOTAÇÕES:

RIO DE JANEIRO 04 DE OUTUBRO DE 1994.

VÃO ESTES AUTOS A SECRETARIA PRODESSANTE.

RIO DE JANEIRO 04 DE OUTUBRO DE 1994.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



RECEBIMENTO

Aos 06 dias do mês de Outubro
de 1994 recebi os presentes autos da DIDRA,
com 334 folhas. -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA/TRF RJ

CONCLUSÃO

Guia nº 629 / 94

Aos 08 dias do mês de Outubro
de 1994, faço estes autos conclusos ao Exmo.
Sr. Juiz Dr. ARNALDO LIMA, Relator. Do
que eu, [Assinatura], Diretor de Divi-
são, lavrei este termo. E eu, [Assinatura],
Diretora da Subsecretaria da 3ª Turma, subs-
crevi. -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

PROCESSO Nº 91.02.12465-3/RJ

DESPACHO

À Distribuição para retificar a au-
tuação tendo em vista que os Substabeleci-
mentos de fls. 328/9, foram expressos sem
reservas de poderes.

Após, conclusos.

Rio, 18.10.94.

[Assinatura]
DES. FED. ARNALDO LIMA

RELATOR

D A T A

Nesta data e nesta secretaria recebi estes autos do (a) Exmo. Sr. Juiz Arnaldo Lima - Relator

De que para constar, lavro este termo.

Rio, 19 de outubro de 19 94

Quenda Oliveira
Div. de Coordenação de Julgamentos

REMESSA

NESTA DATA REMETO ESTES AUTOS

A Ilha p/ cumprimento do r. despacho retro.

Rio, 26 de 10 de 1994

Imane
Diretor da Coordenação de Julgamentos



TERMO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO QUE, nesta data, recebi do(a).....
Subsecretaria da 3ª Turma.....

os presentes autos.

Rio de Janeiro 26 de outubro... de 1994

.....
SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data,..... foi dado
cumprimento ao r. despacho de fls. 332.....

Rio de Janeiro, 27 de outubro... de 1994

Des. Manoel de (DAMIEN MANOEL SILVA).....
assinatura nome

... Auxiliar Judiciário...
cargo

PROCESSO : 91.02.12465-3

25230 AC RJ

VOLUMES : 2

ULT. FOL. : 333

DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 11/07/91

RELATOR : DES.FED.ARNALDO LIMA - TERCEIRA TURMA

ANOTACOES:

RIO DE JANEIRO 27 DE OUTUBRO DE 1994.

VAO ESTES AUTOS A SECRETARIA PROCESSANTE.

RIO DE JANEIRO 27 DE OUTUBRO DE 1994.

.....

RECEBIMENTO

Aos 03 dias do mês de NOVEMBRO de
1994 recebi os presentes Autos da Subse. retária
de Registro Autuação e Distribuição
SUBSE. C. E. I. A. N. A. E. A. J. U. R. I. M. A. T. I. F. E. R. J.

C O N C L U S ã O

AOS 03 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE
19 94 FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS AO EXM.º SR.
RELATOR Juiz Arnaldo Lima

DO QUE EU

ESTE TERMO E EU

LAVREI

SUBSCEVI.

Proc. n.º 91.02.12465-3/RJ

Despacho, a seguir, em ...01 lauda(s),

Rio. 10.11.94

JUIZ ARNALDO LIMA

Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ

RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTROS
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELADA : UNIÃO FEDERAL
PROCURADORES : CASTRUZ COUTINHO E ANA LÚCIA COELHO ALVES



D E S P A C H O

Defiro a vista requerida à fl. 327, por 05 (cinco) dias.
Após, publique-se o Acórdão de fl. 325.
P.I.
Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1994.


DES. FED. ARNALDO LIMA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



DATA

Aos 16 dias do mês de NOVEMBRO de 1994,
foram-me entregues estes autos por parte do
Exmo. Sr. Juiz Relator. Do que eu, UF
Diretor de Divisão de Processamento, lavrei este
termo. -x-

REMESSA

Faço remessa destes autos a Divisão de Procedi-
mentos Diversos para publicar no Diário de Jus-
tiça o R. despacho de fls. 333
Adv. Dr. _____
Rio de Janeiro, 16 de NOVEMBRO de 1994.

UF
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
Diretor de Divisão de Processamento
da 3ª Turma.

CERTIDÃO

Certifico que enviei, nesta data, notícia do
R. despacho de fls. 333 para o 'Diário da
Justiça'. O referido é verdade e dou fé. -x-x-x-
Rio de Janeiro, 17 de NOVEMBRO de 1994.

CR
CRISTINA NAVARRO HOURA
Diretora de Divisão de Procedimentos Diversos
da 3ª Turma.

CERTIDÃO

Certifico que foi publicado o R. despacho de
fls. 333, no Diário de Justiça do dia 22
de NOVEMBRO de 1994, fls. 67.391
Rio de Janeiro, 23 de NOVEMBRO de 1994.

CR
CRISTINA NAVARRO HOURA
Diretora de Divisão de Procedimentos Diversos
da 3ª Turma.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, DECORRENDO DO PLANO CONVENIDO
PELO A. DESPACHO DE 845333, SEM OUTRA
NOVASSA MANIFESTAÇÃO DA PARTE INTERESSADA.
Rio de Janeiro, 29 de NOVENBRO de 1995

assinatura

nome

cargo

UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
Diretor de 3ª Classe
3ª Turma



335
TRF
2ª Região

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

C E R T I D A O

Certifico, que o v. acórdão,
enviado para a Imprensa no Expediente
nº 70 de 14 / 12 / 94, foi publicado no
D.J. de 27 / 12 / 94, Seção II, fls.
74774.

Rio, 27 / 12 / 94 .

Sandra Luzzi

Diretora

Divisão de Coord. e Julgamento
Subsecretaria da 3ª Turma

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



J _ U _ N _ T _ A _ D _ A

RESIÁ DATA JUNTO A ESTES AUTOS O
MANDADO DE INTIMAÇÃO QUE SE SEGUE.
RJ, 04 / 02 / 95.


Divisão de Procedimentos Diversos
Terceira Turma



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

M A N D A D O D E I N T I M A Ç Ã O

M/UF/01/95

O Excelentíssimo Senhor Juiz Dr. PAULO FREITAS BARATA, Presidente da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

M A N D A

a qualquer Oficial de Justiça-Avaliador deste Tribunal, que, em cumprimento ao presente mandado, expedido com fundamento no art. 38, da Lei Complementar nº 73, de 11.02.93, se dirija à Av. Rio Branco, nº 123, sala 715, Centro e em sendo aí, I N T I M E a UNIÃO FEDERAL, na pessoa do seu representante legal, dos termos dos vv. acórdãos proferidos nos autos dos processos adiante mencionados, tudo conforme cópias autenticadas das referidas decisões:

93.02.07967-8 - 94.02.01461-6 - 94.02.02285-6
94.02.11363-0 - 94.02.12896-4 - 90.02.17584-1
91.02.12465-3 - 94.02.00419-0.

Cientificado, desde logo,

que a sede deste Tribunal fica situada nesta Cidade, na Rua Acre, 80/82 andar, Praça Mauá.

CUMpra-se na forma e sob as penas da Lei DADO E PASSADO nesta Cidade do Rio de Janeiro, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e cinco. Eu, *Risoleta Maria da Silva Barbosa* (Risoleta Maria da Silva Barbosa), Atendente Judiciário, digitei. Eu, *Cristina Navarro Moura* (Cristina Navarro Moura), Diretora da Divisão de Procedimentos Diversos, conferi. E eu, *Simone Roselis Dias* (Simone Roselis Dias), Diretora da Subsecretaria da 3ª Turma, subscrevo.

Paulo Freitas Barata
PAULO FREITAS BARATA
Presidente
Terceira Turma.

CRETE 16.2.95
Con
CASTRUZ COUTINHO
Procurador Regional 2ª Região
Advocacia-Geral da União



5664/80/9 (52)

JOSE DE SA GUIMARAES ALVARADO
On the 24th day of March 1900

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
- 2.ª REGIÃO
CONFERIR O ORIGINAL
RJ 03.52.95
Simone Roselis Dias
Diretora da Subsecretaria de
2.ª Turma TRF-2.ª Região



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que os
presentes autos foram retirados
pelo(a) Dr(a) Simone Alves Machado
(estagiária) em 16 / 02 / 95 e
devolvidos 03/03/95 nesta data.

Subsecretaria da 3ª Turma.

Rio, 03 / 03 / 95.

Diretora
da Subsecretaria da 3ª Turma

[illegible]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL - 2ª REGIÃO



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - DRA JULIETA
LÍDIA LUNZ

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO
- 3 MAR 1995 002628

RECEBIDO - JPCB

APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ
Recorrente: UNIÃO FEDERAL
Recorridos: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ILMAR MESQUITA E OUTROS

A UNIÃO FEDERAL, nos autos da epígrafe, não se conformando, *data venia*, com o v. acórdão de fls. 325, vem, por seu representante judicial, interpor

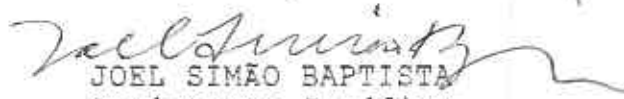
RECURSO EXTRAORDINARIO

com fundamento no artigo 102, III, letras "a" da Constituição Federal.

Recebido e processado na forma da Lei, requer seja o presente recurso encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de março de 1995.


JOEL SIMÃO BAPTISTA
Assistente Jurídico
Representante Judicial da União

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL - 2ª REGIÃO



RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Processo Nº 91.02.12465-3/RJ
Recorrente: UNIÃO FEDERAL
Recorrido : RAUL ALVES DO NASCIMENTO E OUTROS
ILMAR MESQUITA E OUTROS

RAZÕES DA RECORRENTE

EGRÉGIA TURMA

O v. Acórdão de fls. 325, merece *data venia*, ser reformada, pelo que se expõe a seguir:

I - DO PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA

É importante ressaltar, que desde o início, a matéria foi prequestionada a todo tempo no curso do processo, tendo a UNIÃO FEDERAL sempre sustentado a aplicabilidade (da Lei nº 6.683/79, Emenda Constitucional nº 26/85, Decreto nº 38.010 de 05.10.55 e Decreto nº 9.698 de 02.09.46.

II - DA DIVERGÊNCIA E DA VIOLAÇÃO 3ª Região

A v. decisão recorrida, encontra-se assim

ementada:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 89, § 10, do ADCT) Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar de carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, não se prevalecer os motivos arrolados pelo *decisum*

II - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que embasaram em motivações política, tal como o que se deu, *in casu*.

III - Reintegração e transferência dos Autores para a reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringindo-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, *ut regra cogente* constante ao § 10 referido.

IV - Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao Recurso, negando provimento com relação aos Autores HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de licença-prêmio por assiduidade, o Exmo. Sr. Des. Federal CELSO PASSOS.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1994 (data do julgamento)."



Em que pesem o brilho e a notória erudição dos seus eminentes prolores, o v. acórdão divergiu da interpretação da legislação específica aplicável à matéria, atribuída por outros tribunais, além de violar os diplomas legais indicados.

Cumpre ressaltar preliminarmente que a pretensão dos recorridos em obter reintegração ao serviço ativo, já incorreu na prescrição quinquenal estabelecida no Decreto nº 20.910 de 1932, vez que os mesmos só a postularam após o lapso de tempo exigido pela referida Lei.

A propósito, é farta a jurisprudência sobre a matéria, inclusive do então Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça, bem como do Supremo Tribunal Federal, como se vê das ementas, a seguir transcritas:

"EMENTA: MILITAR. REFORMA. PRESCRIÇÃO.

- O decurso de prazo de cinco anos ocorridos entre o ato inquinado de ilegal e o exercício do direito da postulação em juízo, determina a prescrição, não só das parcelas, como de todo e qualquer direito a ação contra a UNIÃO.

- Apelo desprovido."

(AMS nº 95.655-RJ, in DJ de 31/05/84, pág. 8637).

"EMENTA: MILITAR. RETIFICAÇÃO DE REFORMA.
PRESCRIÇÃO.



O direito a retificação do ato de reforma prescreve em cinco anos, pois é no próprio ato que se configura a violação ao direito subjetivo. Não se trata portanto, de mera prescrição de prestações vencidas, mas do próprio direito."

(AC nº 67.373-RJ, in DJ de 18/03/82, pág. 2166)

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA.
RETIFICAÇÃO DO ATO PRESCRIÇÃO.

Pretendendo o Militar a revisão do fundamento jurídico do ato de sua reforma e somente vindo a requerê-la, em juízo, após escoado o quinquênio legal, decaiu do direito, pela incidência prescricional, desde que não se cogita de prestações pecuniárias.

Sentença confirmada."

(AC nº 51.108-RJ, in DJ de 18/12/80, pág. 10846)

"REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 102.071-SP

EMENTA: Prescrição quinquenal.

Vantagem não incorporada. Prescrição do Direito. Decreto nº 20.910/32, art. 1º.

- Distinção entre a simples prescrição das prestações vincendas, regulada pelo artigo 3º do Decreto 20.910, e a prescrição do fundo do direito, prevista no art. 1º que está em causa.

Jurisprudência do STF consubstanciada em que a prescrição, pelo princípio da *actio nata*, atinge o próprio direito instituído quando não reclamado *opportuno tempore*.

Recurso extraordinário conhecido e provido."

(in DJ de 10 Ago 84, pág. 12451).



"RE nº 95.592 - SP

EMENTA: Prescrição quinquenal. Funcionário Público.

- A prescrição quinquenal a favor da Fazenda Pública, alcança "todo e qualquer direito e ação, seja qual for a sua natureza", sem exceptuar os assegurados por lei do servidor público. A prescrição apenas das prestações pressupõe que a Administração Pública não tenha praticado ato de que decorra o não pagamento delas.

- Recurso extraordinário conhecido e provido."

(in DJU de 12 Ago 83, pág. 11764).

"RE 100.206-0-RS

EMENTA: Prescrição quinquenal. Fazenda Pública. Reforma de militar desconstituída. Decreto 20.910/32. 1. A Prescrição em favor da Fazenda Pública se aplica às pretensões decorrentes de todos os direitos pessoais contra a União, Estados e Municípios. 2. Ação intentada quando já fluído o prazo extintivo do direito do autor, sem qualquer registro, nesse interregno, de suspensão ou interrupção do prazo prescricional. Recurso extraordinário conhecido e provido." (in DJ de 9 Set 83, pág. 13561) (STF, 1ª Turma) (grifou-se)

"APELAÇÃO CÍVEL Nº 98.505 - RIO DE JANEIRO (2609754)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. PRESCRIÇÃO.

I - "prescreve em cinco anos a ação revisional da reforma do militar, a contar da publicação do respectivo ato." (Súmula nº 250/TFR).

II - Apelação a que se nega provimento." (D.J. de 08.08.88).

"AC nº 8584-PB



EMENTA: REVISÃO DE ENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL QUE ATINGE O PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO.

- O direito de impugnar ato de enquadramento funcional prescreve em 05 (cinco) anos.
- Tratando-se de ação ajuizada para, inicialmente, ver declarada a nulidade de ato administrativo de enquadramento, é forçoso reconhecer que a prescrição atinge o próprio fundo de direito."

(DJ de 26.04.91, pág. 8831 - 1ª Turma do TRF da 5ª Região).

"AC Nº 85.193 - RJ

EMENTA: Militar. Prescrição.

- O decurso de prazo de cinco anos ocorrido entre o ato inquinado de ilegal e o exercício do direito da postulação em juízo, determina a prescrição não só das parcelas, como de todo e qualquer direito ou ação contra a União.

- Apelo provido."

(in DJ de 19 DEZ 84. pág. 21991).

"AC nº 83.068-RJ

EMENTA: Administrativo. Militar. Prescrição.

Prescreve a ação para reivindicar eventuais direitos decorrentes da legislação militar, em cinco anos, contados do licenciamento do postulante do serviço."

(in DJ de 12 DEZ 88. pág. 32917).

"AC nº 122.060-RJ

EMENTA: Administrativo. Policial Militar. Proventos.



Prescrição quinquenal da ação para reclamar redução de proventos verificada a certa altura da inatividade."

(in DJ de 26 Set 88, pág. 24373).

"Apel. Cível nº 67.373-RJ

EMENTA: Militar. Retificação de reforma. Prescrição. O direito à retificação do ato de reforma prescreve em cinco anos, pois é no próprio ato que se configura a violação ao direito subjetivo. Não se trata, portanto, de mera prescrição de prestações vencidas, mas do próprio direito."

(in DJ de 18 Mar 82, pág. 2166) (TFR, 3ª Turma).

Se for ultrapassada a prescrição extintiva do direito dos Recorridos, o que se admite apenas *ad argumentandum*, fácil é concluir, *data venia*, pela inexistência de qualquer fundamento legal da pretensão que formulam.

Com efeito, o v. acórdão recorrido, *data venia*, opôs-se frontalmente aos ordenamentos da Lei nº 6.683/79, do Decreto nº 84.143/79, da emenda Constitucional nº 26/85 e do ADCT/88 consoante significado literal daqueles dispositivos legais:



- Lei nº 6683, de ago 79:

"Art. 11 - Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos." (Grifamos)

- Decreto nº 84.143, 31 out 79:

"Art. 23 - A Lei nº 6683, de 28 Ago 79, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos." (Grifamos)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, de 27 Nov 85

"Art. 40 - É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.
.....

§ 3º - Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes."

- ADCT, de 05 Out 88:

"Art. 8º - É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao

"APELAÇÃO CÍVEL Nº 141.984-25 REG DE JANEIRO
(REG. Nº 8849966)



EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITARES DA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA. REVERSÃO
AO SERVIÇO FEDERAL. PROMOÇÕES.
PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO.

Intentada a ação, visando ao
ressarcimento de preterições quanto a promoções
quando da reversão ao serviço federal dos que
passaram a integrar a Polícia Militar do ex-
Estado da Guanabara, mais de vinte anos depois,
confirma-se sentença que declara extinto o
processo, em face da prescrição, que atinge o
próprio fundo do direito invocado. (29.04.88)."

"AC nº 88.370/RJ

EMENTA: Administrativo. Prescrição Quinquenal.

Intentada a ação quando fluído o prazo
extintivo do possível direito do Autor e
inexistindo nos autos prova da existência
de qualquer ato que determine a suspensão
ou interrupção da prescrição, correta a
sentença que a Declarou."

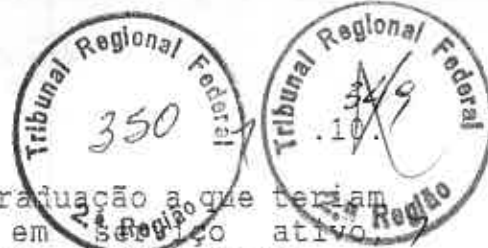
(in DJ, de 2 de mai 85, pág. 6236).

"APE CÍVEL nº 44.815/RJ

EMENTA: Civil. Prescrição. Fazenda Pública.

I - Todo e qualquer direito ou ação
contra a Fazenda Pública, seja qual for
a natureza, prescreve em 5 (cinco) anos
contados da data do ato ou fato do qual
se originarem. Decreto nº 20.910/32,
artigo 1º, Código Civil, art. 178, § 10,
VI - Excetua-se apenas as ações reais.

II - Recurso desprovido."
(in DJU de 03 Nov 78, pág. 8721).



cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em ^{na} ~~serviço~~ ^{Região} ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos."

Intocável, pois, são as razões de mérito da r. sentença do primeiro grau de jurisdição, que reconheceu a improcedência do pedido exordial, por não se enquadrar na legislação específica aplicável a matéria, não entendendo, máxima venia, a União Federal, a sua reforma pelo v. acórdão recorrido.

Correto e legítimo, portanto, foi a expedição dos atos administrativos do Ministério da Marinha, que excluiu os Recorridos da fileira militar, por grave motivo disciplinar, como alí explicita, consoante prova que se extrai dos autos, ou seja, a violação dos preceitos legais e regulamentares que sustentam os pilares das Forças Armadas, constituídas pela hierarquia e pela disciplina.

É oportuno ressaltar que a Constituição Federal de 1946, vigente à época dos fatos, dispunha em seu art. 176:

"Art. 176 - As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da Lei." (grifamos).



A Constituição de 1967, como a Emenda nº 1/69 bem como a de 1988, da mesma forma, enfatizaram o princípio do respeito à hierarquia e a disciplina especialmente no que se relaciona com a organização das Forças Armadas.

Recomendava-se, por conseguinte, que a participação dos recorridos nos acontecimentos resultantes de lamentável indisciplina, restasse punida, à luz da legislação ordinária, no caso, a Lei do Serviço Militar e do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

Não seria lícito, pois, à autoridade militar competente, no exercício da sua função de rotina, deixar de aplicar-lhes a pena disciplinar que se impunha, após a descaracterização de crime militar apurado em processo próprio, ocasião em que ficou também evidente a ausência de crime eleitoral ou político.

Dai, a inevitável aplicação dos preceitos da legislação do Serviço Militar, consubstanciada nos Decretos-Leis nºs 9.500/46 e 9.698 também de 1946.

Sobre o tema, pacífica é a jurisprudência do Excelso Pretório:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 116.589-8, Segunda Turma, DJ de 11.11.88, em que foi Relator o Sr. Ministro Carlos Madeira. Recorrente - União Federal:

"ANISTIA. Militares. Tanto a lei nº 6.683/79, como a Emenda Constitucional nº 26, de 1985, concedeu anistia aos militares punidos com base em atos de exceção, constitucionais e complementares. Só os civis, punidos com base em legislação ordinária, são beneficiados pela anistia. Recurso conhecido e provido."



RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 114.869-1, Segunda Turma, DJ de 18.11.88, em que foi Relator o Ministro Carlos Madeira - Recorrente - União Federal:

"EMENTA - ANISTIA - Seu alcance em relação aos militares. Emenda Constitucional nº 26/85. O art. 4º da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, concede aos militares anistia restrita aos casos de exclusão ou demissão com base em atos de exceção, institucionais ou complementares. Só em relação aos civis, o favor é extensivo aos casos de punição com base em lei ordinária.

Recurso conhecido e provido."

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 116.130-2, da Primeira Turma, DJ de 09.12.88, em que foi Relator o Sr. Ministro Octávio Gallotti, Recorrente - União Federal.

"EMENTA. Anistia de praça da Marinha. A anistia concedida pelo artigo 4º e seus § §, da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, só se aplica aos militares punidos por ato de exceção, institucionais ou complementares. Não aos expulsos, disciplinarmente, com base na legislação comum. Recurso Extraordinário provido."

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 117.894-9, Distrito Federal, Primeira Turma, DJ de 27.10.89, em que foi relator o Sr. Ministro Moreira Alves, Recorrente - União Federal.

"EMENTA. Anistia de militar. Competência do STF. Interpretação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 26/85.

- Tratando-se, com se trata, de recurso interposto contra acórdão do Plenário do extinto Tribunal Federal de Recursos na parte em que este concedeu a segurança impetrada contra ato do Senhor Ministro de Estado da Marinha, e versando apenas questão constitucional, persiste esse recurso como recurso extraordinário, para cujo julgamento é competente esta Corte em face da atual Constituição.



- A anistia concedida pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 26/85 só se aplica aos militares que foram punidos por atos de exceção, fossem eles institucionais ou complementares, e não aos que foram objeto de punição disciplinar com base na legislação comum.

Recurso extraordinário conhecido e provido."

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.287-4/DF, em que foi Relator o Sr. Ministro Soares Muñoz. Decisão do Supremo Tribunal Federal.

"EMENTA. ANISTIA. PRAÇAS DA MARINHA PUNIDOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. Ao Judiciário, que não cabe, por não ter função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia (Súmula 339), descabe, pela mesma razão, incluir no art. 1º da Lei nº 6.683/79, com arrimo no princípio da isonomia, servidores punidos com base na legislação ordinária. mandado de Segurança indeferido."

O mesmo entendimento foi adotado pelo extinto Tribunal Federal de Recurso:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 90.782-DF (Reg. nº 3243133), DJ de 07.03.89, pág. 2780, em que foi Relator o Sr. Ministro Garcia Vieira:

"MILITAR. ANISTIA.

Toda a legislação de anistia beneficia apenas as punições decorrentes de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, não alcançando nunca as disciplinares como a que caracterizou a expulsão do Impetrante. Segurança denegada."

APELAÇÃO CÍVEL Nº 120/077/RJ (Registro nº 7110642), em que foi Relator o Sr. Ministro William Patterson, DJ de 30.05.89, pág. 9234.

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. ANISTIA.
POLÍTICOS. REUNIÃO DO SINDICATO
METALÚRGICOS.



Não comprovada que a alegada participação na reunião do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1964, teve conotação político-revolucionária, sendo certo que o afastamento decorreu de motivos disciplinares, descabe a anistia requerida e suas conseqüências.

Sentença confirmada."

Vale destacar alguns trechos do brilhante voto do eminente Ministro Clovis Ramalhete, quando da decisão unânime do Mandado de Segurança nº 20.287-4-DF, cuja ementa constou transcrita:

"... Passo agora, a ver, no art. 1º da Lei da Anistia, o rol dos seus destinatários. - Anistiados foram aqueles que cometeram "crimes políticos" ou "conexos" com estes. Ora, o fundamento principal da pretensão jurisdicional dos Impetrantes está na conexidade política dos fatos que praticaram e dos quais resultou a punição que lhes foi infligida. Como a natureza jurídica da punição a eles infligida é disciplinar, não é penal; e porque a Lei de Anistia só fala naqueles que cometeram crimes políticos ou conexos, tenho que ficam excluídos os fatos de mera disciplina, ainda que dotados de conteúdo político.

Não se pergunta quanto à complexidade, política, mas quanto à natureza criminal. A Lei da Anistia incide sobre aqueles que praticaram crimes políticos ou crimes comuns conexos com crimes políticos. Anistiou crimes. Não anistiou falta disciplinar ainda que esta tenha tido motivação política.

As demais previsões legais da anistia dizem respeito a crimes eleitorais, e também com aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores punidos com fundamento em Ato Institucional.



Não tenho como enquadrar as impetrantes em nenhuma dessas três situações contempladas pelo art. 1º da lei da Anistia de 79.

Não se apresentam, aqui, como anistiados por crimes políticos, nem por crimes eleitorais, nem por direitos políticos suspensos, nem como servidores militares punidos com fundamento em Ato Institucional. Trata-se de um punhado de marinheiros que se deixaram envolver com motivação política e praticaram atos punidos como indisciplina.

Mas a pena de expulsão poderia ter sido ato fundado em Ato Institucional. Mas não o foram. É que o AI nº 1 teve vigência por seis meses, tal como consta de seus artigos. Ora, ato punitivo foi posterior à vigência dele. O ato foi fundado no art. 109, § 2º, do DL 9546, praticado com base em legislação ordinária. Não se depara na punição aos Impetrantes com ato de punição revolucionária, mas de repressão à indisciplina fundada em lei ordinária..."

"... Aplique-se então aos marinheiros impetrantes, a lei nº 6.683. Esta anistia dirigiu-se aos crimes políticos - não é o caso deles; aos crimes conexos com crimes políticos - não é o caso; aos crimes eleitorais - não é o caso; aos suspensos por direitos políticos - não é o caso; aos punidos com base em ato institucional, - pedido de impossível jurídico, pois que o ato institucional já havia esgotado o prazo de sua vigência quando foram punidos por indisciplina..."

"Foi dado a esse comportamento de coletivo e emocional, a dimensão correta que merecia.

A outras pessoas, nos idos de 1964, sim, sobreveio repressão de outra ordem, ou pela lei penal ordinária, ou por normas excepcionais revolucionárias posteriormente impostas à Nação.

A esses outros fatos a Anistia emprestou a importância política merecida.

Tribunal Regional Federal
356
2.ª Região

Tribunal Regional Federal
16.ª Região
355

Não estão entretanto abrangidos entre os anistiados os autores de meio ato de indisciplina e, como tal, punidos com apoio na legislação ordinária. - Com esse fundamento, nego a ordem de segurança."

O mesmo entendimento adotou o eminente Ministro Soares Muñhoz, relator do indicado Mandado de Segurança nº 20.287-4/DF, em cujo voto assim se expressa:

"Entretanto, os impetrantes, consoante se verifica pelos Atos nºs. 365, 425 e 447, respectivamente, de setembro, novembro e dezembro de 1964, do Ministério da Marinha, foram expulsos do serviço ativo da Marinha, com base no artigo 109, § 2º, do Decreto-lei nº 9.500/46 e art. 91 do Decreto-lei nº 9.698/46, por se terem tornado prejudiciais à ordem pública e à disciplina.

Razão, pois, assiste à Consultoria Jurídica do Ministério da Marinha, quando salienta que os praças licenciados, demitidos ou expulsos por ato de indisciplina, com amparo na legislação ordinária, não estão abrangidos pela anistia nos termos em que a concedeu o art. 1º da Lei nº 6.683/79 e, por via de consequência, acrescento eu, improcedem os pedidos que os impetrantes fizeram, na via administrativa, e que reeditam, agora, no writ, objetivando o retorno ou reversão ao serviço ativo da Marinha ou transferência para a reserva remunerada dessa Força.

Ao Judiciário, que não cabe, por não ter função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia (Súmula 339), descabe, pela razão, incluir, no art. 1º da Lei nº 6.683/79, com arrimo no princípio da isonomia, servidores punidos com base na legislação ordinária.

Ante o exposto e pelos fundamentos do parecer da Procuradoria-Geral da República, indefiro o mandado de segurança."




Demonstrados que estão os pressupostos de sua admissibilidade, espera a União Federal que o presente recurso seja recebido e provido, para reformar o v. acórdão atacado, pois nenhum direito milita em favor dos recorridos.

São os termos em que espera

J U S T I Ç A

Rio de Janeiro, 02 de *maio* de 1995


JOEL SIMÃO BAPTISTA
Assistente Jurídico
Representante Judicial da União

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



JUNTADA

Kouaso *de 10.55*

posto data. 1908 junta da coloi

Nº 2630

06 de

dia de Janeiro.

assinatura

carimbo

marco

nome

398

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL - 2ª REGIÃO



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA FEDERAL PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - DRA JULIANA
LÍDIA LUNZ

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

3 MAR 17 5 002630

RECEBIMENTO - 02/03/95

APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ
Recorrente: UNIÃO FEDERAL
Recorridos: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ILMAR MESQUITA E OUTROS

A UNIÃO FEDERAL, nos autos da epígrafe, não se conformando, data venia, com o v. acórdão de fls. 325, vem, por seu representante judicial, interpor

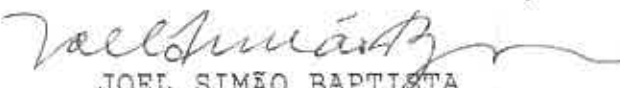
RECURSO ESPECIAL

com fundamento no artigo 105, III, letras "a" e "c", da Constituição Federal.

Recebido e processado na forma da Lei, requer seja o presente recurso encaminhado ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de março de 1995.


JOEL SIMÃO BAPTISTA
Assistente Jurídico
Representante Judicial da União

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL - 2ª REGIÃO



RECURSO ESPECIAL

Processo Nº 91.02.12465-3/RJ
Recorrente: UNIÃO FEDERAL
Recorrido : RAUL ALVES DO NASCIMENTO E OUTROS
ILMAR MESQUITA E OUTROS

RAZÕES DA RECORRENTE

EGRÉGIA TURMA

O v. Acórdão de fls. 325, merece *data venia*, ser reformada, pelo que se expõe a seguir:

I - DO PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA

É importante ressaltar, que desde o início, a matéria foi prequestionada a todo tempo no curso do processo, tendo a UNIÃO FEDERAL sempre sustentado a aplicabilidade (da Lei nº 6.683/79, Emenda Constitucional nº 26/85, Decreto nº 38.010 de 05.10.55 e Decreto nº 9.698 de 02.09.46.

II - DA DIVERGÊNCIA E DA VIOLAÇÃO À LEI



A v. decisão recorrida, encontra-se assim

ementada:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 89, § 19, do ADCT) Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar de carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, não de prevalecer os motivos arrolados pelo *decisum*

II - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que embasaram em motivações política, tal como o que se deu, *in casu*.

III - Reintegração e transferência dos Autores para a reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringindo-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, *ut* regra cogente constante ao § 19 referido.

IV - Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao Recurso, negando provimento com relação aos Autores HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de licença-prêmio por assiduidade, o Exmo. Sr. Des. Federal CELSO PASSOS.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1994 (data do julgamento)."



Em que pesem o brilho e a notória erudição dos seus eminentes prolores, o v. acórdão divergiu da interpretação da legislação específica aplicável à matéria, atribuída por outros tribunais, além de violar os diplomas legais indicados.

Cumpre ressaltar preliminarmente que a pretensão dos recorridos em obter reintegração ao serviço ativo, já incorreu na prescrição quinquenal estabelecida no Decreto nº 20.910 de 1932, vez que os mesmos só a postularam após o lapso de tempo exigido pela referida Lei.

A propósito, é farta a jurisprudência sobre a matéria, inclusive do então Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça, bem como do Supremo Tribunal Federal, como se vê das ementas, a seguir transcritas:

"EMENTA: MILITAR. REFORMA. PRESCRIÇÃO.

- O decurso de prazo de cinco anos ocorridos entre o ato inquinado de ilegal e o exercício do direito da postulação em juízo, determina a prescrição, não só das parcelas, como de todo e qualquer direito a ação contra a UNIÃO.

- Apelo desprovido."

(AMS nº 95.655-RJ, in DJ de 31/05/84, pág. 8637).



"EMENTA: MILITAR. RETIFICAÇÃO DE REFORMA. PRESCRIÇÃO.

O direito a retificação do ato de reforma prescreve em cinco anos, pois é no próprio ato que se configura a violação ao direito subjetivo. Não se trata portanto, de mera prescrição de prestações vencidas, mas do próprio direito."

(AC nº 67.373-RJ, in DJ de 18/03/82, pág. 2166)

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. RETIFICAÇÃO DO ATO PRESCRIÇÃO.

Pretendendo o Militar a revisão do fundamento jurídico do ato de sua reforma e somente vindo a requerê-la, em juízo, após escoado o quinquênio legal, decaiu do direito, pela incidência prescricional, desde que não se cogita de prestações pecuniárias.

Sentença confirmada."

(AC nº 51.108-RJ, in DJ de 18/12/80, pág. 10846)

"REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 102.071-SP

EMENTA: Prescrição quinquenal.

Vantagem não incorporada. Prescrição do Direito. Decreto nº 20.910/32, art. 1º.

- Distinção entre a simples prescrição das prestações vincendas, regulada pelo artigo 3º do Decreto 20.910, e a prescrição do fundo do direito, prevista no art. 1º que está em causa.

Jurisprudência do STF consubstanciada em que a prescrição, pelo princípio da *actio nata*, atinge o próprio direito instituído quando não reclamado *opportuno tempore*.

Recurso extraordinário conhecido e provido."

(in DJ de 10 Ago 84, pág. 12451).

"RE nº 95.592 - SP



EMENTA: Prescrição quinquenal. Funcionário Público.

- A prescrição quinquenal a favor da Fazenda Pública, alcança "todo e qualquer direito e ação, seja qual for a sua natureza", sem exceptuar os assegurados por lei do servidor público. A prescrição apenas das prestações pressupõe que a Administração Pública não tenha praticado ato de que decorra o não pagamento delas.

- Recurso extraordinário conhecido e provido."

(in DJU de 12 Ago 83, pág. 11764).

"RE 100.206-0-RS

EMENTA: Prescrição quinquenal. Fazenda Pública. Reforma de militar desconstituída. Decreto 20.910/32. 1. A Prescrição em favor da Fazenda Pública se aplica às pretensões decorrentes de todos os direitos pessoais contra a União, Estados e Municípios. 2. Ação intentada quando já fluído o prazo extintivo do direito do autor, sem qualquer registro, nesse interregno, de suspensão ou interrupção do prazo prescricional. Recurso extraordinário conhecido e provido."
(in DJ de 9 Set 83, pág. 13561) (STF, 1ª Turma)
(grifou-se)

"APELAÇÃO CÍVEL Nº 98.505 - RIO DE JANEIRO
(2609754)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA.
PRESCRIÇÃO.

I - "prescreve em cinco anos a ação revisional da reforma do militar, a contar da publicação do respectivo ato." (Súmula nº 250/TFR).

II - Apelação a que se nega provimento."
(D.J. de 08.08.88).

"APELAÇÃO CÍVEL Nº 141.964 - RIO DE JANEIRO
(REG. Nº 8849966)



EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA. REVERSÃO AO SERVIÇO FEDERAL. PROMOÇÕES. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO.

Intentada a ação, visando ao ressarcimento de preterições quanto a promoções quando da reversão ao serviço federal dos que passaram a integrar a Polícia Militar do ex-Estado da Guanabara, mais de vinte anos depois, confirma-se sentença que declara extinto o processo, em face da prescrição, que atinge o próprio fundo do direito invocado. (29.04.88)."

"AC nº 88.370/RJ

EMENTA: Administrativo. Prescrição Quinquenal.

Intentada a ação quando fluído o prazo extintivo do possível direito do Autor e inexistindo nos autos prova da existência de qualquer ato que determine a suspensão ou interrupção da prescrição, correta a sentença que a Declarou."

(in DJ, de 2 de mai 85, pág. 6236).

"APE CÍVEL nº 44.815/RJ

EMENTA: Civil. Prescrição. Fazenda Pública.

I - Todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a natureza, prescreve em 5 (cinco) anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. Decreto nº 20.910/32, artigo 1º, Código Civil, art. 178, § 10, VI - Excetua-se apenas as ações reais.

II - Recurso desprovido."
(in DJU de 03 Nov 78, pág. 8721).



"AC nº 8584-PB

EMENTA: REVISÃO DE ENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL QUE ATINGE O PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO.

- O direito de impugnar ato de enquadramento funcional prescreve em 05 (cinco) anos.
- Tratando-se de ação ajuizada para, inicialmente, ver declarada a nulidade de ato administrativo de enquadramento, é forçoso reconhecer que a prescrição atinge o próprio fundo de direito."

(DJ de 26.04.91, pág. 8831 - 1ª Turma do TRF da 5ª Região).

"AC Nº 85.193 - RJ

EMENTA: Militar. Prescrição.

- O decurso de prazo de cinco anos ocorrido entre o ato inquinado de ilegal e o exercício do direito da postulação em juízo, determina a prescrição não só das parcelas, como de todo e qualquer direito ou ação contra a União.

- Apelo provido."

(in DJ de 19 DEZ 84. pág. 21991).

"AC nº 83.068-RJ

EMENTA: Administrativo. Militar. Prescrição.

Prescreve a ação para reivindicar eventuais direitos decorrentes da legislação militar, em cinco anos, contados do licenciamento do postulante do serviço."

(in DJ de 12 DEZ 88. pág. 32917).



"AC nº 122.060-RJ

EMENTA: Administrativo. Policial Militar.
Proventos.

Prescrição quinquenal da ação para
reclamar redução de proventos verificada
a certa altura da inatividade."

(in DJ de 26 Set 88, pág. 24373).

"Apel. Cível nº 67.373-RJ

EMENTA: Militar. Retificação de reforma.
Prescrição. O direito à retificação do ato de
reforma prescreve em cinco anos, pois é no
próprio ato que se configura a violação ao
direito subjetivo. Não se trata, portanto, de
mera prescrição de prestações vencidas, mas do
próprio direito."

(in DJ de 18 Mar 82, pág. 2166) (TFR, 3ª
Turma).

Se for ultrapassada a prescrição extintiva do
direito dos Recorridos, o que se admite apenas *ad
argumentandum*, fácil é concluir, *data venia*, pela inexistência
de qualquer fundamento legal da pretensão que formulam.

Com efeito, o v. acórdão recorrido, *data
venia*, opôs-se frontalmente aos ordenamentos da Lei nº 6.683/79,
do Decreto nº 84.143/79, da emenda Constitucional nº 26/85 e do
ADCT/88 consoante significado literal daqueles dispositivos
legais:

- Lei nº 6683, de ago 79:



"Art. 11 - Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos." (Grifamos)

- Decreto nº 84.143, 31 out 79:

"Art. 23 - A Lei nº 6683, de 28 Ago 79, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos." (Grifamos)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, de 27 Nov 85

"Art. 4º - É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 3º - Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes."

- ADCT, de 05 Out 88:

"Art. 8º - É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao

369
368
10.

cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos."

Intocável, pois, são as razões de mérito da r. sentença do primeiro grau de jurisdição, que reconheceu a improcedência do pedido exordial, por não se enquadrar na legislação específica aplicável a matéria, não entendendo, máxima *venia*, a União Federal, a sua reforma pelo v. acórdão recorrido.

Correto e legítimo, portanto, foi a expedição dos atos administrativos do Ministério da Marinha, que excluiu os Recorridos da fileira militar, por grave motivo disciplinar, como ali explicita, consoante prova que se extrai dos autos, ou seja, a violação dos preceitos legais e regulamentares que sustentam os pilares das Forças Armadas, constituídas pela hierarquia e pela disciplina.

É oportuno ressaltar que a Constituição Federal de 1946, vigente à época dos fatos, dispunha em seu art. 176:

"Art. 176 - As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da Lei." (grifamos).



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Praça Barão de Ladário, s/nº - Ed. Almirante Tamandaré - 4º Andar - Centro

CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro - RJ

(21) 2104-5589 - Fax: (21) 2104-5589 -dpmm.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 40-1353/DPMM-MB
40/087.3

Rio de Janeiro, RJ 04 de julho de 2019.

Ao Senhor

CLAUDIO ROBERTO B.B.C. DA SILVA

Advogado da União na Procuradoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro

Rua México, 74 – Centro

CEP: 20031-140 – Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Prestação de informações sobre pagamentos – Anistia Política

Senhor Advogado,

1. Incumbiu-me o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, em atenção ao Ofício nº 12160/50/2019/PRU/RJ, dessa Procuradoria, atinente aos anistiados políticos **RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e outros**, de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que o referido documento foi encaminhado ao Serviço de Veteranos e Pensionista da Marinha (SVPM), localizado na Praça Barão de Ladário – S/Nº – ED. Almirante Tamandaré, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-000, Organização Militar competente para prestar informações sobre os eventuais pagamentos efetuados em virtude de cumprimento de sentença.

Atenciosamente,

RICARDO ANTONIO AMARAL

Capitão de Mar e Guerra (RM1)

Chefe do Departamento de Justiça e Disciplina

**PROCURADORIA REGIONAL DA
UNIÃO NO RIO DE JANEIRO**

09 JUL. 2019

RECEBIDO

63011.012110/2019-23

URGENTE
MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

08/063.2

CENTRAL DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS

Nº 1074

Rio de Janeiro, RJ, 28 de junho de 2019.

COMUNICAÇÃO PADRONIZADA DE PROCESSOS JUDICIAIS

Do: Encarregado
Ao: Sr. Diretor do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha

Assunto: () prestação de informações
(x) cumprimento de decisão judicial favorável à MB
() cumprimento de decisão judicial desfavorável à MB
() reiteração

Referências: A) Lei nº 9.028/1995, art. 4º, parágrafo 1º; e
B) Port nº 319/MB/2013.

Anexo: Cópia do Of. nº 12160/50/2019/PRU/RJ.

1. Transmito o documento anexo, com as informações abaixo, para as providências previstas nas referências a e b, no que couber a essa OM.

Autor: (nome/nip/posto/graduação): RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS / 9.0093.31	
Situação: SO-RM1	Processo nº: 07089205519004025101
Órgão Judicial (vara/juízo): 14ªVF/RJ	
A quem se dirigir: Procuradoria Regional da União – 2ª Região – Rua México, nº 74 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-140 – Tel. (21) 3095-6226 / 3095-6237. E-mail: pru2.protocolo@agu.gov.br	
Resumo do pedido: Anistia	
Prazo para atendimento: URGENTE	
Obs: 1 – Foi encaminhado e-mail nº 1074 de 28JUN2019 para a AGU participando o recebimento do documento em anexo no dia 28JUN2019 e o encaminhamento desta CPPJ para essa OM. 2 – As informações solicitadas e/ou a declaração das providências tomadas em relação ao referido processo, ou da impossibilidade de cumprimento motivada por algum óbice, deverão ser encaminhadas diretamente ao órgão que a(s) solicitou, descrito no campo: “A quem se dirigir:”, com cópia para esta CPJ. Em seguida, deverá ser feito o lançamento das informações no SISJUS-WEB, conforme itens 11.5 e 15.1 da Portaria nº 319/2013, do CM.	

MARCO ANTONIO ALVES
Capitão de Corveta (RM1-T)
Encarregado da CPJ/DPMM
ASSINADO DIGITALMENTE

Cópias:
DPMM-40 c/anexo; Arquivo s/anexo

URGENTE

63011.011712/2019-63



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 2ª REGIÃO
NÚCLEO ESTRATÉGICO (PRU2R/COREM/NUEST)

PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00005/2023/COREMNS/PRU2R/PGU/AGU

PROCESSO JUDICIAL: 0020107-04.1997.4.02.5101

NUP: 00412.008360/2021-41 (REF. 0020107-04.1997.4.02.5101 (Execução Provisória))

PROCESSO PRINCIPAL Nº 0708920-55.1900.4.02.5101

INTERESSADOS: ABIMAEI TABOSA DE MELO E OUTROS

ASSUNTOS: ANISTIA POLÍTICA

Trata-se de análise da força executória de decisão judicial proferida nos autos do processo em referência, consoante determinação do art. 6º, da Portaria AGU nº 1.547, de 2008, que assim dispõe:

"Art. 6º Incumbe ao advogado público federal, ao qual for distribuído o processo ou a intimação contendo decisão judicial dotada de exequibilidade, comunicá-la aos órgãos jurídicos consultivos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme o caso, para que estes comuniquem os órgãos, entidades e autoridades, por eles assessorados, responsáveis pelo cumprimento.

§ 1º Para fins desta Portaria, é dotada de exequibilidade a decisão judicial, desfavorável ou favorável à Administração Pública Federal, que determine a adoção de providência administrativa para o seu cumprimento, inclusive em face da suspensão de execução, revogação, cassação ou alteração de decisão anterior, desde que não exista medida ou recurso judicial que suspenda o seu cumprimento."

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA DEMANDA JUDICIAL E BREVE RELATÓRIO:

Cuida-se, em síntese, de ação judicial por meio da qual a parte autora postulou a declaração de anistia e reintegração à Marinha, na forma do art. 4º da Lei nº 6.683/79, com a percepção de atrasados e demais consectários.

Em 1ª Instância, o MM. Juízo julgou carecedores do direito de ação os autores Herval Pires e Adilson de Oliveira Raia e julgou improcedente o pedido em relação aos demais.

Em 2ª Instância, porém, o TRF-2ª Região, embora mantendo a decisão em relação à Herval Pires e Adilson de Oliveira Raia, deu provimento ao recurso dos demais, "para julgar procedente, em parte, os pedidos, limitando os efeitos pretéritos a 05.10.88".

Inconformada, a União interpôs recursos especial e extraordinário, sendo que o primeiro não foi conhecido. Já o recurso extraordinário foi provido em **agosto de 2005**, para julgar improcedente o pedido, com inversão dos ônus da sucumbência.

Não obstante, incrivelmente, por conta de inúmeros recursos descabidos da parte autora, a decisão do STF só veio a transitar em julgado em 21/11/2018.

Constatada a situação na execução provisória, a União expediu Ofício nº 12.160/50/2019/PRU/RJ, comunicando a decisão favorável, para cumprimento.

Em resposta, o Comando da Marinha enviou o Ofício 40-1353/DPMM-MB, de 04/07/2019, noticiando o redirecionamento do expediente para o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha, para atendimento.

Entretanto, não consta na PRU, até a presente data, registro de qualquer resposta.

Sem embargo, a União requereu nos autos principais a intimação do autores para restituição dos valores percebidos indevidamente, tendo o MM. Juízo determinado a elaboração de demonstrativo dos valores pagos para quem promoveu a execução provisória.

2. TEOR DA DECISÃO JUDICIAL A SER CUMPRIDA:

Como relatado, o STF deu provimento ao recurso extraordinário da União, julgando improcedente o pedido.

Por sua vez, nos autos principais, o MM. Juízo determinou a discriminação do "débito devido por cada autor, considerando o litisconsórcio multitudinário ativo e atentando ao teor dos títulos judiciais exequendos em relação a cada um dos autores, aos pedidos de execução provisória efetuados por alguns e, ainda, as decisões proferidas nos processos deste dependentes.

3. JUÍZO QUE PROFERIU A DECISÃO A SER EXECUTADA:

JUÍZO FEDERAL DA 14ª VF DO RIO DE JANEIRO

4. PARTE EM FAVOR DE QUEM A DECISÃO DEVERÁ SER CUMPRIDA (NOME E CPF):

ABIMAEI TABOSA DE MELO (224.947.237-87), ANTONIO AFONSO RIBEIRO, ANTONIO DUARTE DOS SANTOS, ARTHUR GONCALVES VALENTE, DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA, DOMINGOS MANOEL DE SA, EDSON FIRMINO, FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA, FRANCISCO DE ASSIS CURY, JOAO DOS SANTOS CARVALHO, JODIEL DE ARAUJO MACEDO, JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO, JOSE DAMIAO GOMES, JOSE DUARTE DOS SANTOS, JOSE JOAQUIM SALUSTIANO, JOSE JURANDIR DA SILVA, JOSE LUCIO DA SILVA, MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO, OSMAN ARANHA FALCAO CESAR, OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA, PEDRO FRANCA VIEGAS, PERCEVAL ROSA, RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA, RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO, RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, ROQUE SANTOS DE CARVALHO, VALDIR DA SILVA DELGADO, WALMIR AFONSO DE LIMA, WILLY KLESKE, PEDRO FERREIRA LOPES, ILMAR MESQUITA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, IVANILDO JOSÉ WANDERLEY E ALFREDO DOMINGOS CILLOS.

5. DATA DA INTIMAÇÃO:

30-01-2023

6. PRAZO PARA CUMPRIMENTO:

IMEDIATO

7. INCIDE MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO:

	SIM
x	NÃO

8. EXECUTORIEDADE DA DECISÃO:

Definitiva, em decorrência de trânsito em julgado, não sendo mais cabível qualquer recurso.

9. CONCLUSÃO

Ante o exposto, com o presente parecer técnico, atesto a plena força executória da decisão judicial em anexo, devendo ser cancelados os atos praticados com base na execução provisória, com a elaboração de demonstrativo dos valores pagos durante o cumprimento do acórdão do TRF2ª Região reformado.

Esta Procuradoria Regional da União se coloca à disposição para maiores esclarecimentos que se façam eventualmente necessários, solicitando, por fim, que seja encaminhada cópia de toda a documentação que evidencie o efetivo cumprimento da ordem judicial, para fins de comprovação e comunicação junto ao Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2023.

CLAUDIO ROBERTO B.B.C. CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO DA UNIÃO

Documento assinado eletronicamente por CLAUDIO ROBERTO BIZARRO BORGES CARDOSO DA SILVA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1085746201 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CLAUDIO ROBERTO BIZARRO BORGES CARDOSO DA SILVA. Data e Hora: 03-02-2023 15:57. Número de Série: 67298779611703887791955465068. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

URGENTE



MARINHA DO BRASIL

SERVIÇO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

Praça Barão de Ladário, s/n – Ed. Alte Tamandaré – 2º Andar – Centro

CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

(21) 2104-6397 – Fax (21) 2104-6399 – svpm.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 60-349/SVPM-MB

091

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor

FRANCISCO EUGÊNIO VIEIRA DE MEDEIROS

Advogado na Procuradoria Regional da União no Rio de Janeiro

Rua México, nº 74, Centro

20031-140 – Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Cumprimento de Decisão Judicial**

Senhor Advogado,

1. Incumbiu-me o Diretor do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha, em atenção ao vosso Ofício nº 00033/2018/CPM/PRU2R/PGU/AGU, referente ao Processo nº 0020107-04.1997.4.02.5101, proposto por ABIMAEL TABOSA DE MELO, de encaminhar a Vossa Senhoria os subsídios fornecidos pela Divisão de Proventos de Militares deste Serviço, bem como os documentos que comprovam as informações prestadas (cópias anexas).

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul de Rodrigo da Rocha Pessôa.

RODRIGO DA ROCHA PESSÔA

Primeiro-Tenente (RM2-T)

Encarregado da Divisão de Controle de Decisões Judiciais

URGENTE

63410.001756/2018-00

SVPM-60/SVPM-61

DIVISÃO DE PROVENTOS DE MILITARES SVPM-81

SUBSÍDIOS PARA SVPM-61

Execução Provisória de Sentença nº 0020107-04.1997.4.02.5101 (Número antigo 97.0020107-4), movido por RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e OUTROS (ABIMAEI TABOSA DE MELO) perante o juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

Em 01/02/1999, por Portaria nº 0125/DPMM, o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, em cumprimento à decisão proferida no Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível nº 91.02.12465-3/RJ, nos autos da Ação Ordinária, Processo nº 00.0708920-1, do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, resolve considerar o ex-militar Ex-GR-SM 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a reserva remunerada na graduação de SUBOFICIAL, a partir de 05/10/1988, com a remuneração a que faz jus, observados os arts. 56, parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 09/12/1980 e o art. 10, inciso III, do Decreto nº 86.763, de 22/12/1981, alterado pelo Decreto nº 96.877, de 29/09/1988, com efeitos financeiros contabilizados a partir de 05/10/1988, data da promulgação da Constituição Federal/1988 (documentos anexos).

Em 13/09/2001, foi confeccionado o Título Declaratório de Proventos de Inatividade nº 01/00558, do então Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha -SIPM, consignando a promoção por força de decisão judicial a graduação de SUBOFICIAL, com as gratificações e indenizações a que fizer jus, a partir de 05/10/1988, do Ex-GR-SM 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO. Bem como de forma correta foi confeccionado o Demonstrativo Financeiro dos valores devidos e recebidos ao Autor referente ao período de 05/10/1988 a 31/10/1998, ou seja, desse período o Autor receberá esses proventos discriminados por meio de PRECATÓRIO, s.m.j. serão pagos através de verba judiciária, de acordo com o contido no art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de forma como está discriminado no respectivo Título. O Autor começou a receber administrativamente pelo então Ministério da Marinha os proventos do soldo de SUBOFICIAL desde 01/11/1998, ou seja, a partir dessa data o Autor entrou em pagamento por esta Força (documentos anexos).

Conclui-se que não há necessidade de novos elementos de cálculos para este Autor, porque para este mesmo processo que se iniciou em 09/05/1985 no juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, foi dado o devido cumprimento como está provado nos documentos mencionados acima, bem como ratificamos todos os pagamentos desde 01/11/1998 até 01/04/2017, conforme consta nos bilhetes de pagamento anexos. O Autor SO-SM 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO faleceu em 28/04/2017, ou seja, até o seu falecimento o Autor recebeu de forma correta seus proventos com base no soldo de SUBOFICIAL. Participo que já consta declarada nesta Força a Pensionista Militar do referido Autor, Sra. NIP 17.0971.51 SUZANA MARIA DE MELO VIANA, portadora do CPF 008.625.327-10, na qualidade de FILHA, habilitada e recebendo a pensão militar a que faz jus, desde 28/04/2017, por

intermédio do Título de Pensão Militar nº 133087, de 19/07/2017, do então Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (documento anexo).



NO IMPTº DE:

REJANE RIBEIRO REDON

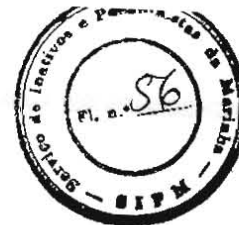
Capitão de Fragata (RM1-T)

Encarregada da Divisão de Proventos de Militares

DEBORA DA SILVA CARDOSO

Agente Administrativa

Ajudante da Divisão de Proventos Militares



MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/P
F-29698/98
F-1663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

PORTARIA Nº **0 1 2 5** DE 03 DE Fevereiro DE 1999.

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso das suas atribuições regulamentares, tendo em vista a determinação do juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14 de janeiro de 1999 para o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível n.º 91.02.12465-3/RJ, em que são partes o **ex-MN-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS** e a União Federal (Ministério da Marinha), cuja Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença, registro n.º 97.0020107-4) e, em conformidade com o disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988,

RESOLVE:

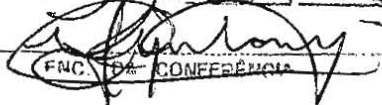
por força de decisão judicial que anistiou os autores da Ação Ordinária supramencionada, considerar os ex-militares abaixo mencionados reintegrados ao Serviço Ativo da Marinha, **transferidos para a reserva remunerada na graduação de Suboficial**, a partir de 5 de outubro de 1988 com a remuneração que fazem jus, observados os art. 56, parágrafo único da Lei n.º 6.880 de 9 de dezembro de 1980 e o art. 10, inciso III do Decreto n.º 86.763 de 22 de dezembro de 1981, alterado pelo Decreto n.º 96.877 de 29 de setembro de 1988. Os efeitos financeiros serão a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Ex-GR-SC 63.3006.30 **JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO**
Ex-GR-SM 63.3292.39 **ABIMAEEL TABOSA DE MELO**


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Distribuição:
SDM (Arq. MM) - SIM - SIPM - DPMM-52.2 - DPMM-53.1 - Arquivo

PUBLICADO NO D. O. de 09/02/99.


ENC. DE CONF. 1

Publicação Bol 05 1999
Hm 2056-1 Valm

AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS NÃO PRODUZEM EFEITOS LEGAIS.
SOMENTE A PUBLICAÇÃO NO D.O. TEM VALIDADE PARA CONTAGEM DE PRAZOS.

0020107-04.1997.4.02.5101 Número antigo: 97.0020107-4 PROCESSO FÍSICO

4001 - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA

Cumprimento Provisório de Sentença - Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão - Processo de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho

Autuado em 23/06/1997 - Consulta Realizada em 07/02/2018 às 09:52

AUTOR : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS

ADVOGADO : PAULO AFONSO ALVES DA SILVA E OUTROS

REU : UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES E OUTRO

14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Magistrado(a) JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR

Diretor Secretaria: LUIZA TRINAS DE AMORIM

Distribuição por Dependência em 23/06/1997 para 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EXISTEM PETIÇÕES VINCULADAS AINDA NÃO JUNTADAS

SEM LIMINAR Ato Ordinatório em 04/12/2017 por JRJEIC

Mod. 157088 Dê-se vista aos autores para que, no prazo comum de 15 dias, requeiram o que entenderem ser de direito, se manifestem sobre o deslinde do RE 223.174 (fls.997). Com a vinda das informações, dê-se vista a União Federal para que, no prazo de 15 dias, se manifeste inclusive sobre a planilha de fls.1005/1008. Após, voltem conclusos. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2017. LUIZA TRINAS DE AMORIM Diretor de Secretaria Nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal, do artigo 203, §4º, do Código de Processo Civil e das disposições da Portaria nº JFRJ-POR-2017/00423, deste Juízo, datada de 28/08/2017

Registro do Sistema em 06/12/2017 por JRJZX A.

Edição disponibilizada em: 11/12/2017

Data formal de publicação: 12/12/2017

Prazos processuais a contar do 1º dia útil seguinte ao da publicação.

Conforme parágrafos 3º e 4º do art. 4º da Lei 11.419/2006

Em decorrência os autos foram remetidos para Advocacia Geral da União por motivo de Vista

A contar de 13/12/2017 pelo prazo de 15 Dias (Simples).

Disponibilizado em 18/01/2018 por JRJZX A (Guia 2018.000036) e entregue em 18/01/2018 por JRJZX A

Disponível para Autor por motivo de Manifestação

A contar de 13/12/2017 pelo prazo de 15 Dias (Simples).

15/12/2017 - Disponível mas não Recebido por JRJFTY

AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS NÃO PRODUZEM EFEITOS LEGAIS.
SOMENTE A PUBLICAÇÃO NO D.O. TEM VALIDADE PARA CONTAGEM DE PRAZOS.

0708920-55.1900.4.02.5101 Número antigo: 00.0708920-1 PROCESSO FÍSICO

1999 - AÇÕES ORDINÁRIAS A CLASSIFICAR (DESATIVADA)

Procedimento Ordinário - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho

Autuado em 09/05/1985 - Consulta Realizada em 07/02/2018 às 10:15

AUTOR : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO

ADVOGADO : LOURENCO SENNA

REU : UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES

14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Magistrado(a) JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR

Registro de Proc. Antigo em 09/05/1985 para 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Objetos: Indefinido

EXISTEM PETIÇÕES VINCULADAS AINDA NÃO JUNTADAS

Concluso ao Magistrado(a) em 12/11/1991 para Despacho SEM LIMINAR

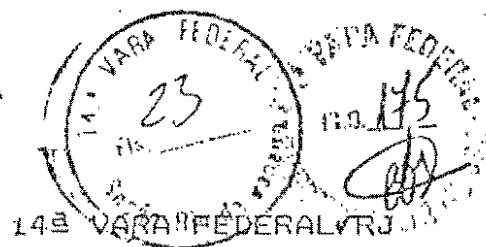
Preparados, subam.

Registro do Sistema em 24/01/1992

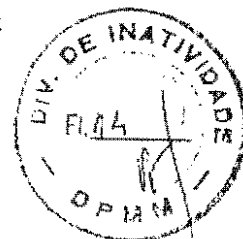
Em decorrência os autos foram remetidos em 13/04/1992 para TRF - 2ª Região por motivo de Vista Sem contagem de Prazos.



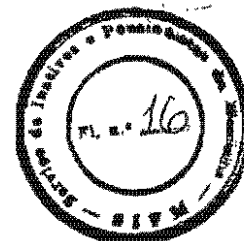
PODL: 0
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



PROCESSO Nº : 7089201
ATUREZA : AÇÃO ORDINÁRIA
AUTOR : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
RÉU : UNIÃO FEDERAL
JUÍZA : Drª MARIA HELENA CISNE CID



S E N T E N Ç A



RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO, ANTONIO DUARTE DOS SANTOS, ABIMAEEL TABOSA DE MELO, JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO, ROQUE SANTOS DE CARVALHO, WALMIR AFUNSO DE LIMA, VALDIR DA SILVA DELGADO, PERCEVAL ROSA, PEDRO FERREIRA LOPES, ILMAR MESQUITA, FRANCISCO DAS CHAGAS ASSUNÇÃO DA SILVA, RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA, OSMAN ARANHA FALCÃO CEZAR, JOSE JURANDIR DA SILVA, WILLY KLESKE, OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA, MANOEL DO BOMFIM RIOS SACRAMENTO, JODIEL DE ARUJO MACEDO, JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO, FRANCISCO DE ASSIS CURY, ANTONIO AFONSO RIBEIRO, RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, IVANILDO JOSÉ WANDERLEY, DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA, DOMINGOS MANOEL DE SA, JOSÉ DUARTE DOS SANTOS, ARTHUR GONÇALVES VALENTE, ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, HERVAL PIRES, EDSON FIRMINO, JOÃO DOS SANTOS CARVALHO, JOSÉ LÚCIO DA SILVA, ALFREDO DOMINGOS CILOS, JOSÉ DAMIANO GOMES e PEDRO FRANÇA VIEGAS, devidamente qualificados na inicial, propõem Ação Ordinária contra a UNIÃO FEDERAL, visando a sua reintegração à Marinha, na forma do art. 4º, da Lei nº 6.683/79, com a percepção de atrasados, juros de mora, correção monetária, contagem de tempo, quinquênios, férias, licença especial, honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução e custas judiciais.

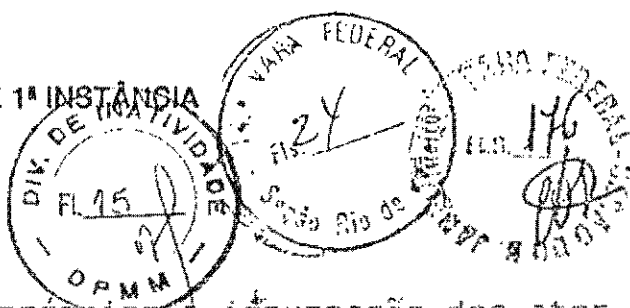
Sustentam, em síntese, que eram Cabos, Marinheiros ou Soldados, quando participaram dos acontecimentos políticos de 25/27.03.64, respondendo a Inquérito Policial-Militar e sendo expulsos; que requereram administrativamente os benefícios da Lei de Anistia, o que lhes foi negado, daí o recurso ao Judiciário. Juntaram procurações (fls. 8/43) e documentos (fls. 44/62). Deram o valor à causa de Cr\$ 3.331.200. Pagaram custas (fls. 65).

Regularmente citada, a UNIÃO FEDERAL contestou a ação (fls. 70/76), juntando documentos (fls. 77/115), armando preliminares de decadência relativamente aos Autores que especifica (fls. 71) e de prescrição em relação a todos (fls. 76), uma vez que os primeiros, deixaram de requerer administrativamente os benefícios da Lei anistiante, conforme artigo 4º da Lei 4729, quanto à prescrição, por deixarem todos

Fls 2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



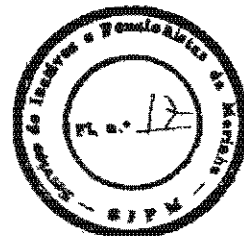
eles de postular nos momentos próprios a impugnação dos atos que os excluíram dos quadros das Forças Armadas. O Soldado HERVAL PIRES foi licenciado do SAM, por conclusão de tempo legal, não tendo, portanto, o direito que postula e o Marinheiro ADILSON DE OLIVEIRA RAIA foi expulso pela prática de crime de caráter doloso, em 1967 (fls. 94/95). Os demais, embora requeressem o benefício da anistia, tiveram seus pedidos indeferidos por carecimento de amparo legal.

Os Autores manifestaram-se sobre a contestação (fls. 117/128), juntando novos documentos (fls. 127/134), com os quais buscam convencer o Juízo quanto ao direito que pleiteiam. Repelem os Autores as preliminares argüidas pela Ré, ao tempo em que reafirmam as razões de pedir. A Ré também juntou novos documentos (fls. 160/167). As fls. 170/172, traslado da decisão prolatada nos autos da Impugnação no Varão da Causa, fixando-o em \$1.000,00 para cada litisconsorte, sendo a diferença das custas paga às fls. 158.

Não havendo outras provas a serem produzidas, passo ao julgamento do processo.

é o relatório.

D E C I D O :



Rejeito a preliminar de decadência argüida pela UNIÃO FEDERAL relativamente aqueles Autores que não postularam seu reingresso em sede administrativa.

De fato, a par de inexistência de imperativo legal nesse sentido, o fato de a UNIÃO FEDERAL contestar o pedido em sede judicial pressupõe que a ele resistiria em sede administrativa. Quanto aos demais litisconsortes, o documento de fls. 102 por si só aniquila a pretensão extintiva da UNIÃO FEDERAL.

Prescrição, outrossim, não ocorreu. Os Autores postularam a anistia nos moldes da EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26 de 1985, que ampliou o benefício dantes concedido pela Lei nº 6.683/79.

Em assim sendo, inocorreu o quinquênio legal que lhes impossibilitaria a obtenção de uma sentença de mérito favorável ao direito que se dizem titulares, caso lograssem comprová-lo.

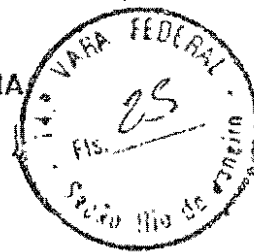
Acolho, todavia, a preliminar de carência de ação argüida, em face do soldado HERVAL PIRES, que foi licenciado por conclusão de tempo de serviço (fls. 101) e do marinheiro

[Assinatura]



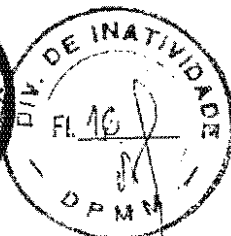
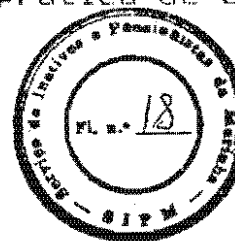
3

ÁRIO
FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



ADILSON OLIVEIRA RAIA, expulso pela prática de crime doloso em 1967 (fls. 94/95). >>

MÉRITO



Tendo sido envolvidos nos acontecimentos ocorridos aos 25, 26 e 27 de março de 1964, que se consubstanciaram em assembleias de marinheiros realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos ou atos de solidariedade, manifestados nos quartéis, foram, os Autores, Cabos, Marinheiros ou Soldados, expulsos do SAM aos 17.04.64, 30.11.64 e 18.12.64, por força dos Atos nºs. 155, 425 e 447, respectivamente.

Alegando motivação política para a edição desses atos, pretendem reversão ao serviço ativo com todas as promoções e direitos que lhes seriam concedidos se em serviço ativo estivessem.

Sustentam que o direito que postulam encontra amparo na Emenda Constitucional nº 26, de 27.22.85, de conteúdo muito mais amplo que o da Lei nº 6.683/79.

O direito de que se dizem titulares terá que ser apreciado através de uma interpretação sistemática de toda a legislação invocada, que diga respeito ao benefício da anistia em si, sua extensão e seus reflexos sobre as diversas situações jurídicas, dos diversos destinatários, na norma contemplados, lembrando-se, porém, que, se anistia quer dizer perdão, esquecimento, uma esponja sobre o passado, em momento algum importa ela em absolvição por não autoria ou ausência de culpabilidade quanto aos fatos que levaram à punição.

Anistia não quer dizer que houve apuração de inocência. Não. Anistia quer dizer que, por motivos de política criminal ou social - em prol da concórdia, do apaziguamento dos espíritos - resolvem-se perdoar aqueles que foram punidos, quer sejam realmente culpados, ou não, dos crimes políticos etc. ou conexos que lhes foram imputados.

A matéria não é nova. Já tive algumas oportunidades de julgar feitos semelhantes ao que ora se apresenta, ocasião em que fiz um estudo sistemático das diversas normas jurídicas pertinentes ao INSTITUTO DA ANISTIA de que trata a Lei nº 6.683/79, mais tarde ampliada pela Emenda Constitucional nº 26/85 e hoje regulada pelo Art. 89, e seus parágrafos, do A.D.C.T. da Carta Política de 1988.

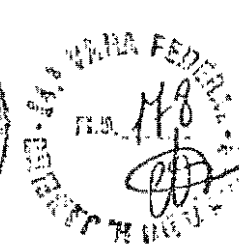
Nesse estudo, tive a oportunidade de dizer que a promulgação da Emenda Constitucional nº 11/78, que revogou os atos institucionais e complementares, ressaltando-lhes os



Fls 4

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



efeitos, propiciou a edição da Lei nº 6.683, de 28.08.79, que dispôs:

"Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares" (Grifei)

A extensão dessa anistia, porém, foi limitada, quer quanto ao próprio benefício em si, eis que impôs a permanência do anistiado no mesmo cargo, emprego, posto ou graduação, conforme art. 3º, verbis:

"Art. 3º - O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente à existência de vaga e ao interesse da Administração",

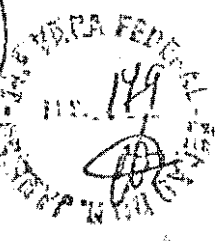
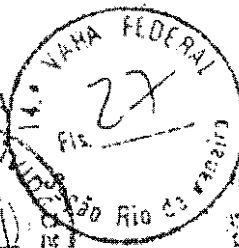
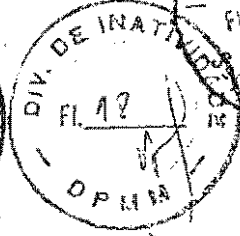
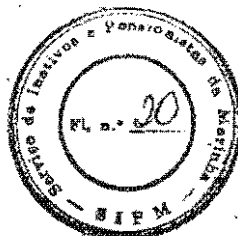
quer, ainda, quanto aos destinatários da norma, conforme # 2º, do art. 3º, assim redigido:

"# 2º - Excetuem-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal".

Com a evolução da abertura do processo democrático nacional, achou por bem o Poder Constituinte Emendador, já com vistas à promulgação de uma nova Carta Política, no momento em que convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, ampliar o benefício, estendendo-o, também, à determinadas categorias que foram demitidas com base na legislação ordinária, desde que por motivação exclusivamente política, conforme pode-se inferir do § 1º, do art. 4º, que excepciona o



PC 10
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



"Art. 42 - É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

19 - É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais." (Grifei)

O direito às promoções, que havia sido negado pela Lei nº 6.683/79, foi contemplado nessa Emenda Constitucional 26/85, porém "obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes".

Vejam-se os verba do # 39, do art. 42:

"# 39 - Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes."

Condicionou, porém, a Emenda Constitucional nº 26/85, à exclusiva iniciativa, competência e critério da Administração, a readmissão do servidor (# 49), vedando a geração de qualquer efeito financeiro em caráter retroativo (# 59).

Finalmente estabeleceu a Emenda Constitucional nº 26/85 norma que, mais que simples orientação a ser observada pela Administração Pública, erige-se em uma imposição a ser observada quando da concessão do benefício de tal modo ampliado, dispondo:

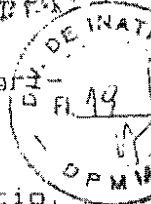
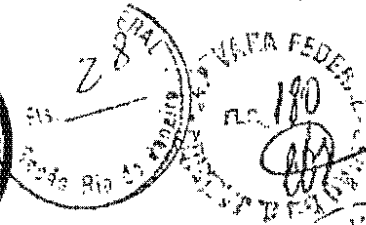
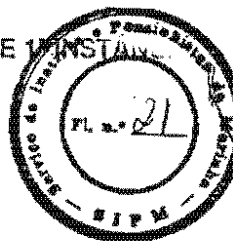
"# 89 - A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públi-

Fls 6



PODER JUI.
JUSTIÇA FE.

DE INSTAN.



RESPECTIVOS REGIMES JURÍDICOS." (Os grifos não estão no original)

Se é verdade que houve ampliação do benefício, permitindo-se promoções dantes vedadas, é também verdade que, na concessão dessas promoções, por expressa determinação legal, deverão ser respeitadas as características e peculiaridades próprias de cada carreira, observando-se os seus respectivos regimes jurídicos.

Na esteira desse raciocínio que vim de desenvolver, mistér-se faz aplicar ao direito postulado neste processo as normas do direito excepcional, concessivas do benefício, interpretadas tanto à luz dos seus próprios, quanto dos critérios que norteiam o regime jurídico dos militares, respeitando-se as características e peculiaridades da carreira militar, numa INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA e, ao mesmo tempo, TELEOLÓGICA, com vistas à finalidade com que foi editada a Emenda Constitucional nº 26/65, ampliando a anistia dantes concedida pela Lei nº 6.683/79.

Feitas estas digressões, impende sejam definidos quais os destinatários da Emenda Constitucional nº 26/65, que ampliou o rol trazido pela Lei nº 6.683/79.

Segundo os termos do art. 4º, dessa Emenda, já transcrito, são destinatários da norma excepcional:

- todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares;
- os Autores de crimes políticos ou conexos;
- os dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis;
- os servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

Serão, os Autores, destinatários dessa norma? É o que se verá, a seguir.

Pracas da Marinha foram eles EXPULSOS DO SERVIÇO ATIVO DAS FORÇAS ARMADAS por força dos Atos licenciados com base nos Atos nºs. 155, 425 e 447, do Sr. Ministro da Marinha, em 17.04.64, 30.11.64 e 18.12.64, ex-officio, (fls. 48, 44 e 47, respectivamente), de acordo com o art. 109, § 2º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

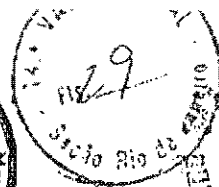
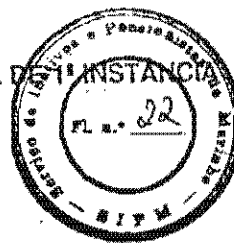
[Assinatura]



Fls 7

PODL

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



(Decreto nº 38.010, de 05.10.55) e art. 91, da Lei do Serviço Militar (Decreto nº 9.698, de 02.09.46):

"Dispõe a Lei do Serviço Militar:

Art. 91 - Serão expulsas as praças, de qualquer graduação e com qualquer tempo de serviço, que cometerem transgressões disciplinares que importem, (pelos respectivos regulamentos), na pena de expulsão do serviço militar e as que se tornarem prejudiciais à ordem pública ou à disciplina militar a juízo das autoridades competentes ou ainda, as que forem passíveis dessas penas, em virtude de sentença judiciária de Tribunal Militar ou Civil". (Grifei)

Vê-se, portanto, que a Lei do Serviço Militar traz, insita no seu bojo a possibilidade de expulsão dos Autores.

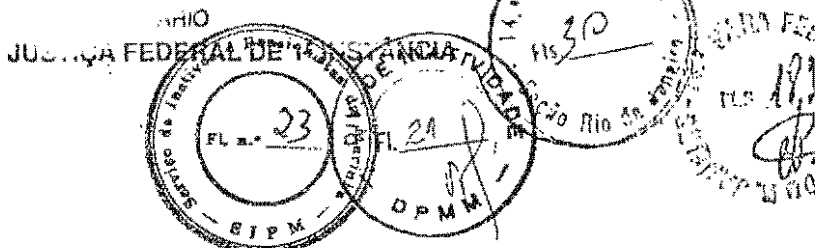
Por força dos acontecimentos ocorridos aos 25, 26 e 27 de março de 1964, conforme relatado, entendeu, o Sr. Ministro, de requerer autorização ao Sr. Presidente da República para licenciar todos aqueles marinheiros que, de algum modo, estivessem envolvidos naqueles fatos obtendo, para tanto, a chancela presidencial.

É incontestável que não se pode descartar, de todo, a motivação política para a prática dos atos 155, 425 e 447, uma vez que os fatos em que estiveram envolvidos os Autores estavam dentro do contexto da conturbada situação política que se desencadeou, três dias após a denominada revolução militar de 31 de março de 1964.77

MAS A EVENTUAL MOTIVAÇÃO POLÍTICA SUBJACENTE À DESINCORPORAÇÃO, POR SI SÓ, NÃO OS INCLUI NO ROL DOS DESTINATÁRIOS DA NORMA DE EXCEÇÃO.

Basta, para confirmar essa assertiva, ater-se aos verba do § 1º, do art. 42, da Emenda Constitucional nº 26/85, que excepcionou do caput, que previa a punição com base em atos de exceção, institucionais ou complementares, apenas os servidores civis ou empregados e NÃO OS MILITARES, assim como, desses, não exigiu que os fatos que lhes foram imputados, fossem considerados crimes políticos ou a eles conexos.

O que poderia ser, a primeira vista, considerado uma injustiça, tem seu fundamento. Se, por fatos de pouca gravidade dentro do contexto dos ilícitos penais, foi dispensado um grande contingente de praças, tanto da Marinha quanto do Exército, mesmo que para argumentar, fossem os



acontecimentos informados por motivação política, esses mesmos fatos avultam-se em relevância quando se trata de examiná-los à luz da disciplina e da hierarquia militares.

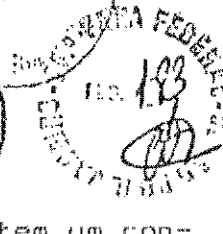
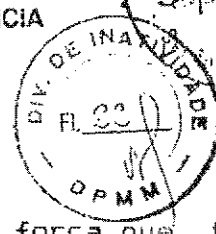
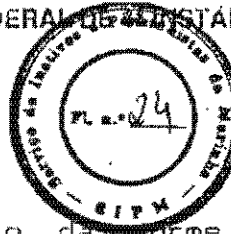
Como dois pilares a sustentar toda a organização militar, os princípios da HIERARQUIA e da DISCIPLINA, alcados à eminência de mandamento constitucional (art. 142) por que se rege toda a organização das Forças Armadas (manifestando-se, a disciplina, pela obediência pronta às ordens do chefe superior hierárquico, às prescrições regulamentares do serviço militar) não podem tais princípios ser descurados.

Ora, os acontecimentos relatados revelam amotinação, protesto, desobediência, atos esses que se erigem em ATOS DE INDISCIPLINA, que justificavam o desengajamento daqueles envolvidos, apresentando-se aquele INTERESSE EXCEPCIONAL a que alude a Lei do Serviço Militar, como motivo para que se promovesse o licenciamento dos Autores ou a sua expulsão.

Veja-se como foram tais fatos relatados pelo Exmo. Sr. Ministro GERALDO FONTELES, ao proferir seu voto no M.S. nº 113452, publicado no D.O.U. de 30.04.87:

"Quem lê o discurso proferido no Sindicato dos Metalúrgicos (fls. 107), verifica a pungência de seu conteúdo político e ideológico, e negá-lo é mascarar a verdade. Não estava ali uma turba de desordeiros, como afirma a ilustre autoridade impetrada, mas marinheiros e fuzileiros navais que pugnavam por reformas das instituições militares e civis, em apoio às Reformas de Base pretendidas pelo Presidente João Goulart, conclamando os parlamentares à sua votação; exigiam das autoridades militares o reconhecimento de sua associação; pediam a anistia ampla e irrestrita aos implicados nos movimentos de protesto de Brasília; clamavam pela extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos; pediam a reforma agrária. Por isso foram punidos, disciplinar e politicamente." (Os grifos não estão no original)

Não entendo que estivessem os Autores autorizados, sem ferir a disciplina e afrontar a hierarquia, a reunir-se em assembléia, em sede de sindicato, para postular por reconhecimento de sua associação, ou mesmo, dentre outros, clamar pela extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos.



O reconhecimento da enorme força que tem um contingente de praças, devido ao grande número de seus integrantes, fez com que o legislador constituinte negasse-se-lhes o direito de voto (vide # 29, do art. 147, da Emenda Constitucional nº 1/69 e # 29, do art. 14, da Carta Política de 1988). Se agiu mal, certamente não será a forma escolhida pelos Autores a mais acertada para a defesa desse direito.

Preocupar-me, sobremaneira, seja permitido aos militares, a quem compete a importante missão de defender a Pátria e manter a ordem constituída (art. 142, da Constituição Federal de 1968), mormente se praças, que defendam seus pontos de vista ou facam suas reivindicações em assembleias realizadas em sindicatos ou manifestações em quartéis.

Não compreendo como se possa entender que, na prática desses atos, QUALQUER QUE SEJA A MOTIVAÇÃO QUE OS INFORME, NÃO SEJAM FERIDAS A DISCIPLINA E A HIERARQUIA MILITARES.

Ademais, ex vi do art. 42, do Estatuto dos Militares, então vigente (DL nº 9698/46), a indisciplina autoriza a expulsão (que é um plus em relação à dispensa) com qualquer tempo de serviço.

Desse modo, a motivação política subjacente, se houve, foi superada pela motivação disciplinar, cuja consequência foi apenas o licenciamento, ex officio, para alguns e a expulsão para outros com base na legislação ordinária então vigente, regente da disciplina das Forças Armadas: art. 107, # 29, do Dec. lei nº 9.500/46 e art. 91 do Estatuto dos Militares, Dec. lei nº 9.698/46, já transcrito.

Tenho, pois, que os Autores não são destinatários dos comandos da Lei nº 6.683/79, da Emenda Constitucional nº 26/85 e, sequer, do art. 89 da novel Carta Política de 1988, que, em essência, reproduziu a Emenda Constitucional nº 26/85, conforme se pode depreender da sua simples leitura, verbis:

"Art. 89 é concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até à data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação EXCLUSIVAMENTE POLÍTICA, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou

Fls 10



POF

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos." (Grifei)

Quando foram expedidos os atos 425 e 447, em NOV/64 e DEZ/64 do Sr. Ministro da Marinha, como bem lembrou Sua Excelência, o nobre Ministro NERI DA SILVEIRA, no voto condutor do Acórdão proferido no MS nº 20.287-DF, "não mais havia superfície para a incidência do Ato Institucional nº 1, de 7 de abril de 1964. Em realidade, a teor do seu art. 7º e # 1º, o Comando Revolucionário, que o editou, estabeleceu um limite temporal para a aplicação das penas previstas no referido Ato Institucional. Limitou-se, assim a um prazo de seis meses a suspensão às garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. Em decorrência disso, a igual prazo, ficou limitada a autoridade, primeiro do Comando Revolucionário, e depois, do Presidente da República, empossado a 15 de abril de 1964, para punir, com base nessa disciplina revolucionária, servidores civis ou militares - O Ato Institucional nº 1 é de 07 de abril de 1964. Portanto, até 7 de outubro de 1964, poderia ter sido aplicado o Ato Institucional. Após, não mais cabia demitir, dispensar, aposentar, reformar ou transferir para a reserva, como apoio nesse Ato Revolucionário. Ora, os Atos 447 foram posteriores, a novembro de 1964. Já ocorreu, portanto, numa quadra do tempo em que a legislação revolucionária, no particular, não mais podia incidir. Dessa maneira, a dispensa dos Autores não cabia dar-se, efetivamente, com apoio no Ato Institucional nº 1".

Não são, pois, à evidência, repito, os Autores, os destinatários do art. 1º, da Lei nº 6.683/79. Entender-se de modo diverso seria o mesmo que emprestar, ao Judiciário, poderes que são próprios do legislativo, incluindo no rol dos destinatários de uma norma outros que não foram por ela contemplados, sem que houvessem as mesmas razões jurídicas que exigissem tratamento igualitário. Por iguais razões, não são, também, destinatários dos comandos da Emenda Constitucional nº 26/85 e, sequer, do art. 8º, da Constituição Federal de 1988, que exige seja a motivação exclusivamente política.

Isto posto, JULGO OS AUTORES HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA CARECEDORES DO DIREITO DE AÇÃO, condenando-os a suportarem as custas e a pagar, metade para cada um, 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa corrigido, a título de honorários advocatícios à UNIÃO FEDERAL.

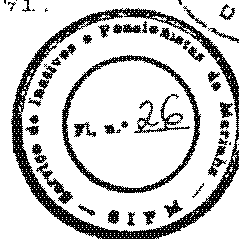
Fls 11

JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO EM FACE DOS DE MAIS AL
TORES, condenando-os a suportarem as custas e a pagar,
UNIÃO FEDERAL, a título de honorários advocatícios, 7%
(por cento), pro rata, do valor da causa corrigido.

P.R.I.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1971.

MARIA HELENA CISNE CID
Juíza Federal da 14a. Vara/RJ



3014

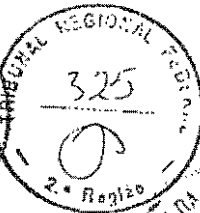
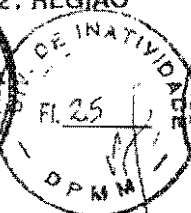
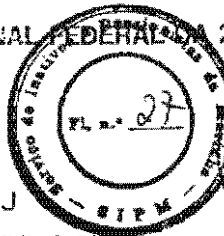
FINAL DA SENTENÇA PROLATADA NOS AUTOS DA AÇÃO ORDINARIA Nº
70B9201

MHCC/mim ..



POD.
TRF.

TRIBUNAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



APELAÇÃO CÍVEL Nº 91.02.12465-3/RJ

RELATOR : DES. FED. ARNALDO LIMA
APELANTES : RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LOURENÇO SENNA E OUTRO
APELANTES : ILMAR MESQUITA E OUTROS
ADVOGADOS : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO
APELADA : UNIÃO FEDERAL
PROCURADORES : CASTRUZ COUTINHO E ANA LÚCIA COELHO ALVES
VARA DE ORIGEM : 14ª/RJ

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 8º, § 1º, do ADCT). Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, não de prevalecer os motivos arrolados pelo decisum.

II - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime exceção, que se embasaram em motivação política, tal como o que deu, in casu.

III - Reintegração e transferência dos Autores para reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringindo-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promoção da Constituição Federal, ut regra cogente constante do § referido.

IV - Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor.

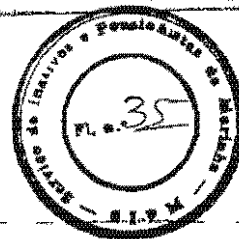
A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao Recurso, negar provimento com relação aos Autores HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de licença-prêmio por assiduidade, o Exmo. Sr. Des. Federal CELSO PASSOS Custas, como de lei.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 1994 (data do julgamento).


DES. FED. ARNALDO LIMA
PRESIDENTE e RELATOR



JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
A.V.F. RIO DE JANEIRO

D: 97.0019158-3

160
(FOLHAS 160)
27

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
afora H.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA,
Rio de Janeiro 19 de outubro de 98

DIANA MARTA LOPES KOW
Diretor(a) de secretaria
Processo No. 9700191583

- 1) Reconsidero o despacho de fls. 148.
- 2) Oficie-se ao Ministério da Marinha, como requerido às fls. 157, cujas cópias deverão ser fornecidas pela parte autora.
- 3) Após, abra-se vista à União Federal.

Rio de Janeiro 29 de outubro de 98

CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Juiz Federal

Grande em 27/10/98
[Assinatura]
27/10/98

CERTIDÃO

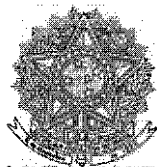
CERTIFICO que enviei, nesta data notícia
do despacho supra para o D.O.E.R.J.
O referido é verdade e dou fe.
Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____

Diretor(a) da secretaria

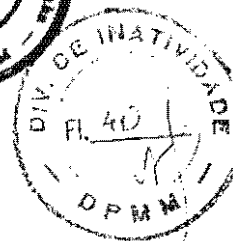
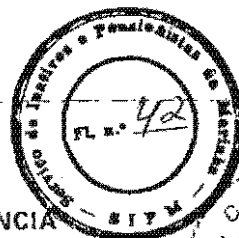
CERTIDÃO

CERTIFICO que o despacho supra foi
publicado no D.O.E.R.J. do dia ____ / ____ / ____
(pag. ____). O referido é verdade e dou fe.
Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____

Diretor(a) da secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA



DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL
Av. Rio Branco, nº 243 - Anexo II - 8º andar
Processo nº 97.0019158-3

MANDADO DE INTIMAÇÃO, passado
na forma da lei,

A Doutora Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva - Juíza Federal da 14ª Vara, na forma da lei,


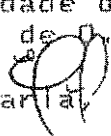
M A N D A

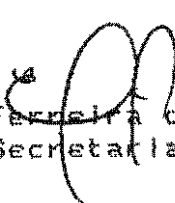
a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, devidamente assinado, em seu cumprimento, nos autos da EXECUÇÃO PROVISÓRIA (CARTA DE SENTENÇA) movida por ILMAR MESQUITA E OUTROS contra UNIAO FEDERAL, INTIME o Sr. Diretor do Pessoal da Marinha com endereço na Rua 19 de Março, s/nº - Ed. Almirante Tamandaré - 4º andar, para que seja dado imediato cumprimento ao julgado, conforme solicitado no Ofício nº 959/98 de 30-10-98 e nos termos do despacho proferido nos referidos autos, conforme abaixo transcrito:

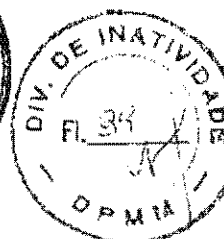
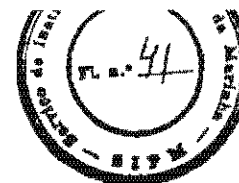
Intime-se pessoalmente o Diretor do Pessoal Militar da Marinha para que sejam tomadas as necessárias providências no sentido de dar imediato cumprimento ao julgado, como determinado no ofício de fls. 165, no prazo de dez dias sob as penas da lei.

Com base no art. 644, do CPC fixo multa por dia de atraso, no valor de R\$100,00, por cada exequente, podendo seu valor ser modificado, no caso de se tornar insuficiente ou excessivo.

Dê-se ciência à União Federal.

"Rio, 13-01-99. (ass.) Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva - Juíza Federal da 14ª Vara". O QUE CUMPRA, na forma e sob as penas da lei. DADO E PASSADO nesta cidade do Rio de Janeiro, em 14/01/99. Eu, , Mônica de O. Pinheiro, Assistente Datilógrafa, digitei. E eu, , Edelberto Ferreira de Carvalho, Diretor de Secretaria, subscrevo e assino por ordem da MM. Juíza.


Edelberto Ferreira de Carvalho
Diretor da Secretaria da 14ª Vara



DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Ofício nº 0217
VM/RR/53/T
F-16830/98
F-21497/98
F-29698/98

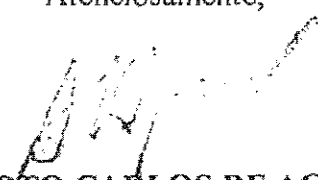
Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1999.

Senhora Procuradora,

Levo ao conhecimento de V. Exª que esta Diretoria recebeu o Ofício nº 959/98, da 14ª Vara Federal/RJ, cuja cópia segue anexa, através do qual foi encaminhada a cópia da sentença prolatada nos embargos à execução (Processo nº 98.0044283-9), relativos à Ação Ordinária-Processo nº 7089201 movida por RAUL ALVES DO NASCIMENTO e Outros perante aquela Vara Federal, na qual V. Exª atuou como Procuradora designada para defender a União. Como pode ser verificado nos documentos anexos, os embargos foram julgados improcedentes, sendo determinado à União Federal o prosseguimento da execução.

2. Considerando a orientação contida no Ofício nº 2597/98, dessa Procuradoria, solicito informar se deve esta Diretoria dar prosseguimento ao cumprimento do julgado e que providência adotar perante o juízo da 14ª Vara Federal/RJ, em razão do que foi determinado no citado Ofício 959/98.

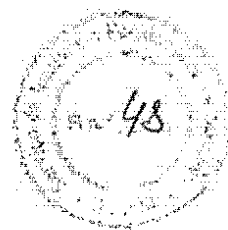
Atenciosamente,


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Cópias:
GMM - CJM c/anexos
DPMM-50 - DPMM-53.1 2 - Arquivo s/anexos

A Sua Excelência a Senhora
LETÍCIA BOTELHO GOES
Procuradora da União no Estado do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 311 - 8º andar - Centro
20040-009 - Rio de Janeiro - RJ





MINISTÉRIO DA MARINHA

VM/RR/53/T
F-29698/98
F-01663/99

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Nº 0820

RIO DE JANEIRO, RJ.
Em 25 de fevereiro de 1999.

Do: Diretor
Ao: Sr. Diretor do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Assunto: Cumprimento de determinação judicial
Referência: Of nº 0510/99, desta Diretoria.
Anexo: Processo de Cumprimento de Julgado.

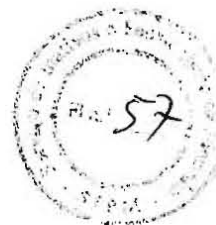
1. Remeto a V.Sª, em aditamento ao ofício em referência, o processo constante do anexo, no qual foi dado cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária-Processo n.º 7089201, em trâmite na 14ª Vara Federal/RJ, cujos exequêntes são ILMAR MESQUITA E OUTROS e RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS, mediante Portarias de nº 0107 a 0133, de 01FEV99, desta Diretoria, incluídas como folhas nº 77 a 103.


ALBERTO CARLOS DE AGUIAR
Vice-Almirante
Diretor

Cópias:
GMM c/anexo
CJM c/anexo
DPMM-50 s/anexo
DPMM-53.1 2, sendo 1 c/anexo
Arquivo s/anexo

99/001472
Código "U"

MARINHA DO BRASIL



SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

TÍTULO DECLARATÓRIO DE PROVENTOS DE INATIVIDADE Nº 01/00558

O Diretor do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, no uso das atribuições que lhe conferem as Portarias nº 0030 e 0072/96, ambas do Ministro da Marinha, fixa, à vista da(o) **Portaria nº 0125 de 01FEV1999 da DPM** publicada(o) no D.O.U. de 09FEV1999 e Boletim MB nº 05/99 para o **SO-SM-Ref 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO**..... com 26 anos, 09 meses e 11 dias, de serviço, os proventos e os adicionais que lhe competem, conforme abaixo discriminado, a partir de 05/10/88 data fixada na Portaria acima.

Periodos de:

05 a 31/10/88

27/30 do Soldo de SO (Port. nº 3002/SC-5/88 do EMFA)	Cz\$	87.951,69
Grat. Tempo de Serviço (25%) 5 q s/cotas do soldo	Cz\$	21.987,92
Total dos Proventos	Cz\$	109.939,61

Ind. Adic. de Inat. (28%)	Cz\$	30.783,09
---------------------------	------	-----------

Pensão Militar: Contribuição de "SO"	Cz\$	6.514,94
--------------------------------------	------	----------

01/11/88 a 30/09/91

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(25%)

Ind. Adic. de Inat	(28%)
--------------------	-------

Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
---------------------------------	------

01/10/91 a 30/06/92

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)

Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(20%)
---------------------------------	-------

Pensão Militar: Contribuição de	(SC)
---------------------------------	------

01/07 a 30/09/92

27/30 do Soldo de	(SC)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(80%)

Adic. de Inat s/cotas do soldo	(20%)
--------------------------------	-------

Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	
01/10 a 30/11/92	
27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(100%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(20%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	
01/12/92 a 31/01/93	
27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(120%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(20%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	
01/02 a 31/03/93	
27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(140%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(20%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	
01/04/93 a 31/08/94	
27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(20%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	
01/09 a 30/11/94	
27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(20%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(40%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)
<hr/>	

01/12/94 a 31/07/95

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(60%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(80%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)



01/08/95 a 31/08/96

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(60%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Grat. Cond. Esp. Trab. (MP nº 1112/95 – 37,7%)	(GM)
Grat. Temporária (MP nº 1112/95)	(SO)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(80%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)

01/09/96 a 31/01/98

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(60%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Grat. Cond. Esp. Trab. (MP nº 1492-12/96 – 75,4%)	(GM)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(80%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)

01/02/98 a 31/01/99

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(60%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Grat. Cond. Esp. Trab. (Lei nº 9633/98 – 161,3%)	(GM)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(80%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)

A partir de 01/02/99

27/30 do Soldo de	(SO)
Grat. Tempo de Serviço s/cotas do soldo	(26%)
Grat. Hab. Militar s/cotas do soldo	(60%)
Grat. Ativ. Militar s/cotas do soldo	(160%)
Grat. Cond. Esp. Trab. (Lei nº 9633/98 - 209,4%)	(GM)
Adic. de Inat. s/cotas do soldo	(80%)
Pensão Militar: Contribuição de	(SO)

LEGISLAÇÃO APLICADA:

Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 05OUT1988; art. 56 § único da Lei nº 6880/80; art. 119 § único, da Lei nº 5787/72 e art. 10 inciso III do Decreto nº 86.763/81, alterado pelo Decreto nº 96877/88.

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1) Determinação do Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, contida no Mandado de Intimação datado de 14JAN99 para o DPMM, que manda dar imediato cumprimento ao julgado referente ao Acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Apelação Cível nº 91.02.12465-3/RJ, cuja Ação Ordinária - Processo nº 7089201, iniciou-se na 14ª Vara Federal/RJ, a qual encontra-se em fase de Execução Provisória (Carta de Sentença registro nº 97.0020107-4).
- 2) Portaria nº 0125 de 01FEV99, da DPMM, publicada no D.O.U. de 09FEV99 e Bol nº 05/99, que resolveu por força de decisão judicial que anistiou o referido militar da Ação Ordinária supramencionada, considerar o mesmo reintegrado ao Serviço Ativo da Marinha, transferido para a RRM na graduação de "SO", a partir de 05OUT88, com a remuneração que faz jus, com os efeitos financeiros a partir de 05OUT88, data da promulgação da Constituição Federal.
- 3) APOSTILA datada de 10JUL01, do SIPM, publicada no Bol. nº 15/01, lavrada no verso da Portaria nº 0125 de 01FEV99, da DPMM, publicada no D.O.U. de 09FEV99 e no Bol. nº 05/99, com o propósito de consignar que o referido militar faz jus ao art. 119 parágrafo único da Lei nº 5787/72.
- 4) O militar deverá perceber os proventos pela Marinha do Brasil a partir de 01NOV98. As diferenças de exercícios anteriores deverão ser pagos nos termos do art. 100, da Constituição Federal.
- 5) Observações:
 - a) Nascimento: 05/08/1944
 - b) CPF do Militar: 224947237-87
 - c) Residência: Rua Visconde de Sepetiba, nº 259/201 - Centro, Niterói/RJ. CEP: 24020-206

Rio de Janeiro, RJ, em 13 de setembro de 2001.

PIETRO GIOVANNI D'ELIA
Capitão-Tenente (T)
Chefe do Deptº de Proventos e Pensões
JAILSON MARIANO DA SILVA
Capitão-Tenente (T)
Enx. de Div. de Proventos de Militares



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 10 / 2001

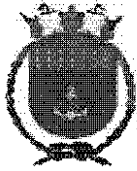
OC	OM	END	Matrícula Financeira		VR	Depósito Bancário			
930	930	502	NIP			Banco	Agência	Número da conta	
930	930	502	63329239			001	0127	97268	
Nome						CPF			
ABIMAEI TABOSA DE MELLO						22494723787			
Conj	Posto	2º Posto	IRDF	IND1	IND2	IND3	PASEP		
I	SO		DEP		S	U	00000000000		
P/D	Parcela	Discriminação		Importância		Parâmetros		Data-Término	
						1	2	N	D
P P	2201005	SOLDO PROPOR		1,701.00				27	30
P P	2204000	AD T SERVICO		442.26		026		27	30
P P	2205001	AD MILITAR		102.06		006		27	30
P P	2222000	AD HABILIT		204.12		012		27	30
P P	2201005	SOLDO PROPOR		15,309.00					
P P	2204000	AD T SERVICO		3,980.34					
P P	2205001	AD MILITAR		918.54					
P P	2222000	AD HABILIT		1,837.08					
P P	2288300	AD NAT PROP		1,837.08					
D P	4800101	PENSÃO MILIT		1,227.27					
D P	4810101	FUSMA TIT		325.92					
D P	4800101	PENSÃO MILIT		183.70					
D P	4810101	FUSMA TIT		44.08					
D P	4989000	IMP RENDA		6,391.39					
Moeda		Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido			
R\$		R\$ 26,331.48		R\$ 8,172.36		R\$ 18,159.12			
Usuário: 930-80-97114324						8/2/2018 11:43:44			



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 11 / 2001

OC	OM	END	Matrícula Financeira			Depósito Bancário		
930	930	502	NIP	VR	Banco	Agência	Número da conta	
930	930	502	63329239		001	0127	97268	
Nome					CPF			
ABIMAEEL TABOSA DE MELLO					22494723787			
Conj	Posto	2º Posto	IRDF DEP	IND1	IND2	IND3	PASEP	
I	SO				S	U	00000000000	
P/D	Parcela	Discriminação	Importância		Parâmetros			Data-Término
P P	2201005	SOLDO PROPOR	1,701.00		1	2	N D	
P P	2204000	AD T SERVICO	442.26		026		27 30	
P P	2205001	AD MILITAR	102.06		006		27 30	
P P	2222000	AD HABILIT	204.12		012		27 30	
P P	2288100	AD NATALINO	612.36				03 12 1101	
D P	4800101	PENSAO MILIT	183.70					
D P	4810101	FUSMA TIT	44.08					
D P	4989000	IMP RENDA	250.95					
Moeda		Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido		
R\$		R\$ 3,061.80		R\$ 478.73		R\$ 2,583.07		
Usuário: 930-80-97114324					8/2/2018 11:43:44			



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 12 / 2001

OC	OM	END	Matrícula Financeira			Depósito Bancário		
			NIP	VR	Banco	Agência	Número da conta	
930	930	502	63329239		001	0127	97268	
Nome					CPF			
ABIMAEI TABOSA DE MELLO					22494723787			
Conj	Posto	2º Posto	IRDF	IND1	IND2	IND3	PASEP	
I	SO				S	U	000000000000	
P/D	Parcela	Discriminação		Importância		Parâmetros		Data-Término
				1	2	N	D	
P P	2201005	SOLDO PROPOR		1,701.00			27 30	
P P	2204000	AD T SERVICO		442.26		026	27 30	
P P	2205001	AD MILITAR		102.06		006	27 30	
P P	2222000	AD HABILIT		204.12		012	27 30	
D P	4800101	PENSÃO MILIT		183.70				
D P	4810101	FUSMA TIT		44.08				
D P	4989000	IMP RENDA		250.95				
Moeda		Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido		
R\$		R\$ 2,449.44		R\$ 478.73		R\$ 1,970.71		
Usuário: 930-80-97114324						8/2/2018 11:43:44		



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 01 / 2017

OC	OM	END	Matrícula Financeira		VR	Depósito Bancário		
930	930	502	NIP			Banco	Agência	Número da conta
			63329239			001	2316	97268
Nome						CPF		
ABIMAEEL TABOSA DE MELO						22494723787		
Conj	Posto	2º Posto	IRDF	DEP	IND1	IND2	IND3	PASEP
I	SO				A		U	00000000000
P/D	Parcela	Discriminação		Importância		Parâmetros		Data-Término
P P	2201005	SOLDO PROPOR		4,776.30		1	2 27 30	
P P	2204000	AD T SERVICO		1,241.83		026	27 30	
P P	2205001	AD MILITAR		764.20		016	SO 27 30	
P P	2222000	AD HABILIT		573.15		012	27 30	
D P	4200101	ABRIGO RIO		62.49				
D P	4200102	ABRIGO RIO		62.49				
D P	4290101	DESP CORREIO		1.70				
D P	4800101	PENSAO MILIT		551.66				
D P	4801101	MNT LP 1,5%		110.33				
D P	4810101	FUSMA TIT		117.68				
Moeda		Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido		
R\$		R\$ 7,355.48		R\$ 906.35		R\$ 6,449.13		
Usuário: 930-80-97114324						8/2/2018		11:43:44



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 04 / 2017

OC	OM	END	Matrícula Financeira		VR	Banco	Depósito Bancário			
			NIP			Agência	Número da conta			
930	930	502	63329239			001	2316	97268		
Nome						CPF				
ABIMAEEL TABOSA DE MELO						22494723787				
Conj	Posto	2º Posto	IRDF DEP	IND1	IND2	IND3	PASEP			
I	SO			A		U	00000000000			
P/D	Parcela	Discriminação		Importância		Parâmetros				Data-Término
				1	2	N	D			
P P	2201005	SOLDO PROPOR		4,776.30				27	30	
P P	2204000	AD T SERVICO		1,241.83		026		27	30	
P P	2205001	AD MILITAR		764.20		016	SO	27	30	
P P	2222000	AD HABILIT		573.15		012		27	30	
D P	4200101	ABRIGO RIO		67.29						
D P	4200102	ABRIGO RIO		67.29						
D P	4290101	DESP CORREIO		1.70						
D P	4800101	PENSAO MILIT		551.66						
D P	4801101	MNT LP 1,5%		110.33						
D P	4810101	FUSMA TIT		132.39						
Moeda	Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido					
R\$	R\$ 7,355.48		R\$ 930.66		R\$ 6,424.82					
Usuário: 930-80-97114324						8/2/2018		11:43:44		



MARINHA DO BRASIL
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA
FICHA FINANCEIRA - Segunda Via

Processo: 05 / 2017

OC	OM	END	Matrícula Financeira		VR	Depósito Bancário		
930	930	502	NIP			Banco	Agência	Número da conta
			63329239			001	2316	97268
Nome						CPF		
ABIMAEI TABOSA DE MELO						22494723787		
Conj	Posto	2º Posto	IRDF	IND1	IND2	IND3	PASEP	
I	SO			A		U	00000000000	
P/D	Parcela	Discriminação		Importância		Parâmetros		Data-Término
P B	2201005	SOLDO PROPOR		4,776.30		1	2	27 30
P B	2204000	AD T SERVICO		1,241.83		026		27 30
P B	2205001	AD MILITAR		764.20		016	SO	27 30
P B	2222000	AD HABILIT		573.15		012		27 30
D B	4200101	ABRIGO RIO		67.29				
D B	4200102	ABRIGO RIO		67.29				
D B	4290101	DESP CORREIO		1.80				
D B	4800101	PENSÃO MILIT		551.66				
D B	4801101	MNT LP 1,5%		110.33				
D B	4810101	FUSMA TIT		132.39				
Moeda		Total dos Pagamentos(P)		Total dos Descontos(D)		Total Líquido		
		Bloqueado		Bloqueado		Bloqueado		
Usuário: 930-80-97114324						8/2/2018		11:56:57



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

7º Distrito Judiciário do Recife

Romero Longman
Gustavo da Fonte Longman
Júlia Maria da Silva
Vilma da Silva
Rodrigo F. Galvão de Albuquerque

Oficial
Substituto
Substituta
Substituta
Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Serviço de Registro Civil 7º Ofício
Certidão de Óbito

NOME:

Estrada de Belém, 108 - Campo Grande, Recife/PE
CEP: 52.030-000 - Fone: (81) 3242-8877

ABIMAEI TABOSA DE MELLO

MATRÍCULA:

074203 01 55 2017 4 00037 120 0015652 78

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Viúvo, 72 anos
-------------------	--------------	--

NATURALIDADE Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG 020052833 SSP/RJ	ELEITOR Ign
---	---	----------------

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de BARNABE DE MELLO TEIXEIRA e de MARIA TABOSA DE MELLO. Residência do falecido:
Rua Visconde de sepetiba nº 259, niteroi, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DATA E HORA DE FALECIMENTO Vinte e oito de abril de dois mil e dezessete, às 23h30min.	DIA 28	MÊS 04	ANO 2017
---	-----------	-----------	-------------

LOCAL DE FALECIMENTO
Hospital Esperança S/A, Rua Antonio Gomes de Freitas, nº265, Ilha do Leite, Recife-PE

CAUSA DA MORTE
CHOQUE SEPTICO, INFECÇÃO DO TRATO RESPIRATORIO NOSOCONIAL, TROMBOSE
ARTERIAL AGUDA DE MIE

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITÉRIO MEMORIAL GUARARAPES/JABOATÃO-PE	DECLARANTE LUIZ GONZAGA DOS SANTOS FILHO, RG Nº 1841346, CPF/MF Nº 335.584.854-91, profissão PORTEIRO, estado civil solteiro
---	---

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
FLAVIO HILTON FEIJO CAVALCANTI SILVA, CRM 16613

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Profissão do falecido: PASTOR.
AVERBAÇÃO: O extinto era Viúvo e deixa filhos

Nome do Ofício:
Serviço de Registro Civil 7º Ofício
Oficial Registrador
Romero Longman
Município/UF
Recife
Endereço
Estrada de Belém, 108

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Recife, 2 de maio de 2017.

Vilma da Silva
Substituta

Selo digital 0074203,FYF12201601.01423
Consulte a autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital
Ato Gratuito

Vilma da Silva
Substituta

MARINHA DO BRASIL

SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

TÍTULO DE PENSÃO MILITAR

Nº 133087

O Chefe do Departamento de Proventos e Pensões, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 299, de 07/10/2016, do Diretor do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, declara, à vista da requisição protocolada sob o nº 2017089793, que SUZANA MARIA DE MELO VIANA, CPF 008.625.327-10, NIP 17.0971.51, do sexo feminino, nascido(a) em 08/05/1971, FILHA, do SO (SGM) NIP 63.3292.39 ABIMAEI TABOSA DE MELO, falecido(a) em 28/04/2017, tem direito, a partir de 28/04/2017, à pensão militar mensal de SO, na cota parte integral. (Matrícula: 170971511)

A presente concessão é provisória, tornando-se definitiva após o julgamento da sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

O valor total da pensão será de R\$ 7.355,48 (SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

PARCELAS:

SOLDO PENS	(27/30)	R\$	4.776,30
AD T SERVICO	(26%)	R\$	1.241,83
AD MILITAR	(16%)	R\$	764,20
AD HABILIT	(12%)	R\$	573,15

LEGISLAÇÃO:

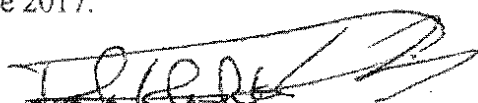
- LEI 3765/60, ART. 1º
- LEI 3765/60, ART. 7º, ITEM II

OBSERVAÇÃO:

- a) § 2º do Art. 31 da MP nº 2215-10/2001; e
- b) Lei nº 13.321/2016.

Rio de Janeiro, RJ, em 19 de junho de 2017.

Por ordem:



PAULO ROBERTO DE SOUZA ROMERO

Capitão de Mar e Guerra (RM1)

Chefe do Departamento de Proventos e Pensões



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO

Ofício nº 12160/50/2019/PRU/RJ

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.

Ilmo. Sr.

Chefe do Departamento Jurídico

Central de Processos Judiciários da Diretoria do Pessoal da Marinha

**Praça Barão de Ladário s/nº, Ed. Almirante Tamandaré, 4º andar,
Centro**

Cep. 20.091-000 - Rio de Janeiro - RJ

Referência: 0708920-55.1900.4.02.5101

Número antigo:

**00.0708920-1 - 14ª VF/RJ (Execuções Provisórias nºs
00191587719974025101 e 00201070419974025101).**

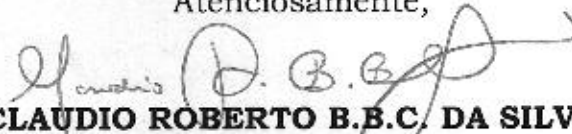
AUTOR: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS

Prezado Senhor,

Cumprementado-o, sirvo-me do presente para encaminhar, para ciência e providências, cópia do acórdão do STF favorável à União, solicitando informações sobre os pagamentos que foram efetuados por conta do cumprimento da decisão reformada.

Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, podendo o contato ser realizado pelo telefone 3095-6253.

Atenciosamente,


CLAUDIO ROBERTO B.B.C. DA SILVA
Advogado da União

11



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

Praça Barão de Ladário, s/nº - Ed. Almirante Tamandaré - 4º Andar - Centro

CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro - RJ

(21) 2104-5589 - Fax: (21) 2104-5589 -dpmm.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 40-1353/DPMM-MB
40/087.3

Rio de Janeiro, RJ 04 de julho de 2019.

Ao Senhor

CLAUDIO ROBERTO B.B.C. DA SILVA

Advogado da União na Procuradoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro

Rua México, 74 – Centro

CEP: 20031-140 – Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Prestação de informações sobre pagamentos – Anistia Política

Senhor Advogado,

1. Incumbiu-me o Diretor do Pessoal Militar da Marinha, em atenção ao Ofício nº 12160/50/2019/PRU/RJ, dessa Procuradoria, atinente aos anistiados políticos **RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO e outros**, de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que o referido documento foi encaminhado ao Serviço de Veteranos e Pensionista da Marinha (SVPM), localizado na Praça Barão de Ladário – S/Nº – ED. Almirante Tamandaré, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-000, Organização Militar competente para prestar informações sobre os eventuais pagamentos efetuados em virtude de cumprimento de sentença.

Atenciosamente,

RICARDO ANTONIO AMARAL

Capitão de Mar e Guerra (RM1)

Chefe do Departamento de Justiça e Disciplina

**PROCURADORIA REGIONAL DA
UNIÃO NO RIO DE JANEIRO**

09 JUL. 2019

RECEBIDO

63011.012110/2019-23

URGENTE
MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA

08/063.2

CENTRAL DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS

Nº 1074

Rio de Janeiro, RJ, 28 de junho de 2019.

COMUNICAÇÃO PADRONIZADA DE PROCESSOS JUDICIAIS

Do: Encarregado
Ao: Sr. Diretor do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha

Assunto: () prestação de informações
(x) cumprimento de decisão judicial favorável à MB
() cumprimento de decisão judicial desfavorável à MB
() reiteração

Referências: A) Lei nº 9.028/1995, art. 4º, parágrafo 1º; e
B) Port nº 319/MB/2013.

Anexo: Cópia do Of. nº 12160/50/2019/PRU/RJ.

1. Transmito o documento anexo, com as informações abaixo, para as providências previstas nas referências a e b, no que couber a essa OM.

Autor: (nome/nip/posto/graduação): RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO E OUTROS / 9.0093.31	
Situação: SO-RM1	Processo nº: 07089205519004025101
Órgão Judicial (vara/juízo): 14ªVF/RJ	
A quem se dirigir: Procuradoria Regional da União – 2ª Região – Rua México, nº 74 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-140 – Tel. (21) 3095-6226 / 3095-6237. E-mail: pru2.protocolo@agu.gov.br	
Resumo do pedido: Anistia	
Prazo para atendimento: URGENTE	
Obs: 1 – Foi encaminhado e-mail nº 1074 de 28JUN2019 para a AGU participando o recebimento do documento em anexo no dia 28JUN2019 e o encaminhamento desta CPPJ para essa OM. 2 – As informações solicitadas e/ou a declaração das providências tomadas em relação ao referido processo, ou da impossibilidade de cumprimento motivada por algum óbice, deverão ser encaminhadas diretamente ao órgão que a(s) solicitou, descrito no campo: “A quem se dirigir:”, com cópia para esta CPJ. Em seguida, deverá ser feito o lançamento das informações no SISJUS-WEB, conforme itens 11.5 e 15.1 da Portaria nº 319/2013, do CM.	

MARCO ANTONIO ALVES
Capitão de Corveta (RM1-T)
Encarregado da CPJ/DPMM
ASSINADO DIGITALMENTE

Cópias:
DPMM-40 c/anexo; Arquivo s/anexo

URGENTE

63011.011712/2019-63

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174-9 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
RECORRENTE(S)	: UNIÃO
ADVOGADO(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A/S) -	: RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTROS X
ADVOGADO(A/S)	: LOURENÇO SENNA E OUTROS
RECORRIDO(A/S) -	: ILMAR MESQUITA E OUTROS X
ADVOGADO(A/S)	: WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO
RECORRIDO(A/S) -	: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO(A/S)	: ISMAEL CEZAR LA BANCA
RECORRIDO(A/S) -	: ALFREDO DOMINGOS CILOS E OUTROS
ADVOGADO(A/S)	: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
RECORRIDO(A/S) -	: PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S) X
ADVOGADO(A/S)	: SONIA REGINA ESPINDOLA DE SOUZA MENDES
RECORRIDO(A/S)	: PERCEVAL ROSA
RECORRIDO(A/S) -	: FRANCISCO DE ASSIS CURY

DECISÃO: RE, a, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (f. 325):

"ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 8º, § 1º, do ADCT). Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I - Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar de carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, hão de prevalecer os motivos arrolados pelo decisum.

II - A anistia aplica-se aos servidores - civis ou militares, - atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que se embasaram em motivação política, tal como o que se deu, in casu.

III - Reintegração e transferência dos Autores para a reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringido-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, ut regra cogente constante do § 1º referido.

IV - Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor."

Alega-se, preliminarmente, a ocorrência de prescrição quinquenal, nos termos do Decreto 20.910/32.



No mérito, tem-se como violados o art. 8º do ADCT/88 e a Emenda Constitucional 26/85, sob o argumento, em suma, de ter sido correta e legítima "a expedição dos atos administrativos do Ministério da Marinha, que excluiu os Recorridos da fileira militar, por grave motivo disciplinar, como ali explicita, consoante prova que se extrai dos autos, ou seja, a violação dos preceitos legais e regulamentares que sustentam os pilares das Forças Armadas, constituídas pela hierarquia e pela disciplina" (f. 350).

Foram apresentadas contra-razões.

Admitido o recurso no Tribunal a quo (f. 425/426), opinou a Procuradoria-Geral da República, em parecer da lavra do il. Subprocurador-Geral, Flávio Giron, pelo não conhecimento (f. 457).

Decido.

Correto o parecer da PGR ao afirmar que "a alegada ocorrência da prescrição quinquenal em relação ao direito dos recorridos não pode prosperar porque não foi devidamente prequestionada. O v. acórdão recorrido não cuidou do tema, não foram interpostos embargos de declaração para questionar a omissão e, além disso, trata-se de matéria ligada ao direito processual, ocorrendo, também, a ofensa reflexa supra citada" (f. 460).

Não procede, contudo, a aplicação da **Súmula** 279 ao caso dos autos: é da jurisprudência desta Corte que no recurso extraordinário devem ser considerados os fatos da causa "na versão do acórdão recorrido" (AI 130.893-AgR, 06.11.1990, 2ª T, **Velloso**; RE 140.265, 20.10.1992, 2ª T, **M. Aurélio**).

O acórdão recorrido entendeu que, apesar de fundamentos em legislação militar, os recorridos foram expulsos e licenciados em razão da "conotação política a informar os atos primitivos praticados contra os apelantes" (f. 318).

No julgamento do RE 123.511, **Moreira**, RTJ 139/297, ao acompanhar a jurisprudência do Tribunal no sentido de que a anistia concedida pelos arts. 4º da EC 25/85 e 8º do ADCT/88 só se aplica aos militares punidos por ato de exceção, institucionais ou complementares, e não aos expulsos, disciplinarmente, com base na legislação comum, ressaltei que:

"... na instância ordinária, constituiu fato incontroverso que se tratou de punição por fatos de índole manifesta, notória e historicamente políticos. Como tive

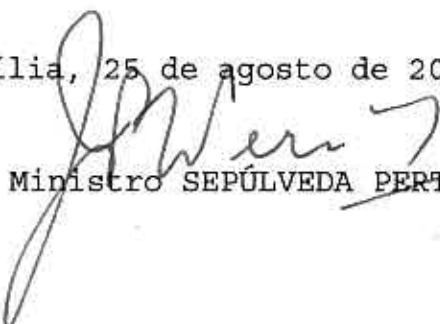


oportunidade de acentuar, em diversos precedentes da Turma, verdadeiramente lamento não encontrar base, quer na Emenda Constitucional 26, quer no superveniente Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 88, para manter a decisão recorrida. Continuo convencido de que a exclusão da anistia dos praças expulsos por motivação política, apenas porque, não sendo eles titulares de estabilidade, a punição não se precisou fundar em atos institucionais, bastando-lhe a legislação disciplinar, é patentemente iníqua. Mas a iniquidade foi, entretanto, decisão consciente e inequívoca do Constituinte em ambos os diplomas, e não vejo, tratando-se de normas constitucionais, como nos seja dado corrigi-la."

Esse entendimento foi consubstanciado na **Súmula 674**, *verbis*: A anistia prevista no art. 8º do ADCT não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, **ainda que em razão de atos praticados por motivação política.**

Assim, dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1º-A, do C.Pr.Civil), ressalvada a possibilidade de concessão administrativa da anistia. Determino a inversão dos ônus da sucumbência.

Brasília, 25 de agosto de 2005.


Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE - Relator

28/03/2006

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174-9 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
AGRAVANTE(S) : RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA E OUTRO(A/S)
AGRAVANTE(S) : PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : SERGIO MACIEL FREITAS
AGRAVANTE(S) : ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
AGRAVADO(A/S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: 1. Anistia: EC 26/85 e ADCT/88, art.8: incidência da Súmula 674 ("A anistia prevista no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política").

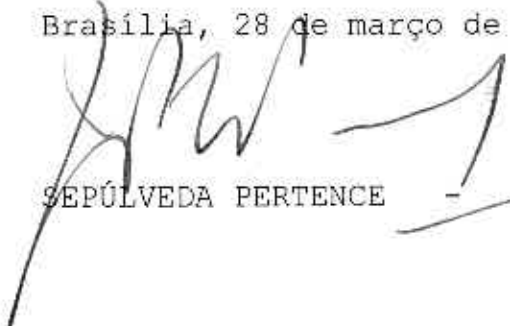
2. Anistia: L. 10.559/02: os efeitos da superveniência da L. 10.559/02 - matéria estranha ao RE - não de ser pleiteados junto à Administração e não serão prejudicados pela decisão agravada, restrita à inteligência de normas anteriores menos favoráveis.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de

votos, em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 28 de março de 2006.


SEPÚLVEDA PERTENCE

RELATOR

efs.

13/12/2011

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SERGIO MACIEL FREITAS
EMBTE.(S)	: ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
EMBTE.(S)	: RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA
EMBTE.(S)	: ALFREDO DOMINGOS CILOS
ADV.(A/S)	: MARCOS CILOS
EMBTE.(S)	: LUIZ CARLOS FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: BÁRBARA COSTA PESSOA GOMES TARDIN
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. Inexistência dos apontados vícios, a ensejar sua interposição.

1. O julgamento do recurso enfrentou adequadamente as questões postas pelas partes. Inexistência, portanto, de quaisquer dos vícios do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Matéria adequadamente analisada pela Turma, cujo julgamento bem reflete a posição assentada desta Corte sobre o tema.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Sra. Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos

RE 223.174 AGR-ED / RJ

de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 13 de dezembro de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

27/03/2012

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO 223.174 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA
EMBTE.(S)	: LUIZ CARLOS FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: BÁRBARA COSTA PESSOA GOMES TARDIN
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA
INTDO.(A/S)	: PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SERGIO MACIEL FREITAS
INTDO.(A/S)	: ALFREDO DOMINGOS CILOS
ADV.(A/S)	: MARCOS CILOS
INTDO.(A/S)	: ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA

EMENTA

Embargos de declaração em embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. Inexistência da apontada contradição ensejadora de sua interposição.

1. O julgamento do recurso e dos anteriores embargos enfrentou adequadamente as questões postas pelas partes. Inexistência, portanto, de quaisquer dos vícios do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Matéria exaustivamente analisada pela Turma, cujo julgamento bem reflete a posição assentada desta Corte sobre o tema.

3. Não se conhece de segundos embargos de declaração com o objetivo de rediscussão da causa.

4. Embargos de declaração não conhecidos, com aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

ACÓRDÃO



Processo N.º RE 223174

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a conclusão do v. acórdão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de hoje.
Brasília, 26 de abril de 2012.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO DE MEDEIROS
Matrícula 1961

EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
223.174 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S)	: RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA
EMBTE.(S)	: LUIZ CARLOS FIGUEIREDO
EMBTE.(S)	: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA
ADV.(A/S)	: JOÃO VICENTE FEREGUETE
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	: PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SERGIO MACIEL FREITAS

DECISÃO:

1. Trata-se de 2 (dois) embargos de divergência opostos contra acórdão proferido à unanimidade de votos pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence assim ementado (fls. 774/781):

"1. Anistia: EC 26/85 e ADCT/88, art. 8º: incidência da Súmula 674 ('A anistia prevista no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política').

2. Anistia: L. 10.559/02: os efeitos da superveniência da L. 10.559/02 – matéria estranha ao RE – hão de ser pleiteados junto à Administração e não serão prejudicados pela decisão agravada, restrita à inteligência de normas anteriores menos favoráveis."

2. A Primeira Turma, já sob a relatoria do Ministro Dias Toffoli, por 2 (dois) julgamentos, rejeitou embargos de declaração opostos

RE 223174 AGR-ED-EDv / RJ

pelas partes vencidas (acórdãos de fls. 932/939 e 1.095/1.103).

3. Na primeira peça de embargos de divergência, os embargantes Raul Alves do Nascimento Filho e outros (a/s) apontam os acórdãos proferidos no AI 622.044-AgR, Rel^a Min^a Ellen Gracie, Segunda Turma, bem como na ADPF 153, Rel. Min. Eros Grau, Pleno, como paradigmáticos da divergência jurisprudencial.

4. Na segunda peça de embargos de divergência, os embargantes Luiz Carlos Figueiredo e Osmar de Jesus Mendes Barbosa apontam os acórdãos proferidos pela Segunda Turma no RE 454.417-AgR, Rel^a Min^a Ellen Gracie RE 382.484-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, RE 248.816-AgR e RE 242.563-AgR, Rel. Min. Maurício Corrêa, e RE 120.2000, Rel. Min. Marco Aurélio, como paradigmáticos da divergência jurisprudencial.

5. **É o relatório. Decido.**

6. Tanto a decisão impugnada como os recursos de embargos datam de período anterior a 18.03.2016, quando entrou em vigor o CPC/2015. Entretanto, os recursos não preenchem os requisitos de admissibilidade exigidos pelo CPC/1973 – aplicável ao caso nos termos dos arts. 14 e 1.046 do novo Código (Lei nº 13.105/2015).

7. Na hipótese, a conclusão do acórdão embargado está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, por suas Turmas, decide positivamente pela aplicação da Súmula 674/STF, que afasta a incidência da anistia prevista no art. 8º do ADCT aos militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política. Confirmam-se, à propósito, os seguintes precedentes: ARE 833.932-AgR, sob minha relatoria, Primeira Turma; AI 512.542-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma; AI 599.500-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma;

RE 223174 AGR-ED-EDv / RJ

AI 668.146-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma.

8. Ademais, o Plenário desta Corte, em sede de embargos de divergência, já se posicionou no mesmo sentido da decisão do acórdão embargado. Veja-se, a ementa do AI 399.971-AgR-ED-EDv-AgR, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio:

“AGRAVO – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – CABIMENTO – ENTENDIMENTO ADOTADO – HARMONIA COM O VERBETE Nº 674 DA SÚMULA DO SUPREMO. Muito embora, na espécie, o julgamento do próprio extraordinário tenha ocorrido, em autos de agravo, sendo mantida a decisão pela Segunda Turma, o que torna cabíveis os embargos de divergência, o entendimento adotado no acórdão embargado está em consonância com o Verboete nº 674 da Súmula do Supremo.”

9. Como se vê, o acórdão embargado não diverge da jurisprudência deste Tribunal. Desse modo, aos embargantes não foi possível desincumbirem-se do ônus da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, essencial para viabilizar o conhecimento dos seus embargos.

10. Diante do exposto, nos termos do art. 335, § 1º, do RI/STF, **não admito os embargos de divergências.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de agosto de 2018.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO
Relator



05/10/2018

PLENÁRIO

**SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	:RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA
AGTE.(S)	:LUIZ CARLOS FIGUEIREDO
AGTE.(S)	:OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA
ADV.(A/S)	:JOÃO VICENTE FEREGUETE
AGDO.(A/S)	:UNIÃO
ADV.(A/S)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	:ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	:PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:SERGIO MACIEL FREITAS

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravos internos, interpostos contra decisão monocrática em que não admiti os embargos de divergência. Veja-se, a fundamentação adotada:

“[...]”

7. Na hipótese, a conclusão do acórdão embargado está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, por suas Turmas, decide positivamente pela aplicação da Súmula 674/STF, que afasta a incidência da anistia prevista no art. 8º do ADCT aos militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política. Confirmam-se, à propósito, os seguintes precedentes: ARE 833.932-AgR, sob minha relatoria, Primeira Turma; AI 512.542-AgR, Rel. Min.



RE 223174 AGR-ED-EDv-AGR-SEGUNDO / RJ

Teori Zavascki, Segunda Turma; AI 599.500-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma; AI 668.146-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma.

8. Ademais, o Plenário desta Corte, em sede de embargos de divergência, já se posicionou no mesmo sentido da decisão do acórdão embargado. Veja-se, a ementa do AI 399.971-AgR-ED-EDv-AgR, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio:

‘AGRAVO – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – CABIMENTO – ENTENDIMENTO ADOTADO – HARMONIA COM O VERBETE Nº 674 DA SÚMULA DO SUPREMO. Muito embora, na espécie, o julgamento do próprio extraordinário tenha ocorrido, em autos de agravo, sendo mantida a decisão pela Segunda Turma, o que torna cabíveis os embargos de divergência, o entendimento adotado no acórdão embargado está em consonância com o Verboete nº 674 da Súmula do Supremo.’

9. Como se vê, o acórdão embargado não diverge da jurisprudência deste Tribunal. Desse modo, aos embargantes não foi possível desincumbirem-se do ônus da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, essencial para viabilizar o conhecimento dos seus embargos.”

2. As partes agravantes afastam o fundamento da decisão agravada. Afirmam que participaram da denominada “rebelião dos marinheiros”, sendo por isso punidos com fundamento no Ato Institucional 1, de 09.04.1964. Aduzem, foram posteriormente anistiados, nos termos da Lei nº 6.683/1979, em decisão que transitou em julgado, proferida em processo que tramitou perante a Justiça Militar. Por tudo, defendem a inaplicabilidade da Súmula 674/STF, sob o argumento de que não foram expulsos por infração disciplinar, mas por ato de exceção, devido à denúncia de crime militar, posteriormente considerado conexo e



RE 223174 AGR-ED-EDV-AGR-SEGUNDO / RJ

de cunho puramente político.

3. É o relatório.



05/10/2018

PLENÁRIO

SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Tanto a decisão impugnada como os agravos internos datam de período posterior a 18.03.2016, quando entrou em vigor o CPC/2015.

2. Na hipótese, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu a controvérsia em acórdão assim ementado (fls. 325):

“ADMINISTRATIVO. ANISTIA (Art. 8º, § 1º, do ADCT). Punição por motivos políticos: Aplicabilidade.

I – Acolhimento, pela r. sentença, da preliminar de carência de ação, em face de HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tal matéria, todavia, não foi devolvida a exame desta Instância. Logo, hão de prevalecer os motivos arrolados pelo decisum.

II – A anistia aplica-se aos servidores – civis ou militares, – atingidos, funcionalmente, por atos emanados do regime de exceção, que se embasaram em motivação política, tal como o que se deu, in casu.

III – Reintegração e transferência dos Autores para a reserva remunerada, com promoções a que fizeram jus, restringido-se, entretanto, os efeitos financeiros pretéritos à data da promulgação da Constituição Federal, ut regra cogente constante do § 1º referido.

IV – Apelação conhecida e parcialmente provida. Improvida, entretanto, com relação a HERVAL PIRES e ADILSON DE OLIVEIRA RAIA. Tudo, nos termos do voto condutor.”



RE 223174 AGR-ED-EDV-AGR-SEGUNDO / RJ

3. Nesta Corte, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, manteve decisão monocrática que havia dado provimento ao recurso extraordinário interposto pela União. Veja-se, a ementa do julgado (fls. 774/781):

“1. Anistia: EC 26/85 e ADCT/88, art. 8: incidência da Súmula 674 (‘A anistia prevista no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política’).

2. Anistia: L. 10.559/02: os efeitos da superveniência da L. 10.559/02 – matéria estranha ao RE – hão de ser pleiteados junto à Administração e não serão prejudicados pela decisão agravada, restrita à inteligência de normas anteriores menos favoráveis.”

4. A Primeira Turma, já sob a relatoria do Ministro Dias Toffoli, por 2 (dois) julgamentos, rejeitou embargos de declaração opostos pelas partes vencidas (acórdãos de fls. 932/939 e 1.095/1.103).

5. Os embargos de divergência não foram admitidos, conforme já relatado.

6. Os presentes agravos não podem ser providos, tendo em vista que as partes recorrentes não desenvolvem argumentação suficiente para modificar a decisão agravada.

7. Tal como constou da decisão agravada, a conclusão do acórdão embargado, proferido pela Primeira Turma, está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que decide positivamente pela aplicação da Súmula 674/STF à hipótese que coincide com a matéria em discussão neste processo. A referida Súmula 674/STF afasta a incidência da anistia prevista no art. 8º do ADCT aos



RE 223174 AGR-ED-EDv-AGR-SEGUNDO / RJ

militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política. Confirmam-se, à propósito, os seguintes precedentes: ARE 833.932-AgR, sob minha relatoria, Primeira Turma; AI 512.542-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma; AI 599.500-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma; AI 668.146-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma.

8. Ademais, o Plenário desta Corte, em sede de embargos de divergência, também já se posicionou no mesmo sentido do acórdão embargado. Veja-se, a ementa do AI 399.971-AgR-ED-EDv-AgR, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio:

“AGRAVO – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – CABIMENTO – ENTENDIMENTO ADOTADO – HARMONIA COM O VERBETE Nº 674 DA SÚMULA DO SUPREMO. Muito embora, na espécie, o julgamento do próprio extraordinário tenha ocorrido, em autos de agravo, sendo mantida a decisão pela Segunda Turma, o que torna cabíveis os embargos de divergência, o entendimento adotado no acórdão embargado está em consonância com o Verboete nº 674 da Súmula do Supremo.”

9. Como se vê, o acórdão embargado não diverge da jurisprudência deste Tribunal. Desse modo, aos embargantes não foi possível desincumbirem-se do ônus da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, essencial para viabilizar o conhecimento dos seus embargos.

10. Veja-se, portanto, que as partes recorrentes insistem no acolhimento de recurso manifestamente inadmissível.

11. Diante do exposto, nego provimento aos agravos internos. Ante seu caráter manifestamente protelatório, aplico às partes agravantes multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos



RE 223174 AGR-ED-EDV-AGR-SEGUNDO / RJ

termos do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de unanimidade da decisão. Fica a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, ressalvados os casos previstos no art. 1.021, § 5º, do CPC/2015. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223.174

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA (RJ035055/)

AGTE.(S) : LUIZ CARLOS FIGUEIREDO

AGTE.(S) : OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA

ADV.(A/S) : JOÃO VICENTE FEREGUETE (128090/RS)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : ILMAR MESQUITA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA (00085053/RJ)

INTDO.(A/S) : PEDRO FRANÇA VIEGAS E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : SERGIO MACIEL FREITAS (93611/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com aplicação de multa e majoração de honorários, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 28.9.2018 a 4.10.2018.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário



Supremo Tribunal Federal

SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG.
NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223174

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a conclusão do v. acórdão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de hoje.
Brasília, 12 de Novembro de 2018.

THIAGO FERNANDES LINS
MATRÍCULA 2508

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os autos do(a)

Recurso Extraordinário
Com 06 volume(s), 04 página(s) e 04 juntada(s) por folha.

Brasília, 21/11, 2018.

mateus
Mateus Carvalho dos Santos – Matr. 104457
Atendimento Judicial

TERMO DE EMPRÉSTIMO

Certifico que foram emprestados estes autos
ao(a) ABO

Com 06 volume(s), 04 página(s) e 04 juntada(s) por folha.

Brasília, 22/11, 2018.

Daniel
Daniel Miranda Luz - Matrícula 2350
Atendimento Judicial

Supremo Tribunal Federal

RE 0223174

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os autos do (a)

AGU

Com 6 volume(s), = apenso(s) e 4 juntada(s) por folha.

Brasília, 05/12/ 2018.

P Adolfo Silva Lago Filho
Atendimento Judicial

Maiane

TERMO DE VISTA

Faço vista destes autos ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da
República, para fins de intimação.

Brasília, 07 de dezembro de 2018.

Paulo César Gonçalves Guimarães - Matrícula 1449

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os autos do (a)

SECAO DE RE

Com 6 volume(s), = apenso(s) e 4 juntada(s) por folha.

Brasília, 27/12/ 2018.

P/ Adolfo Silva Lago Filho
Atendimento Judicial

William

TERMO DE EMPRÉSTIMO

Certifico que foram emprestados estes autos

ao(s)

PCR

Com 6 volume(s), = apenso(s) e 4 juntada(s) por folha.

Brasília, 27/12/2018

Daniel Miranda Luz - Matrícula 2350
Atendimento Judicial

[Assinatura]

Supremo Tribunal Federal

1727

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os autos do (a)

Com 6 volume(s), — apenso(s) e 4 juntada(s) por linha.

Brasília, 10/12/ 2018.

P/

Celso Henrique Lacerda
Atendente Judicial

Willesim



Supremo Tribunal Federal

Certidão de Trânsito

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 223174

RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
(ES)
RECDO.(A/S) : RAUL ALVES DE NASCIMENTO FILHO
ADV.(A/S) : LOURENÇO BERNARDINO DE SENNA (RJ035055/)
RECDO.(A/S) : ILMAR MESQUITA
ADV.(A/S) : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO (57731/RJ)
RECDO.(A/S) : OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA
ADV.(A/S) : ISMAEL CEZAR ARMSTRONG LA BANCA (97273/RJ)
RECDO.(A/S) : ALFREDO DOMINGOS CILOS
ADV.(A/S) : GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA (85053/RJ)
RECDO.(A/S) : PEDRO FRANÇA VIEGAS
ADV.(A/S) : SONIA REGINA ESPINDOLA DE SOUZA MENDES (97589/RJ)
RECDO.(A/S) : PERCEVAL ROSA
RECDO.(A/S) : FRANCISCO DE ASSIS CURY

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 21/11/2018, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Brasília, 10 de dezembro de 2018.

CALLÉRIA CAVALCANTE MONTEIRO WITCZAK

Matrícula 1191



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA

Praça Barão de Ladário, s/nº - Ed. Almirante Tamandaré - 4º Andar - Centro

CEP: 20091-000 - Rio de Janeiro - RJ

(21) 2104-6315 – dpm.secom@marinha.mar.mil.br

Ofício nº 40-459/DPM-MB
461/091

Rio de Janeiro, RJ, 17 de abril de 2023.

Ao Senhor

CLAUDIO ROBERTO B.B.C. DA SILVA

Advogado da União da Procuradoria-Regional da 2ª Região

NÚCLEO ESTRATÉGICO

Rua México, nº 74 -Centro

20031-140 – Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Anistia Política – **NUP: 00412.008360/2021-41 (REF. 0020107-04.1997.4.02.5101)**

Senhor Advogado,

1. Incumbiu-me o Diretor do Pessoal da Marinha, em atenção ao Ofício nº 00013/2023/COREMNS/PRU2R/PGU/AGU, de 3 de fevereiro de 2023, dessa Procuradoria, recebido nesta Diretoria em 28 de fevereiro do corrente ano, por intermédio da Comunicação Padronizada nº 60-95/2003, da Divisão de Distribuição e Controle do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha relativo ao Parecer de Força Executória nº 00005/2023/COREMNS/PRU2R/PGU/AGU, de participar que foi dado cumprimento à decisão judicial, no que compete a esta Diretoria, por meio da Portaria 974/2023, de 31 de março de 2023, cópia anexa.

2. Após a expedição da citada Portaria, será ela encaminhada ao Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM), situado na Praça Barão de Ladário, s/nº - Edifício Almirante Tamandaré – 2º andar – Centro – Rio de Janeiro – 20091-000, que é a Organização Militar com atribuição para formulação das planilhas pertinentes, solicitadas pelo Poder Judiciário.

Atenciosamente,

RICARDO ANTONIO AMARAL

Capitão de Mar e Guerra (Refº)

Chefe do Departamento de Justiça e Disciplina



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA

46/091

63410.003525/2023-90

PORTARIA Nº 974/DPM, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

O DIRETOR DO PESSOAL DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o contido na alínea b, do inciso VI, do art. 1º, do anexo B, da Portaria nº 35/2022, da DGPM, e em cumprimento ao Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, datado de 21 de novembro de 2018, dando provimento ao Recurso Extraordinário nº 223.174-9 RJ interposto pela União contra sentença prolatada pela Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da Ação Cível nº 91.02.12465-3/RJ interposta nos autos da Ação Ordinária nº 0020107-04.1997.4.02.5101 (nº antigo 97.0020107-4), que tramitou pela 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ e considerando o contido no Ofício nº 00013/2023/COREMNS/PRU2R/PGU/AGU, de 3 de fevereiro de 2023, recebido nesta Diretoria em 28 de fevereiro de 2023, por intermédio da Comunicação Padronizada nº 60-95/2023, da Divisão de Distribuição e Controle do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha e de acordo com o inciso 8.2.5 do Manual Técnico de Produção de Documentos da MB (MatDoc), resolve:

Art. 1º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0107/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 115, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-OR 57.0585.39 RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA.

Art. 2º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0108/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 115, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-MT 56.0191.31 JOSÉ JURANDIR DA SILVA e o 1º SG-Refº-ET 58.0590.32 FRANCISCO DAS CHAGAS ASSUNÇÃO DA SILVA.

Art. 3º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0109/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 116, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-MR 53.3903.42 ANTONIO AFONSO RIBEIRO e a Portaria nº 938/2003, da DPMM, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2003,

63011.004355/2023-63

seção 2, página 9 e no Boletim da Marinha do Brasil nº 14/2003, TOMO II, página 159, que alterou a graduação para SO-Refº-MR 53.3903.42 ANTONIO AFONSO RIBEIRO.

Art. 4º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0110/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 117, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-CA 53.2120.37 ARTHUR GONÇALVES VALENTE e o SO-Refº-SI 55.5055.38 WILLY KLESKE.

Art. 5º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0111/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 118, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-EL 55.3690.31 JODIEL DE ARAÚJO MACEDO.

Art. 6º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0112/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 119, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG -Refº-CL-SC 53.0239.35 OSMAM ARANHA FALCÃO CEZAR e a Portaria nº 1240/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 21/1999, TOMO II, página 126, que incluiu na segunda parte de seu texto o inciso VI, do art., do art. 10, do Decreto nº 86.763/81 e fez consignar que a graduação e o nome corretos são, respectivamente, "ex-CB-MR 53.0239.55 OSMAM ARANHA FALCÃO CEZAR".

Art. 7º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0113/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 120, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 2º SG-Refº-FN-IF 57.1697.64 JOÃO DOS SANTOS CARVALHO.

Art. 8º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0114/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 121, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 2º SG-Refº-FN-IF 54.1420.67 DOMINGOS MANOEL DE SÁ e a Portaria nº 271/2000, da DPMM, publicada no Diário Oficial da União nº 45, de 3 de março de 2000, seção 2, página 6 e no Boletim da Marinha do Brasil nº 7/2000, TOMO II, página 209, que regularizou a situação do 2º SG-Refº-FN-IF 54.1420.67 DOMINGOS MANOEL DE SÁ e de seus beneficiários de pensão militar.

Art. 9º Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0115/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 121, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 2º SG-Refº-FN-IF 56.7092.69 DEILSON MOREIRA DE SANT'ANNA e a Portaria nº 888/2003, da DPMM, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 27 de junho de 2003, seção 2, página 10 e no Boletim da Marinha do Brasil nº 14/2003, TOMO II, página 150, que alterou a graduação para SO-Refº-FN-IF 56.7092.69 DEILSON MOREIRA DE SANT'ANNA.

Art. 10 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0116/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 122, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-CL-MA 55.0136.43 FRANCISCO DE ASSIS CURY.

Art. 11 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0117/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 123, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 3º SG-Refº-FN 55.1744.69 JOSÉ DAMIÃO GOMES.

Art. 12 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0118/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 124, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 2º SG-Refº-FN 63.1195.61 EDSON FIRMINO.

Art. 13 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0119/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 125, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-CL-SM 61.3080.30 OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA.

Art. 14 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0120/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 125, que anistiou e transferiu para reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-SI 55.3011.34 PEDRO FRANÇA VIEGAS.

Art. 15 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0121/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 126, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-SM 63.1026.33 VALDIR DA SILVA DELGADO.

Art. 16 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0122/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 127, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-AT 53.0251.30 MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO e o SO-Refº-DT 53.0002.34 PERCEVAL ROSA.

Art. 17 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0123/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 128, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-OS 58.0373.31 WALMIR AFONSO DE LIMA.

Art. 18 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0124/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 129, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-CL-SC 59.2205.38 ROQUE SANTOS DE CARVALHO.

Art. 19 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0125/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 130, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-SC 63.3006.30 JONAS CLEMENTE DE BARROS MELO e o SO-Refº-SM 63.3292.39 ABIMAEL TABOSA DE MELO.

Art. 20 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0126/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 130, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-ES 55.3899.37 JOSÉ JOAQUIM SALUSTIANO.

Art. 21 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0127/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 131, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-EL 59.0093.31 RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO, 1º SG-Refº-EL 59.0097.30 JOSÉ DUARTE DOS SANTOS e o 1º SG-Refº-CI-EL 59.0107.38 ANTONIO DUARTE DOS SANTOS.

Art. 22 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0128/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 132, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-CL-SC 62.5118.31 LUIZ CARLOS FIGUEIREDO.

Art. 23 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0129/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 133, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o SO-Refº-CL-SC 60.0700.30 ALFREDO DOMINGOS CILOS.

Art. 24 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0130/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 134, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-CL-AT 57.3019.48 PEDRO FERREIRA LOPES.

Art. 25 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0131/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 135, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-SM 63.3063.36 IVANILDO JOSÉ WANDERLEY.

Art. 26 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0132/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 135, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 2º SG-Refº-CL-CA 56.0445.31 ILMAR MESQUITA e a Portaria nº 923/2003, da DPMM, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30 de junho de 2003, seção 2, página 9 e no Boletim da Marinha do Brasil nº 14/2003, TOMO II, página 155, que alterou a graduação para SO-Refº-CL-CA 56.0445.31 ILMAR MESQUITA.

Art. 27 Dar cumprimento a decisão judicial acima mencionada, no sentido de tornar sem efeito a Portaria nº 0133/1999, da DPMM, publicada no Boletim da Marinha do Brasil nº 5/1999, TOMO II, página 136, que anistiou e transferiu para a reserva remunerada, por força de decisão judicial o 1º SG-Refº-TL 53.0090.37 RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA e a Portaria nº 696/2003, da DPMM, publicada no Diário Oficial da União nº 11, de 4 de junho de 2003, seção 2, página 10 e no Boletim da Marinha do Brasil nº 11/2003, TOMO II, página 13, que alterou a graduação para SO-Refº-TL 53.0090.37 RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA.

Art. 28 Esta Portaria entra em vigor na presente data.

HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA

Vice-Almirante

Diretor

FÁBIO DE ARAUJO LUCAS

Capitão-Tenente (AA)

Encarregado da Divisão de Apoio Interino

AUTENTICADO DIGITALMENTE

Distribuição:

DPM-BSB

GCM

SVPM

DPM (BoI MB)

DPM-40

DPM-46

DPM-53

DPM-65.2

Arquivo



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AV. RIO BRANCO, 243, Anexo II - 1º Andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8144 - www.jfrj.jus.br - Email: 14vf@jfrj.jus.br

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA Nº 0020107-04.1997.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: ANTONIO DUARTE DOS SANTOS E OUTROS

EXECUTADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

DESPACHO/DECISÃO

Evento 246: Nada a prover, eis que o requerido desborda do objeto da presente ação de cumprimento provisório.

Evento 244: Tendo em vista que realizada a comunicação do órgão pagador para cessação de pagamento decorrente do julgado que foi revertido no Julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, resta exaurida a prestação jurisdicional no presente feito.

Assim, considerando que a execução do título judicial definitivamente constituído se processará nos autos da ação principal, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos.

Intimem-se.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR
Data e Hora: 15/3/2021, às 9:9:47

0020107-04.1997.4.02.5101

510004664094 .V5



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AV. RIO BRANCO, 243, Anexo II - 10º Andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8143 - <https://jfrj-jus-br.zoom.us/j/2132188142> - Email: 14vf@jfrj.jus.br

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA Nº 0020107-04.1997.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: ANTONIO DUARTE DOS SANTOS

EXEQUENTE: RIVALDO FIGUEIREDO DA SILVA

EXEQUENTE: FRANCISCO DE ASSIS CURY

EXEQUENTE: JOAO DOS SANTOS CARVALHO

EXEQUENTE: RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO

EXEQUENTE: FRANCISCO CHAGAS ASSUNCAO DA SILVA

EXEQUENTE: JONAS CLEMENTE DE BAROOS MELO

EXEQUENTE: EDSON FIRMINO

EXEQUENTE: PERCEVAL ROSA

EXEQUENTE: JODIEL DE ARAUJO MACEDO

EXEQUENTE: ARTHUR GONCALVES VALENTE

EXEQUENTE: VALDIR DA SILVA DELGADO

EXEQUENTE: MANOEL DO BONFIM RIOS SACRAMENTO

EXEQUENTE: JOSE DUARTE DOS SANTOS

EXEQUENTE: WALMIR AFONSO DE LIMA

EXEQUENTE: OSMAR DE JESUS MENDES BARBOSA

EXEQUENTE: DOMINGOS MANOEL DE SA

EXEQUENTE: ROQUE SANTOS DE CARVALHO

EXEQUENTE: WILLY KLESKE

EXEQUENTE: DEILSON MOREIRA DE SANT'ANA

EXEQUENTE: PEDRO FRANCA VIEGAS
EXEQUENTE: JOSE JOAQUIM SALUSTIANO
EXEQUENTE: JOSE JURANDIR DA SILVA
EXEQUENTE: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LIMA
EXEQUENTE: JOSE DAMIAO GOMES
EXEQUENTE: ABIMAEI TABOSA DE MELO
EXEQUENTE: OSMAN ARANHA FALCAO CESAR
EXEQUENTE: ANTONIO AFONSO RIBEIRO
EXEQUENTE: JOSE LUCIO DA SILVA
EXECUTADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

DESPACHO/DECISÃO

Os pedidos dos eventos 289 e 290 são relativos à execução do título judicial definitivamente constituído e, portanto, devem ser deduzidos na ação principal, uma vez que, nos termos da preclusa decisão do evento 250, está exaurida a prestação jurisdicional no presente cumprimento provisório de sentença.

Dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **ROSANGELA LUCIA MARTINS, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510009380146v3** e do código CRC **6cc1d261**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSANGELA LUCIA MARTINS
Data e Hora: 17/1/2023, às 16:26:11